

A OPERAÇÃO CDS NA ESTRATÉGIA DA REACÇÃO

«As exigências e os objectivos imediatos do CDS inserem-se na estratégia da reacção que tem em vista a liquidação das conquistas democráticas da revolução portuguesa e do regime democrático consagrado na Constituição, a restauração do poder económico dos grupos monopolistas e latifundiários e a instauração de uma nova ditadura» — afirma a Comissão Política do PCP em nota na qual se analisa a crise governamental. Essa mesma análise foi desenvolvida pelo camarada Álvaro Cunhal num comício realizado na Cova da Piedade (foto em baixo)



Págs. 2/6/7

A morte do camarada Fiodor Kulakov

Por motivo do falecimento do camarada Fiodor Kulakov, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou o telegrama de condolências que transcrevemos:

«Comité Central do Partido Comunista da União Soviética Moscovo — URSS.

Profundamente chocados notícia falecimento camarada Fiodor Kulakov, membro do Bureau Político e do Secretariado Comité Central do PCUS, figura destacada do Partido de Lenin e do Estado Soviético, enviamo-vos sentidas condolências dos comunistas portugueses.

Secretariado Comité Central Partido Comunista Português».



Pág. 2



Festival da Juventude:
a delegação portuguesa
a caminho de Havana

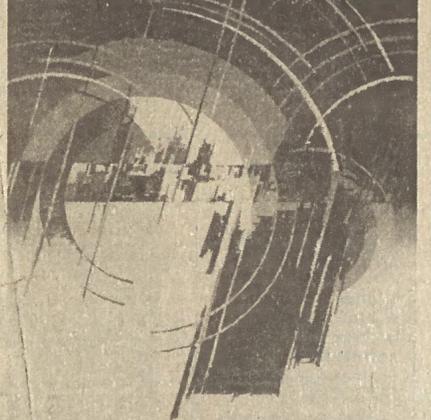
Pág. 12

SINDICATOS
AGRÍCOLAS
DO NORTE DO PAÍS
REFORÇAM
A SUA ORGANIZAÇÃO



Pág. 4

8,9,10 de setembro vale do jamor



Festa do
Avante!

O trabalho
começa
a apertar
no Jamor

Pág. 5

Editorial

À CHANTAGEM DA DIREITA RESPONDE-SE COM FIRMEZA

O ultimato do CDS ao seu parceiro no Governo — o PS — para uma imediata remodelação ministerial abertamente favorável à direita não é de forma alguma um mero episódio acidental no desdobrar da crise. Trata-se, sim, de uma verdadeira operação política de fundo inserida numa estratégia global de ataque das forças reaccionárias ao regime democrático exarado na Constituição e às importantes conquistas económicas e sociais do nosso povo possibilitadas pela Revolução de Abril.

Os inimigos da democracia sentem o terreno fugir-lhes debaixo dos pés, estão alarmados com a progressiva institucionalização das novas formas de convivência e de organização económica e social do Povo português e com a crescente solidez das raízes populares das grandes conquistas da Revolução: as Nacionalizações a Reforma Agrária, o Controlo de Gestão.

Tentam por isso deter este processo, mobilizar todos os seus recursos, pôr em acção todos os meios de ataque contra as forças democráticas e os órgãos de poder garantidos da Constituição e da democracia.

A medida que os dias passam e se aprofunda a crise mais se precisa a direcção e os objectivos principais da manobra reaccionária.

Torna-se cada vez mais claro que a reacção e o imperialismo começam já a considerar a substituição de Mário Soares e do PS como peões de brega dos seus interesses e se viram para fórmulas mais abertas e directas de domínio político e económico.

"Dessoarizar o País" é uma fórmula saída da boca do carneirista Meneres Pimentel. Mas Lucas Pires e outras personalidades do CDS reclamam também a substituição do Primeiro-Ministro.

Mário Soares é chefe dos dois governos que levaram sistematicamente à prática a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista; a sua responsabilidade no desencadeamento da crise e no seu agravamento é grande. Mas na hora actual quaisquer cedências ao CDS agravariam o carácter antioperário e antipopular da política do Governo, tornariam Portugal ainda mais dependente do capital estrangeiro e do imperialismo, abrir-se-ia uma fase extremamente

perigosa para os destinos da democracia portuguesa e da independência da Pátria.

A coincidência de objectivos das forças inimigas da Revolução e da democracia não é um fenómeno conjuntural. Uma estreita relação e sincronia caracterizam a ofensiva actual das forças da reacção.

No eixo da conspiração da extrema-direita, Kauliza desloca-se mais uma vez ao estrangeiro, decerto para receber novas directrizes e acertar agulhas com a reacção internacional; Sá Carneiro, cada vez mais cheio de basófilas, desfere novos ataques ao Conselho da Revolução, naturalmente ao Governo chefiado por Mário Soares e ao próprio Presidente da República; Lucas Pires, dirigente do CDS, da sua ala mais reaccionária, proclama enfático a "inutilidade" do Conselho da Revolução ao mesmo tempo que anuncia a um grupo de apaniguados que "o processo táctico de revisão da Constituição está em curso".

Do MIRN ao PPD, do CDS intra e extra Governo ao PPM — a quem Sá Carneiro quer dar a mão — e à CAP fascista, cabeça visível da pior reacção agrária, por caminhos dos mais diversos, eivados de contradições e rivalidades de interesses mas convergentes nos objectivos essenciais, partem ataques raiosos e concertados contra o regime democrático e as conquistas da Revolução.

As forças da extrema-direita, julgando erradamente asado o momento, tentam organizar o assalto ao Poder, sonham com o advento de uma nova ditadura reaccionária, assestam as suas baterias contra as sólidas muralhas do Abril revolucionário.

É pois no quadro mais amplo desta estratégia de fundo que deve inserir-se o ultimato do CDS para a imediata remodelação do Governo actual.

Neste momento nenhuma garantia séria existe de que o PS saberá dar uma resposta

condigna e firme às exigências do CDS. É verdade que Mário Soares afirmou que só ele tem autoridade, nos termos do acordo com o CDS, para nomear os ministros; é verdade que o partido de Freitas do Amaral, de Amaro da Costa e de Lucas Pires se mostra menos arrogante nas suas exigências, o que acentua o carácter chantagista do seu ultimato ao PS. Mas que garantias concretas saíram daquela tarde de Verão em Nafarros para o Povo português?

O conhecido manobrista de Mário Soares e de outros dirigentes do PS têm várias vezes arrastado os socialistas para um terreno resvaladizo de compromissos nefastos para a democracia, para o Povo português e para o seu próprio partido. Por isso a pergunta impõe-se, fica no ar, exige resposta desassomburada e pronta: vai o PS, de uma maneira ou doutra, ceder às exigências do CDS?

Os socialistas cometeriam um erro tremendo, de consequências incalculáveis, se, na busca de um desanuviamento temporário e fictício entre os dois partidos da coligação governamental se deixassem arrastar para uma intensificação da ofensiva de recuperação capitalista e latifundista de que resultaria uma situação de inevitáveis tensões, de agravamento dos conflitos sociais.

O rompimento das hostilidades pelo CDS, em estreita conexão com a ofensiva da extrema-direita confirma o que o PCP sempre disse quanto ao carácter «contranatura» da coligação governamental. O secretário-geral do PS na sua intervenção nas conferências de "O Jornal" meteu no mesmo saco todas as alianças entre partidos. Para Mário Soares, estranhamente, todas as alianças são «contranatura».

E entretanto, o que caracteriza verdadeiramente o sistema de alianças políticas numa dada etapa ou fase do processo de construção de uma sociedade democrática não são as alianças conjunturais, que podem mesmo ser contraídas sob reserva mental — como a do CDS com o PS — mas a identidade dos objectivos fundamentais a médio e a longo prazo.

Trata-se de uma verdade extraída da rica experiência histórica da luta dos povos pela liberdade, a democracia e o socialismo — uma verdade dia-a-dia confirmada.

A abertura da crise governamental provocada pelas exigências do CDS traduz fundamentalmente a incapacidade da direita de destruir pela via constitucional as conquistas da Revolução, a falência da política praticada sucessivamente pelos três últimos governos no sentido do restabelecimento das posições do capital monopolista, dos latifundiários, do imperialismo.

Torna-se cada vez mais evidente que as forças da direita e a política de direita não fornecem quaisquer soluções correctas e viáveis para os problemas nacionais mais agudos.

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista tem restringido a base social de apoio dos partidos que a praticam e sustentam e qualquer cedência à operação-chantagem do CDS cavaria ainda mais fundo o fosso entre os partidos da coligação governamental e as massas populares.

Os partidos da extrema-direita fazem muito barulho, retiram dos arsenais da diversão antidemocrática e antidemocrática estafados argumentos e "slogans" completamente desacreditados, mas não conseguem disfarçar a sua fraqueza real.

Os perigos principais e a verdadeira força da ameaça fascista vêm dos recuos sucessivos, das contínuas cedências dos órgãos de Poder e de forças democráticas, designadamente do PS, às imposições e exigências da direita.

Este perigoso caminho deve ser travado por uma atitude resoluta e firme do PS face às exigências actuais do seu parceiro no Governo.

Como sublinha o comunicado da Comissão Política do CC, a solução dos problemas nacionais exige, não o agravamento mas a pronta rectificação dos aspectos negativos da política do Governo. Exige, não uma remodelação do Governo que signifique o reforço das posições da direita, mas sim o reforço das posições democráticas e antifascistas no elenco governamental.

Só nesse caminho, em que os comunistas empenharão os seus melhores esforços, será possível contar com o apoio largo e firme dos trabalhadores e de vastos sectores democráticos do País.

O PCP e a crise governamental

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português examinou a crise governamental resultante das exigências apresentadas pelo CDS, sob a forma de ultimato, ao seu parceiro na coligação.

1. A Comissão Política do CC considera que as exigências e os objectivos imediatos do CDS se inserem na estratégia da reacção que tem em vista a liquidação das conquistas democráticas da revolução portuguesa e do regime democrático consagrado na Constituição, a restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas e latifundiários e a instauração duma nova ditadura.

A cedência às exigências do CDS não significaria apenas novos e perigosos ajustamentos à direita da política actual, mas novos e perigosos recuos no processo democrático, que estimulariam a repetição ulterior de operações de

chantagem e facilitariam o prosseguimento das ofensivas reaccionárias.

2. A Comissão Política do CC sublinha que as exigências imediatas do CDS visam acentuar ainda mais o carácter antioperário e antipopular da acção governativa, o agravamento das condições de vida do povo e a agressividade contra as transformações democráticas desde o 25 de Abril.

A cedência do PS às pressões e exigências do CDS iria agravar ainda mais a situação económica, social e política e a dependência do imperialismo e teria consequências fortemente desestabilizadoras.

3. A Comissão Política do CC adverte de que cedências às exigências do CDS poderiam talvez facilitar o desanuviamento temporário nas relações entre os dois partidos da coligação governa-

mental, mas provocariam inevitavelmente o aumento das tensões e conflitos sociais e uma mais vigorosa oposição ao governo das massas populares e dos democratas portugueses.

4. A operação do CDS e a crise governamental por ela provocada não traduz apenas divergências acerca de medidas imediatas. Traduz a incapacidade da direita para destruir, no quadro constitucional, as conquistas democráticas, a impotência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista para resolver os grandes problemas nacionais e a restrição da base social de apoio e as contradições e divergências internas dos partidos da direita que, ao contrário do que afirmam, estão manifestamente a perder terreno.

Fazer firmemente frente aos ultimatoss da reacção é o único caminho para a defesa dos interesses do povo e do país, do regime democrático

consagrado na Constituição, da independência nacional.

5. A Comissão Política do CC sublinha que a solução dos problemas nacionais exige, não o agravamento mas a pronta rectificação dos aspectos negativos da política do Governo. Exige, não uma remodelação do Governo que signifique o reforço das posições da direita, mas sim o reforço das posições democráticas e antifascistas no elenco governamental.

Neste sentido o PCP empregará os seus esforços e energias, certo de contar com um largo e firme apoio dos trabalhadores e de vastos sectores democráticos do país.

17 de Julho de 1978

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes, Lisboa-4, Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L., Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º, Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes, Lisboa-4, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L., Central: Rua Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1, Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Secúo, 80 - Lisboa-2, Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto, Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto, Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra, Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém, Tel. 24554.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal, Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 - Évora, Tel. 23651.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1, Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1, Tel. 41787. Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 82 481



A morte do camarada Kulakov

Com 60 anos de idade, faleceu, no passado dia 17 de Julho, o camarada Fiodor Kulakov, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética.

A partir de 1943, Fiodor Kulakov desempenha no seio do Partido e dos Sovietes, na região de Penza, as funções de segundo e primeiro-secretário do Comité do Partido na região, desempenhando, posteriormente, o cargo de director da secção agrícola do Comité Regional do PCUS e o de chefe do Serviço Agrícola Regional e Presidente do Comité Executivo Regional.

Após 1955, ocupa os cargos de vice-ministro da Agricultura e de ministro da Indústria do Pão da Federação da Rússia.

Em 1960, Fiodor Kulakov é nomeado o primeiro-secretário do Comité do Partido do Território de Stavropol e, em 1964, passa a ocupar o cargo de chefe da secção de agricultura no Comité Central do PCUS. Em Setembro do ano seguinte, é eleito secretário do CC do PCUS e, em Abril de 1971, é membro do Bureau Político do CC do PCUS. O camarada Fiodor

Juventudes Comunistas Leninistas em 1943 e, em 1949, ingressa no Partido Comunista da União Soviética.

Após 1955, ocupa os cargos de vice-ministro da Agricultura e de ministro da Indústria do Pão da Federação da Rússia.

Em 1960, Fiodor Kulakov é nomeado o primeiro-secretário do Comité do Partido do Território de Stavropol e, em 1964, passa a ocupar o cargo de chefe da secção de agricultura no Comité Central do PCUS. Em Setembro do ano seguinte, é eleito secretário do CC do PCUS e, em Abril de 1971, é membro do Bureau Político do CC do PCUS. O camarada Fiodor

Kulakov trabalhou com abnegação em todos os postos que lhe foram confiados pelo Partido Comunista e consagrou todas as suas energias à pátria soviética e à grande causa de Lenine. Como membro do Bureau Político do CC do PCUS trouxe um contributo eficaz à sua actividade e justificou a confiança do Partido.

Nomeado pelo CC do PCUS para se ocupar do sector agrícola da economia soviética contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento da agricultura socialista e das actividades com ela relacionadas. Aliás, neste domínio complicado e responsável, ao explicar incansavelmente a política do Partido, revela o seu espírito de iniciativa e de criação.

A exigência, a firmeza, a modéstia e a atenção para

com os seus semelhantes distinguem em particular Fiodor Kulakov que adquiriu um profundo respeito junto do Partido e do povo.

O camarada agora falecido foi eleito membro do Comité Central do PCUS desde o 22.º até ao 25.º Congresso do PCUS. Foi igualmente deputado do Soviete Supremo da URSS. A condecoração de Herói do Trabalho Socialista foi-lhe atribuído pelos grandes méritos prestados ao PCUS e ao Estado Soviético. Fiodor Kulakov foi condecorado com três Ordens de Lenine, a Ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho e várias condecorações da URSS.

O nome de Fiodor Kulakov, filho fiel do Partido, que consagrou toda a sua vida à grande obra da edificação do comunismo, permanecerá gravado para sempre no coração dos soviéticos.

Discurso de A. Cunhal

No folheto editado pela SIP Central do PCP contendo o discurso pronunciado pelo camarada Álvaro Cunhal na Cova da Piedade, uma gralha altera por completo o sentido de um parágrafo na pág. 4 do referido folheto.

Assim, onde se lê «o recurso aos investimentos» deve-se ler «a recusa aos investimentos».

Ainda Sousa Tavares ou a convergência reaccionária contra a Reforma Agrária

Os gritos que o director de "A Capital" tem vindo a lançar nas páginas desse órgão de informação estatizado contra a Reforma Agrária não são gritos isolados, antes se enquadram num conjunto de acções que visam provocar uma viragem à direita na situação política portuguesa, destruir as principais conquistas da Revolução e, em última instância, liquidar as próprias liberdades democráticas.

A gritaria bolsada por Sousa Tavares não está, de modo algum, desligada das acções desestabilizadoras desencadeadas neste Verão de 1978 por parte das forças reaccionárias. Os gritos de Sousa Tavares são o acompanhamento oral da provocação montada pela CAP em Rio Maior, são o coro-resposta às recentes afirmações do ex-ministro Barreto proferidas nos Estados Unidos, são, em última análise, o consentimento por parte de um recém-saído da

declarações que este foi fazer sobre Portugal aos EUA; foi como se tivesse participado na reunião do Conselho Nacional do CDS e assinado o "ultimatum" contra o PS. Sousa Tavares é um megalómano e, como todos os megalómanos, mente à altura da sua ilusória grandeza: inventa herdades que ninguém consegue descobrir, descobre apocalípticos cortes de árvores; como se isto não bastasse, o director de "A Capital" é também um encobridor — encobre que muitas das acções que atribuiu aos trabalhadores da Reforma Agrária foram executadas pelos agrários, muito antes da concretização da Reforma Agrária. Sousa Tavares, para além de megalómano, parece que é também um gabarito. No Solar

de Mateus, Sousa Tavares ter-se-á gabado de já ter derrubado dois ministros e se preparar para derrubar um terceiro. Que pensarão desta afirmação e desta previsão os dirigentes do PS que, no decorrer desta crise, se têm multiplicado em afirmar que a escolha dos ministros é da exclusiva competência do Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS, Mário Soares?

Sousa Tavares inventa o derrube de árvores para proceder ao derrube de ministros. O director de "A Capital" está convencido que é o machado do CDS ou a serra mecânica da CAP. O ex-integralista lusitano que dirige um órgão da imprensa estatizada quer ter poderes governamentais para nomear uma comissão de inquérito.

Talvez que Sousa Tavares se julgue com estatura de primeiro-ministro ou de sombra de um qualquer ministro.

Mas o director de "A Capital" tem a memória curta: esquece, ou faz por esquecer-se, que nas sucessivas eleições realizadas após o 25 de Abril a população da zona da Reforma Agrária votou claramente pela defesa e consolidação desta grande conquista da Revolução.

Os trabalhadores da zona da Reforma Agrária têm dado claras provas, desde o 25 de Abril de 1974, de patriotismo, de espírito de

sacrifício, de capacidade de organização.

Porém, Sousa Tavares não é um trabalhador da zona da Reforma Agrária. É um grande proprietário que faz pela sua vidinha... Aquela grande realização dos trabalhadores portugueses apenas a conhece pelos artigos da imprensa reaccionária. É manifestamente insuficiente para quem utiliza uma tribuna paga pelo povo português. Sousa Tavares devia marcar-se a si próprio, na agenda do jornal que dirige, uma reportagem de pelo menos uma semana na zona da Reforma Agrária, em algumas daquelas cooperativas e UCPs que tem citado nos seus "gritos". Lá lá, mergulhar os pés — bem calçados — na realidade de uma nova terra antes ao abandono e agora semeada e tratada com dedicação. Focar o fato bem cuidado pelas espigas do pão português que ali crescem. Em suma, aprender a realidade, aprender com a realidade.

Mas Sousa Tavares não quer, prefere inventar e mentir e atolar-se no ridículo. Um dos últimos "gritos" que Sousa Tavares esganicou sobre este tema intitulava-se "Ratos e Homens". Mas o articulista esqueceu-se que entre os ratos e os homens existem os gatos, que vivem à espera das espinhas que a reacção deixa cair da mesa dos seus lautos banquetes.



A realidade em terras da Reforma Agrária é bem diferente daquela que os Sousas Tavares querem fazer crer. As calúnias dos reaccionários irritam, muito justamente, os trabalhadores — mas não os desmobilizam, antes pelo contrário, da luta por uma vida melhor nos campos

UZ unsere zeit
Die Zeitung der arbeitenden Menschen — Zeitung der DKP F 8516 AX
10. Jahrgang Nr. 151 Dienstag, den 4. Juli 1978 Preis 40 Pfennig

As «liberdades» na RFA contra o jornal do PCA

As autoridades da RFA instauraram um processo contra o camarada Georg Polikeit, chefe de redacção do "Unsere Zeit", como retaliação contra o facto do órgão central do Partido Comunista Alemão ter revelado que as forças armadas da RFA planeiam actos inconstitucionais.

A denúncia publicada no "Unsere Zeit" surgiu em virtude de na "escola militar de defesa psicológica", em Clausthal-Zellerfeld, se fazerem folhetos que, em caso de guerra, se destinam a serem distribuídos às forças armadas polacas, bem como outros, dirigidos ao povo alemão, em que se apela ao "estado de emergência interno" e se proclama a entrada em acção — inconstitucional — das forças armadas contra pretensos terroristas.

invocando difamações contra o Estado, mas não desmentindo as acusações, as autoridades da RFA instauraram um processo contra o camarada Polikeit. Sabendo que política e juridicamente a razão está do seu lado, os comunistas da RFA exigem que o processo seja arquivado.

Solidariedade do colectivo do «Avante!»

O colectivo de redacção do "Avante!" enviou ao "Unsere Zeit" o seguinte telegrama de solidariedade:

"Ao tomar conhecimento de processos inconstitucionais contra camarada Polikeit, colectivo de redacção "Avante!" exprime-lhe a sua total solidariedade,



Georg Polikeit, director do "Unsere Zeit", órgão central do PCA

bem como a todos os trabalhadores do jornal irmão "Unsere Zeit", juntando a sua voz à dos comunistas e patriotas alemães que, lutando pela paz, exigem que o processo seja arquivado."

A situação do ensino, a actividade sindical e a posição dos professores comunistas

Este foi um ano importante da luta do professorado. Sofrendo, como as restantes camadas médias e o povo português em geral, os custos da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, os professores manifestaram massivamente, em grandes jornadas de luta, a sua oposição à política reaccionária de Cardia, que tem concretizado no sector do Ensino, essa política.

Na organização da luta teve papel importante a direcção do Sindicato da Grande Lisboa que, apoiada pelos sectores progressistas da classe, conseguiu empregar a grande massa dos professores na luta por reivindicações justas.

No entanto, a partir, nomeadamente, do 3.º período escolar e de par com o agravamento da crise político-social do país, os sectores esquerdistas da direcção aliam-se, de facto, às direcções de direita das outras zonas sindicais para imprimir à luta dos professores uma orientação claramente contrária aos interesses da classe, dos alunos, dos pais e dos trabalhadores em geral.

Contra esta orientação aventureira se ergueram os professores comunistas do Norte ao Sul do país, denunciando-a e defendendo perante os professores a perspectiva correcta da continuação da luta contra a política de Cardia, contra a degradação do Ensino, o que passa pela manutenção e estreitamento da aliança com os restantes trabalhadores.

Perante esta posição dos professores comunistas, os sectores esquerdistas da direcção da Grande Lisboa, explorando o crédito duma direcção sindical que, para os professores, tem surgido como unitária, iniciaram uma campanha orquestrada de calúnias, tornando clara a orientação sectária e divisionista subjacente à sua acção, virada não fundamentalmente contra a política reaccionária de Cardia, mas contra os sectores de vanguarda da classe, cujas

posições foram significativamente apoiadas pela massa dos professores.

A Direcção da Organização dos Professores da ORL do PCP emitiu recentemente um comunicado analisando a situação, e que transcrevemos na íntegra, dado a sua grande importância, pelo balanço que faz e pelas perspectivas que abre.

Alirma o documento: «1. O ano lectivo de 1977/1978 prestes a findar, ficou marcado por dois traços fundamentais: manutenção e agravamento da desastrosa política do Ministério Cardia, agora abertamente Cardia/CDS, e a realização de importantes iniciativas e lutas dos professores e estudantes contra a degradação do Ensino e pelas suas justas reivindicações.

2. O Ministério Cardia/CDS continuou a promover a recuperação obscurantista e elitista do Ensino, multiplicou medidas de improvisação e incompetência, usou e abusou de autoritarismo administrativo, do arbítrio repressivo à margem das leis, da justiça e das práticas democráticas, tentou aplicar servilmente receitas malthusianas do Banco Mundial e do FMI, degradou ainda mais as condições materiais e morais do ensino e do estudo na Escola portuguesa, teimou na recusa ao diálogo e à negociação com as estruturas representativas de professores e estudantes, cego e surdo perante as realidades e exigências do novo Portugal democrático.

A política antidemocrática e antipatriótica do Ministério Cardia/CDS revela-se cada vez

mais como uma política de contra-reforma e desastre.

3. Contra tal política insensata e nefasta, pelas suas justas e patrióticas reivindicações, estudantes e professores desenvolveram durante este ano importantes iniciativas (de que haverá à destacar a realização do 1.º Congresso da UEC, em 21/22 de Janeiro de 1978, e o Encontro das Organizações do PCP sobre os problemas da Educação e do Ensino, em 22/23 de Abril de 1978) e lutas de excepção envergadura. Os professores reforçaram nos dois primeiros períodos deste ano lectivo a sua unidade e organização sindical e levaram a cabo, em Fevereiro e Março, duas grandes jornadas de greve em que souberam granjear a simpatia de alunos e pais, a solidariedade de outras organizações de trabalhadores e o apoio de largos sectores da opinião pública.

Algumas vitórias importantes, ainda que parciais e não devidamente valorizadas e aproveitadas, foram alcançadas. Contudo, o certo é que os professores não conseguiram ainda a satisfação de reivindicações fundamentais, entre as quais o reconhecimento e pleno exercício do seu direito constitucional à negociação.

4. A luta pela negociação, pelas justas reivindicações dos professores, pela melhoria das condições de ensino e de estudo na Escola portuguesa, posta ao serviço do povo e do país, é evidentemente uma luta prolongada e dura, que exige persistência, flexibilidade e determinação, e que não poderá ter êxito se for dominada

pelos conceitos de «agora ou nunca» e de «tudo ou nada».

Tal não entenderam, no último período, as direcções sindicais dos professores, que resolveram responder à intransigência, manobras e mesmo provocações do ministro, com a rigidez e o aventureirismo ditados pelo desespero, rapidamente fomentado e aproveitado por forças mais interessadas na desestabilização política do que na obtenção de reais progressos na satisfação das justas reivindicações dos professores.

5. A justiça e legitimidade das reivindicações dos professores, que correspondem igualmente ao interesse do ensino e do país, não podem justificar o recurso a formas de luta que nas actuais circunstâncias são não só incorrectas como ilegítimas. O boicote generalizado às avaliações e exames — que, conforme objectivo expresso, desorganizará ainda mais o sistema educativo já por demais degradado pela política de Cardia, a acção destrutiva dos grupos fascistas e a irresponsabilidade dos esquerdistas — poria em causa o trabalho e sacrifício de alunos e pais em todo um ano escolar, ia lançar para o lado de Cardia e da reacção aqueles mesmos que devem ser aliados dos professores na luta pelas suas justas e patrióticas reivindicações. Tal forma de luta não servia os professores e só aproveitaria à reacção.

6. Os professores comunistas não podiam estar e não estiveram de acordo com o recurso a tais formas de luta. Bateram-se nos locais apropriados, nas escolas, nas assembleias de delegados sindicais, nos plênários dos sindicatos, contra a proposta com que as direcções sindicais, sem prévia auscultação e sem a profunda ponderação que exigia,



O Encontro sobre o Ensino, realizado em Abril último, constituiu uma valiosa contribuição do PCP, nomeadamente dos professores comunistas, para a resolução dos graves problemas do sector

quiseram radicalizar abrupta e inopinadamente uma luta à qual, pelo contrário, haveria que dar uma perspectiva de continuidade, de reforço da unidade e de real aprofundamento reivindicativo.

Havia que procurar uma saída responsável para a grave situação criada pela proposta irresponsável das Direcções Sindicais. Foi isso que os professores comunistas se esforçaram por conseguir. A divisão verificada a nível nacional e regional deve-se, não à proposta alternativa aprovada em Lisboa, mas à ilegítima forma de luta proposta pelas Direcções

e aos ilegítimos processos usados para a impor, sem respeito pela opinião de um importante sector dos professores de esquerda e o sentir manifestado por largas massas de professores.

7. Os factos encarregam-se de mostrar quem teve razão. Talvez por isso, tentando justificar o injustificável e esconder, pela persistência palavrosa no erro, o falhanço da sua orientação aventureirista, dois elementos da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, em vésperas da grande jornada do dia 28 de Junho, em local inapropriado

e dando seguimento a tomadas de posição partidárias, vieram para os jornais criticar a decisão aprovada em plenário do Sindicato, cuja aplicação lhes competia, mais do que a ninguém, promover e não sabotar.

Os professores comunistas não podem deixar de manifestar a sua estranheza e indignação por tal atitude e o seu repúdio pelas falsidades e insinuações, que só desclassificam quem as usa, que esses elementos se permitiram dirigir aos «professores afectos ao PCP».

8. Os professores comunistas não se deixarão intimidar por provocações de tal jaez, nem se deixarão desviar do firme propósito que sempre animou e continuará a animar toda a sua acção: unir cada vez mais os professores, independentemente das suas tendências políticas, na luta pelos interesses comuns e por uma Escola democrática ao serviço do povo e do país.

A luta vem de trás e continua!

Os professores têm razão — os professores vencerão!

O ENSINO
Propostas concretas e objectivas para superar a crise que alastra no sistema educativo português

edições Avante!

Um documento indispensável e de grande interesse para professores, estudantes, pais e encarregados de educação, para todos os cidadãos que vivem e sentem os problemas do ensino.

239 páginas 120\$00

CDL a distribuição

OPCP nas comemorações da revolução iraquiana

A convite da Direcção Nacional do Partido Baas Árabe Socialista encontra-se na República Árabe do Iraque uma delegação do PCP composta pelos camaradas Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional do CC do PCP e Osvaldo de Castro membro suplente do CC do PCP.

Esta delegação participará nas comemorações do 10.º aniversário da revolução iraquiana.

AS NACIONALIZAÇÕES defesa e dinamização

SECTOR NACIONALIZADO O QUE É? COMO DINAMIZAR? A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA

● DADOS — NÚMEROS — FACTOS
● RENTABILIDADE ● GESTÃO
● DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro INDISPENSÁVEL

190 páginas 60\$00

edições Avante!

Uma tarefa impossível sem os trabalhadores

A política do Governo «está a criar obstáculos insuperáveis à resolução da crise económica que o nosso país atravessa, já que nunca será com o contínuo agravamento das já difíceis condições de vida dos trabalhadores que se ganhará a sua adesão para a patriótica tarefa da recuperação nacional que, sem eles, é impossível», afirma o Secretariado da CGTP-IN num comunicado recente.

«Todas as pessoas, organizações e órgãos de poder reconhecem o esforço patriótico dos trabalhadores e a sua compreensão das dificuldades nacionais. Mas tal compreensão sempre esteve e está ligada à confiança de que essas dificuldades serão ultrapassadas pela manutenção, consolidação e desenvolvimento daquilo que os trabalhadores consideram a garantia do seu futuro: a defesa de poder de compra, a melhoria das condições de vida, a defesa dos seus direitos e liberdades, a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, instrumentos imprescindíveis para a concretização da opção socialista, consagrada na Constituição», acrescenta a CGTP-IN.

O comunicado, citando dados oficiais e actualizados, refere que «o aumento médio dos salários, em 1977, foi de 13 por cento e dos preços de 27 por cento, o que determinou uma baixa no poder de compra dos trabalhadores calculada em 11 por cento. Neste ano de 1978 — acrescenta a CGTP-IN — a situação agrava-se a um ritmo ainda mais vertiginoso. Com efeito, no curto período de meio ano, sofreram aumentos substanciais os preços da água, electricidade, gás transportes, pão, arroz, óleos alimentares, margarinas, leite, pescada congelada, carne bovina, cerveja, tabaco, fósforos, táxis, telefones, etc., etc., e outros foram já anunciados e estão em preparação, o mais grave dos quais é, sem dúvida, o do aumento das rendas de casa».

a actualização das tabelas salariais dos seus contratos colectivos) ao aumento dos impostos e os reformados, cujas reivindicações continuam por satisfazer, a CGTP-IN condena mais uma vez as medidas que levam ao aumento do desemprego, nomeadamente as que contrariam «os interesses dos pequenos e médios empresários», como sejam a desvalorização do escudo, o aumento das taxas de juro e os limites à concessão de crédito, que levam à falência um número preocupante de pequenas e médias empresas. «O ritmo de aumento dos desempregados é este ano superior em mais de 40 por cento ao verificado no ano passado». Enquanto isso, «as forças reaccionárias e fascistas, congregadas com todas as forças de direita desenvolvem, neste momento e a vários níveis, acções concertadas com objectivo de obter novas cedências que tomem ainda mais contrária aos interesses do nosso povo e do nosso país a política que tem sido seguida».

Sindical, que têm garantido a defesa das mais importantes conquistas da revolução», a CGTP-IN «afirma solenemente que a manutenção da actual política e, por maioria de razão, o seu eventual agravamento, através de mais cedências às forças que sonham com o regresso ao passado, é absolutamente insustentável para os trabalhadores portugueses, pondo em perigo a liberdade, a democracia e a independência nacional».

A CGTP-IN conclui o seu comunicado exortando «os trabalhadores portugueses a prosseguirem entusiasticamente o reforço da sua unidade e organização, a intensificarem a sua acção em todos os locais de trabalho e a continuarem mobilizados e determinados na luta pela obtenção das suas reivindicações, pela consolidação dos seus direitos, pela defesa dos seus interesses de classe, desenvolvendo todas as acções que tenham por finalidade a melhoria das condições de vida do povo português, a defesa das liberdades, da democracia e da Constituição».

Semana

12 Quarta-feira 1780 — Nasce, em Castelo de Vide, Mouzinho da Silveira, considerado o cérebro da revolução política e social contra o absolutismo.

A Secretaria de Estado das Florestas, em nota oficiosa, desmente a campanha destinada a fazer crer que se verificara uma delapidação do património florestal na zona da Reforma Agrária. ■ Face ao excesso de produção, a Junta Nacional dos Produtos Pecuários propõe-se adquirir cerca de 900 mil ovinos aos produtores. ■ Os trabalhadores do sector mar da Marinha Mercante entram em greve no intuito de pressionarem os armadores a negociarem a revisão do CCT, em vigor desde 1975. ■ Freitas do Amaral encontra-se em S. Bento com Mário Soares. Como sucedera na véspera, após o seu encontro com o Presidente da República, o dirigente centrista não faz declarações. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral. ■ A Comissão da Federação Distrital de Viana do Castelo do PS censura António Barreto pelas declarações prestadas nos EUA. ■ O Governo Civil de Lisboa proíbe uma concentração no Largo de Camões, marcada para o dia 13. A concentração fora convocada por uma organização de juventude de um grupo esquerdista.

13 Quinta-feira 1975 — A reacção assalta e destrói as sedes dos partidos progressistas em Rio Maior. Inicia-se a vaga terrorista que se prolonga por todo o Verão.

Os trabalhadores das minas da Panasqueira aderem a cem por cento à greve. Ao fim da noite, um acordo entre a comissão intersindical e a administração, que salvaguarda as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, evita que a greve continue. ■ O Secretariado da CGTP-IN adverte que a «manutenção da actual política» e o seu eventual agravamento «através de mais cedências às forças que sonham com o regresso ao passado português». ■ A Direcção-Geral da Fiscalização Económica descobre em Azedia, perto de Alenquer, milhares de litros de «vinho a martelo». ■ A lista unitária de esquerda vence as eleições para a comissão sindical da TAP. ■ A Federação Distrital de Évora do PS manifesta o seu apoio à actual equipa do MAP. Por seu turno, as Federações Distritais de Coimbra e Aveiro do PS manifestam-se contra as manobras de certos elementos do PS. ■ Em entrevista à BBC, Sá Carneiro insiste na fórmula de um Governo de Salvação Nacional e que à primeira vista deveria englobar o PS, o PPD e o CDS. ■ Cerca de duas mil pessoas manifestam-se em Benavente contra o aumento do custo de vida.

14 Sexta-feira 1890 — É inaugurado o Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

O «Diário da República» publica uma portaria regulamentadora dos custos de construção para as casas de renda limitada que permite um aumento de cerca de 20 por cento quando se efectuam novos contratos ou no que diz respeito às habitações para arrendamento em primeira mão. ■ A lista unitária de esquerda vence as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Oficiais da Marinha Mercante. ■ Um acordo da Relação de Coimbra devolve aos trabalhadores a Auto-Vitória, Cooperativa Operária de Reparções e Vendas de Automóveis, revogando assim a sentença do Tribunal de Primeira Instância que mandara restituir aos antigos proprietários as instalações que tinham abandonado. ■ Os trabalhadores da Corame, que salvaram da falência a empresa, advertem o Governo de que se oporão à devolução da empresa ao antigo patrão. ■ Dirigentes do PS e do CDS reúnem-se em S. Bento para, segundo Manuel Alegre, «desbravar caminho» no que respeita à resolução da crise política. ■ O Secretário-Geral do PCP participa num comício na Cova da Piedade. O discurso proferido, publicamo-lo noutra local.

15 Sábado 1759 — Sebastião José de Carvalho e Melo é agraciado com o título de Conde de Oeiras. Só mais tarde obterá o título de Marquês de Pombal.

Amaro da Costa, vice-presidente do CDS, declara no encerramento do I Encontro Nacional do CDS sobre Temas de Família: «Se o CDS provocou, neste momento, uma crise política em Portugal, é porque não está disposto a manter-se solidário no Governo». ■ A Federação Distrital de Faro do PS alerta os órgãos dirigentes do partido «para a necessidade de actuação disciplinar no âmbito dos estatutos» em relação a António Barreto. ■ O ministro da Agricultura e Pescas inaugura em Aveiro a VI Exposição-Feira Regional «Agro-Vouga 78». Ao falar do plano a médio prazo sobre a agricultura declara: «Ao contrário do que se diz, a verdade é que existem ideias muito claras a respeito da política agrícola em Portugal». ■ O general Galvão de Figueiredo é promovido a general de quatro estrelas, mantendo-se no activo.

16 Domingo 1975 — O IV Governo Provisório proíbe os despedimentos sem justa causa.

Depois de reunido durante o fim-de-semana, o Secretariado Nacional do PS decide propor ao CDS a abertura imediata de negociações. No documento difundido salienta-se que «a escolha dos ministros é da exclusiva responsabilidade do Primeiro-Ministro». ■ O I Encontro dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro, que reúne em Coimbra alguns milhares de assalariados rurais, condena as manobras divisionistas e propõe a criação de uma Comissão Coordenadora dos respectivos sindicatos. ■ A Federação dos Sindicatos Ferroviários toma público um comunicado no qual alerta para o perigo do transporte na via férrea face à política económico-financeira do Governo para com as empresas nacionalizadas. No caso da CP, a falta de crédito não permite a renovação do material que cada vez mais se degrada. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes desloca-se a Tomar, onde assiste à tradicional Festa dos Tabuleiros. ■ Em Aveiro, Freitas do Amaral declara: «O CDS não entrou para o Governo para que este tivesse uma política mais à esquerda que o anterior».

17 Segunda-feira 1446 — São compiladas todas as leis do reino, por Rui Fernandes, passando a chamar-se, mais tarde, Ordenações Afonsinas.

Durante a madrugada de segunda-feira 124 detidos evadem-se da Cadeia Penitenciária de Alcoentre, através de um túnel com cerca de 80 metros de comprimento. Nesse mesmo dia são recapturados 30. ■ A Comissão Política do Comité Central do PCP divulga uma nota pronunciando-se sobre o ultimato do CDS ao PS. ■ Entretanto, os dirigentes do CDS pronunciaram-se sobre o comunicado do Secretariado Nacional do PS considerando que o texto indica «abertura e vontade de chegar a acordo». ■ Kalúza de Arriaga, presidente do MIRN, parte para Madrid, coincidindo a sua visita com a cimeira fascista que se realiza naquela cidade. ■ Sá Carneiro e Meneses Pimentel são recebidos em Belém pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, a quem foram apresentar cumprimentos. No final, Sá Carneiro, diria aos jornalistas que «nunca houve qualquer clima de tensão entre o PPD e a Presidência», acrescentando mesmo: «As nossas relações com a Presidência da República foram sempre as melhores».

18 Terça-feira 1931 — Um grupo fascista, intitulado «Respetadores da Ordem», assalta o jornal «República», destruindo tudo.

O ministro das Finanças e do Plano declara que «as necessidades do crescimento económico futuro e o combate ao desemprego conduzirão mesmo a que a dívida externa deva provavelmente duplicar nos próximos cinco ou seis anos». Nesse mesmo dia a dívida externa aumentava mais 6,5 milhões de contos devido ao empréstimo contratado com um consórcio financeiro internacional. ■ A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo propõe uma greve nacional do sector caso o patronato não compareça às negociações. ■ Comentando a visita de Suharto a Timor-Leste, o Ministério dos Negócios Estrangeiros declara: «Não podem reconhecer-se como legítimas quaisquer acções que correspondam a actos de soberania da Indonésia em relação a Timor, ou que pressuponham aquela soberania».

Encontro de Coimbra: «Por uma vida melhor, mais digna e mais feliz nos campos de Portugal»

Milhares de trabalhadores rurais do Norte e Centro de Portugal despertam para a luta por melhores condições de vida e de trabalho. Domingo passado em Coimbra, dezenas de intervenções de delegados do Encontro dos Sindicatos mostraram como são sentidas e como podem ser claramente expressas as duras realidades que exigem luta, unidade, organização. «Os assalariados agrícolas demonstraram aqui, que, unidos e organizados nos seus Sindicatos, se começam a tomar uma grande força social capaz de ter um papel decisivo na luta por uma vida melhor, mais digna e mais feliz nos campos de Portugal».

Esta esperança revelada no Manifesto, aprovado no Encontro dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro, tem raízes firmemente implantadas em regiões onde ainda impera o caciquismo, onde a organização dos trabalhadores mais explorados, oprimidos e desprezados de todo o País foi capaz de levar a cabo, «em dezenas e dezenas de reuniões e assembleias, uma larga

experiências apresentadas, a vivacidade de quem não manda dizer as coisas por ninguém nem esconde com palavras o que tem para exprimir estiveram para além de toda a expectativa. A certeza de seguir bem acompanhado pela luta fraterna dos outros trabalhadores, a solidariedade bem patente nas mensagens recebidas e a importância das conclusões aprovadas fundamentaram uma realidade ao alcance de quem trabalha. A de que «unidos na luta pelos seus direitos, organizados nos seus Sindicatos, apoiados por todos os trabalhadores e pelo Movimento Sindical português, os assalariados agrícolas podem conquistar grandes vitórias, podem melhorar a sua vida, podem conquistar aquilo a que têm direito como trabalhadores que são».



Bandeira de luta e de unidade

discussão dos seus principais problemas e das suas aspirações fundamentais».

Dessa discussão surgiu em Coimbra a aprovação do Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Agrícolas. Surgiu também um Manifesto dirigido aos trabalhadores agrícolas do Norte e Centro de Portugal, a todos os trabalhadores e ao povo português. Nele se anuncia a decisão de criar a Comissão Coordenadora dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro (COSANAC).

Não estamos sós! A espontaneidade das intervenções, a viva realidade das

«O Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Agrícolas é a bandeira da sua luta e da sua unidade», afirma o Manifesto que recolhe o essencial das reivindicações. «Os trabalhadores agrícolas, organizados nos seus Sindicatos, lutam e continuarão a lutar:

- pela rápida promulgação de Portarias de Regulamentação de Trabalho para o sector rural, que tenham em conta os seus direitos e aspirações; pela rápida constituição das Comissões Técnicas Regionais; pela sua participação na discussão e feitura de todas as leis que lhes digam respeito;



Grande representatividade, baseada numa boa preparação, caracterizou o I Encontro dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro de Portugal

- por contrato de trabalho escrito para todos os trabalhadores agrícolas, (mesmo os eventuais) elaborados com

- a participação dos trabalhadores e fiscalizados pelos Ministérios do Trabalho e da Agricultura;

- por um horário de trabalho de 8 horas diárias, com descanso aos domingos e feriados (sem descontos); pelo pagamento das horas extraordinárias, de acordo com a lei;

- pelo cumprimento do salário mínimo de 4600 escudos mensais, ou de um mínimo de 22\$20 por hora (aplicado a partir dos 16 anos) e pela subida das jornas de acordo com a subida do custo de vida;

- pelo direito ao trabalho, pelo subsídio de desemprego, pela proibição dos despedimentos sem justa causa e pela criação de empregos através do cultivo das terras incultas ou mal aproveitadas;

- pela integração de todos os trabalhadores agrícolas no Regime Geral da Previdência, sem aumento de descontos, com fiscalização eficaz do cumprimento das leis sobre Previdência;

- pelo respeito dos direitos de reunião e de associação, designadamente das liberdades sindicais, e castigo exemplar dos que atentam

contra elas; pela representação dos Sindicatos agrícolas nas autarquias;

● pela promoção da instrução e da cultura para os trabalhadores do campo; pelo aumento dos serviços médicos, hospitalares e de enfermagem gratuitos e que cheguem de facto às aldeias; pelo melhoramento da qualidade de vida dos trabalhadores agrícolas portugueses».

Necessidade e realismo

O Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Agrícolas cujos pontos essenciais acabámos de referir, apresenta propostas realistas. Baseia-se em necessidades concretas, exigindo satisfação urgente. A sua volta será possível unir a grande massa dos assalariados rurais, mobilizando-os para a luta, a unidade e a organização sindical. «A conquista do Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Agrícolas é uma necessidade urgente para nos livrar da miséria e da fome, nossas e dos nossos filhos, e corresponde a uma obra de justiça social e moral e de dignificação humana» lê-se na introdução ao Caderno aprovado em Coimbra. Lutar por ele nas aldeias e nas quintas, nas empresas agrícolas e nas freguesias é a única forma de avançar, cimentando o caminho percorrido e dando seguimento às dezenas de lutas já travadas, muitas delas vitoriosas, mostrando que os trabalhadores rurais e resineros estão dispostos a fortalecer a unidade, a organizar-se cada vez melhor e a lutar mais eficazmente por melhores condições de vida e de trabalho.

O Encontro dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro, com a adesão que conquistou e com os resultados que obteve, constitui um marco muito sólido donde é possível partir para o reforço dos Sindicatos Agrícolas em todo o País e para a satisfação urgente dos anseios comuns a centenas de milhares de trabalhadores.

A ficha do encontro

Designação: I Encontro dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro de Portugal.

Data e local: 16 de Julho de 1978. Pavilhão da Palmeira, Coimbra.

Organizadores: Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos Distritos de Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda (em formação), Leiria, Porto, Vila Real e Viseu.

Mesa da Presidência: dirigentes sindicais das associações promotoras. Abriu os trabalhos José Pinto, presidente da direcção do Sindicato do Porto.

Participação: 315 delegados e mais de 2000 convidados: assalariados rurais dos vários concelhos, vilas e aldeias do Norte e Centro do País.

Documentos aprovados: Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Agrícolas, Manifesto dirigido «aos trabalhadores agrícolas do Norte e Centro de Portugal, a todos os trabalhadores e ao povo português», várias moções que retem o fundamental das dezenas de intervenções dos delegados.

Recomendação: Instituir a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro de Portugal.

Decisão: criar a Comissão Coordenadora dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro (COSANAC).

Sectores em luta por reivindicações salariais

Terminada a greve na Panasqueira, após satisfação das principais reivindicações, prosseguiu no último fim-de-semana a paralisação na Marinha Mercante e a Federação dos Sindicatos da Hotelaria anunciava para o próximo dia 2º um dia de greve nacional. Esses sectores e a Panificação que anunciou por sua vez o recurso à greve, lutam por melhores salários e pelo andamento normal das negociações de contratos colectivos de trabalho.

Nas minas da Panasqueira, a administração cedeu após um dia de greve, comprometendo-se a satisfazer várias reivindicações de carácter social, incluindo um aumento das pensões por silicose, obras nas residências em pior estado, construção de instalações sanitárias, aumento do pessoal médico, subsídio de alimentação e serviço de supermercado. Os salários subirão 10 por cento com efeitos retroactivos a partir de Janeiro. A tabela salarial será revista no começo do próximo ano. Parte dos descontos abusivos, com base numa paralisação, será devolvida aos trabalhadores.

Na Hotelaria, a decisão de greve, tomada em plenário da respectiva Federação, deve-se à recusa das negociações de um novo contrato de trabalho por parte do patronato.

A opinião reaccionária segundo a qual a hotelaria e o turismo não ganham o suficiente para aumentarem os salários foi declarada falsa pelos trabalhadores que, com base em dados da Direcção-Geral de Turismo, afirmaram que os resultados de 1977 foram melhores que os de 1973, sendo este considerado, até então, o melhor ano do turismo em Portugal.

No plenário que votou a greve, já apoiada por larga adesão, foram condenados os «sindicatos amarelos». O paralelismo sindical,

fomentado e apoiado pelos partidos da direita, quer submeter os direitos e interesses dos trabalhadores ao grande capital monopolista. O Secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo lançou um apelo ao reforço da unidade para ampliar a frente de luta e derrotar as manobras dos paralelos fantoches.

Os sindicatos rejeitaram, entretanto, uma proposta das associações patronais para o início das negociações com base no contrato de 1975. Naturalmente, os trabalhadores exigem que essas negociações se baseiem na portaria de regulamentação de trabalho publicada em 1977 e que engloba os dois sectores: público e privado.

Na Marinha Mercante, a greve tem por objectivo novos salários. Vinte por cento é o aumento exigido para enfrentar, ainda que a título precário, o aumento do custo de vida. Trinta navios estavam parados no último fim-de-semana. E esse total tende a aumentar, pois a greve (recusa de horas extraordinárias) afecta sobretudo as manobras de atracação e desatracação de navios com recurso a trabalhadores que não estão de serviço e que se recusam a prestá-lo para defenderem as suas reivindicações justas e inadiáveis que têm deparado

com a «incapacidade de diálogo» da parte do Governo — acusa a Federação dos Sindicatos.

A greve não tem afectado os casos urgentes. Os navios que apresentam algum perigo têm sido assistidos pelos trabalhadores que para o efeito interrompem a greve.

trabalhadores decidiram-se pelas greves selectivas, a fim de apoiarem a proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho. O abastecimento normal da população não será atingido. Seleccionando as paralisações, os trabalhadores pretendem atingir



«Não há dinheiro que pague o trabalho do mineiro»

Só há motivos para louvar a consciência demonstrada pelos trabalhadores.

Entretanto, os pilotos de barra iniciavam também uma série de paralisações para que o Governo publique o Estatuto do Instituto Nacional da Pilotagem dos Portos. Na Panificação, os

apenas as empresas dos dirigentes das associações patronais. As paralisações, cujo calendário estava ainda por estabelecer no princípio da semana, foram decididas em plenários efectuados em Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo. Outros plenários estão previstos para o resto do País.

Têxteis movimentam-se contra os despedimentos

Os Sindicatos do sector têxtil vestuário e lanifícios e a respectiva Federação movimentam-se a nível nacional contra o desemprego e os despedimentos que ameaçam agravar-se. Para hoje e amanhã estão marcadas reuniões em Coimbra.

O Secretariado da Federação e as direcções sindicais do sector preparam a revisão salarial enquanto a luta prossegue contra a perspectiva de encerramento de mais empresas e contra os 60 processos disciplinares levantados na Eurofil.

Em Braga, Coimbra e Lisboa, houve plenários de trabalhadores têxteis no último fim de semana. Numa conferência de imprensa dada no Porto, o Sindicato acusou as grandes empresas multinacionais do sector de imporem despedimentos ao Governo ao mesmo tempo que dele exigem empréstimos volumosos e redução quase total das dívidas.

Entretanto, as pequenas e médias empresas continuam a enfrentar grandes dificuldades. São numerosas as fábricas com graves problemas financeiros e de tesouraria. Os dirigentes sindicais do Porto afirmaram na conferência de imprensa que essa pequenas e médias empresas são «vítimas de uma política financeira que visa a sua destruição através de restrições e cortes de crédito, do grande aumento das taxas de juro, do aumento do preço das matérias primas através da

desvalorização do escudo, de dificuldades no escoamento da produção pela diminuição do poder de compra do povo, devido ao aumento do custo de vida não acompanhado pela subida de salários».

Quanto às multinacionais dos têxteis e do vestuário foram citados no Porto casos concretos (Valfar, Socotil, Schimming, Fertex, Oriental), cuja actuação de «boicote e sabotagem à actividade económica do País» tem levado ao seu não funcionamento e ao desemprego para grande número de trabalhadores.

Só na CIFA estão em perigo 1 600 postos de trabalho. Desintervençionada, essa empresa de Valongo é um exemplo típico dos prejuízos que têm trazido as devoluções de empresas ao patronato em condições que não garantem os direitos dos trabalhadores. Mas em vez de parar com as desintervenções o Governo quer prosseguir com essa política. Outras empresas estão ameaçadas.

Desenvolver a luta, mobilizar cada vez mais, avançar com reivindicações justas e aplicá-las nas empresas e junto dos órgãos do poder é a firme determinação dos Sindicatos da Federação e dos trabalhadores em defesa dos seus direitos onde avulta o direito ao trabalho, a garantia do emprego e um salário que permita enfrentar com um mínimo de dignidade o aumento brutal do custo de vida.

Salários da CP A Semana do Emigrante

«Milhares de ferroviários estão a receber os seus vencimentos com largos atrasos. Como é possível, numa empresa nacionalizada de interesse público, com mais de 27 mil trabalhadores e num sector tão sensível como o dos transportes, passaram-se factos desta natureza?»

— pergunta a Federação dos Sindicatos Ferroviários, que acusa de «ruinosa» a gestão da CP e levanta a hipótese de o atraso no pagamento de salários se dever a «uma

manobra combinada para criar no seio dos ferroviários mal-estar e insatisfação».

Por outro lado, a Federação alerta para o mau estado das vias e para as perturbações no tráfego, pondo o Governo e o Conselho de Gerência da CP perante os perigos que podem advir da situação actual. A Federação lembra que a CP não tem sequer dinheiro «para levantar a alfândega e materiais indispensáveis para a sua actividade, como é o caso das

válvulas electrónicas de circulação de via».

Numa crítica fundamentada à política económica e financeira do Governo para as empresas nacionalizadas, a Federação afirma que a CP dispõe de uma verba irrisória no Orçamento Geral do Estado. «O Secretariado da Federação — acrescenta — tudo tem feito para tentar solucionar esta situação», reunindo várias vezes com o Conselho de Gerência e pedindo audiências ao ministro dos Transportes e Comunicações.

Com um espectáculo inédito em Lisboa e outros em várias localidades do País, a CGTP-IN organiza uma Semana do Emigrante.

Sob a palavra de ordem «Na Unidade dos Trabalhadores Forjar o Regresso e o Futuro», a Central reafirma que «os trabalhadores portugueses emigrados são e continuarão a ser considerados pelo Movimento Sindical português como irmãos de classe», a quem sauda, desejando «a todos que por esta altura se encontrem entre nós, no gozo de merecidas férias, uma

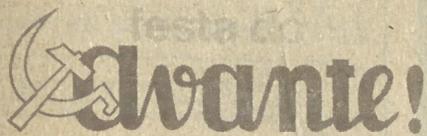
estadia agradável em fraterno convívio com os seus familiares e amigos».

Os actos mais significativos da Semana do Emigrante decorrerão de 12 a 20 de Agosto. Além do espectáculo em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, no próximo dia 12, pelas 21 horas, haverá ainda colóquios, convívios e festas em Viseu, Alpiarça, Niza, Vieira de Leiria, Sesimbra, Rosário, Faro, Póvoa do Varzim, Figueira da Foz e outras localidades. Muitos artistas convidados

deram já a sua adesão. Entre eles, Adriano Correia de Oliveira, Zeca Afonso, Carlos do Carmo, José Jorge Leiria e muitos outros artistas e conjuntos de qualidade.

«Dada a importância social desta iniciativa — afirma o Departamento de Informação da Central — a CGTP-IN espera poder contar com a colaboração de todos os órgãos de informação e apela, nomeadamente, para a RTP e RDP no sentido de darem cobertura aos diversos espectáculos».

8,9,10 de setembro vale do jamor



A divulgação do cartaz da Festa é uma importante tarefa de propaganda à grande iniciativa

A Festa do «Avante!» é nos dias 8/9/10 de Setembro

Jamor: um fim-de-semana de trabalho e de convívio

«Contem bem todos os pés de arbustos arrancados, todas as canas cortadas pela raiz, para podermos enviar o relatório ao Sousa Tavares. É que senão, depois, ele vem gritar que abatemos para aí uns 100 hectares de eucaliptos ou que destruímos uns 500 hectares de arroz».

Frases destas e outras do mesmo tipo podiam ser ouvidas nas ensolaradas manhãs e tardes do passado fim-de-semana, enquanto algumas centenas de voluntários iniciavam a transformação da paisagem do Vale do Jamor.

Foi a primeira jornada de trabalho «a sério» que ali se realizou com vistas à construção bem sólida

da grande cidade da Festa do «Avante!» deste ano. Desde a manhã de sábado ao fim da tarde de domingo que as enxadas, as pás e as picaretas andaram de mão em mão e as mãos as levaram pela terra fora, arrancando o restolho, fazendo aqui e ali grandes montes já cercados por terra. Terra que lá ficando lisa e batida, preparada para receber as centenas de

milhares de pés que, durante os três dias da Festa do «Avante!» ali participaram e se deslumbraram com o trabalho colectivo, a capacidade de organização e o poder criativo dos militantes e simpatizantes comunistas. Pés que, ao pisarem aquela terra então lisa, decerto se recordarão do esforço de todos os que a conseguiram transformar.

Sob um sol demasiado generoso para aquele trabalho, um sol que quis estar totalmente presente, o entusiasmo desta primeira jornada foi

enorme e dado à medida do grande labor que vai ser necessário à rápida transformação do Vale do Jamor.

Durante este fim-de-semana, esse entusiasmo foi dado por camaradas de várias organizações do Comité Local de Lisboa do PCP — como por exemplo o subsector da saúde e as 1.ª e 4.ª Zonas — e ainda pelos camaradas de Queijas, entre muitos outros, anonimamente dispersos pela imensa planura.

Aos poucos e poucos, o mato lá foi sendo arrancado da terra ressequida por mãos generosas de voluntários

nunca cansados e sempre animados. Por isso, esta jornada de trabalho foi também — como não podia deixar de ser sempre que comunistas se encontram para executar qualquer tarefa — uma jornada de convívio.

Jornada de convívio enquanto os já mais experimentados ensinavam aos novos nestas andanças a melhor maneira de, com uma enxada, arrancar as raízes do restolho; jornada de convívio enquanto a sede de quem aliava a terra era mitigada por um copo de água fresca estendido por mãos amigas; jornada de

convívio, enfim, enquanto à hora do almoço e sob a sombra fresca das árvores, se trocavam petiscos e amizade.

Os fins-de-semana no Vale do Jamor vão prosseguir sob o signo do trabalho e do convívio e a eles acorrerão seguramente cada vez mais camaradas e amigos do Partido. Porque cada vez se torna mais vulgar ouvir entre nós o seguinte diálogo:

«Onde é que vais passar o fim-de-semana?»

«Ao Jamor! Aquele trabalho, aquele convívio, é a melhor forma de poder descansar!».



No passado fim-de-semana foram vários os camaradas do Comité Central que lá estiveram no Jamor a «atacar» o restolho, como foi o caso de Sérgio Vilarigues e de Dias Lourenço. A foto documenta o momento em que o director do «Avante!» com outros camaradas acomete o mato com uns poderosos golpes de enxada

Foram centenas os que trabalharam — mas no próximo fim-de-semana serão ainda mais! Entre outras organizações, a célula do BESCL já anunciou que comparecerá em força, com outros companheiros de trabalho, e também com sardinhas, caldo verde, salada, pão e vinho...

Évora prepara-se

Através de reuniões e do trabalho concreto, avança a preparação da Festa do «Avante!» em todas as organizações do Partido. Há dias, em Évora, cerca de 60 camaradas reuniram-se para discutir os problemas que a Festa vem pôr e que é necessário resolver.

Nesta reunião participou o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do Partido, que falou do significado desta iniciativa nacional do PCP.

Através da Festa do «Avante!», disse, podemos ver o Partido e a sua luta nas empresas, nos campos, nos escritórios, nas minas, no mar e nas escolas; podemos ver o Partido e a sua luta constante em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, das liberdades democráticas, da Constituição e da independência nacional; podemos ver a luta abnegada do Partido na defesa da unidade nacional, na defesa das Conquistas de Abril, na luta pela saída da crise, na luta pelo aumento da produção nacional.

António Gervásio falou ainda do intenso trabalho necessário para levantar uma Festa como a que se vai realizar no Jamor, trabalho a que só os comunistas, os trabalhadores, estão dispostos a meter mãos.

Porque é que é só o PCP que faz festas assim? A esta pergunta respondeu aquele dirigente comunista:

O PCP é o Partido dos Trabalhadores, é o Partido do Povo, é o Partido da Juventude e do Futuro. É o único grande partido verdadeiramente ligado à vida do povo, às suas tradições, às suas festas e alegrias.

E terminou apelando para a organização local do Partido participar activamente na festa, formando comissões ou grupos da Festa do «Avante!» nas empresas e nos bairros; desenvolvendo iniciativas e a imaginação; aumentando a venda das EPs; organizando jornadas de trabalho no Vale do Jamor; estimulando a campanha de ofertas para a Festa.

Almada reúne a Comissão Concelhia

A Comissão Concelhia de Almada também reuniu há dias para analisar as informações sobre a Festa e estudar as formas de participação da organização. Perspectivou-

-se a mobilização necessária para o Vale do Jamor, integrada na jornada de trabalho do passado fim-de-semana a que a DORS, como outras organizações, aderira.

Almada tem já concluído o seu projecto de implantação e prepara-se a sua distribuição por células. Entretanto, quanto à venda da EP, aquele concelho tinha vendido mais de um milhão de cópias da Entrada Permanente, tendo sido decidida uma melhor dinamização da venda durante os meses de Julho e Agosto, nas praias.

Por outro lado, entre as várias iniciativas em marcha no concelho, conta-se a festa que o Pragal e o Feijó preparam para os próximos dias 4, 5 e 6 de Agosto.

Vai chamar-se a «Festa do Verão 78» e realizar-se-á junto à Cooperativa do Pragal. Cinema, Canto Livre, baile, exposições, «comes-e-bebes» e desporto, serão algumas das iniciativas desses três dias, em que se prevê também uma intervenção política. E o dia 5 será o «Dia do Emigrante», durante o qual haverá um colóquio.

Pioneiros de Portugal no Jamor

Como no ano passado, melhor e mais que no ano passado, os Pioneiros vão ter o seu espaço, a sua presença, as suas actividades, vão trazer a sua alegria à Festa do «Avante!».

Com uma área destinada ao desporto, os Pioneiros irão dispor de um parque de diversões, com materiais da mais diversa ordem e de uma zona livre onde se poderão fazer jogos orientados, alguns típicos de diversas regiões do país.

Uma exposição, que reunirá e documentará o trabalho e as actividades dos Pioneiros, versará dois temas. Um deles nacional, com o lema «Estudar e Brincar no Portugal de Abril», e outro, voltado para a «Solidariedade Internacional entre as Crianças de Todo o Mundo».

Haverá também bancas com materiais realizados pelos Pioneiros. É um bar, destinado especialmente às crianças — com bebidas apropriadas, claro.

Os espectáculos especialmente dedicados às crianças não serão esquecidos, como também o não serão os espectáculos organizados pelas próprias crianças!

Um pavilhão já construído em Torres Vedras

Neste momento a organização do Partido em Torres Vedras tem já construído um pavilhão que irá ser utilizado como restaurante no Jamor.

Com cerca de 200 metros quadrados, este pavilhão foi o produto do trabalho não apenas de militantes do Partido, mas também de simpatizantes e amigos.

Estreado recentemente na Feira anual da vila, onde esteve uma semana com exposições, venda de produtos da Reforma Agrária, venda de EPs, foi visitado por várias centenas de pessoas, as quais também assistiram a algumas sessões, sobre diferentes temas, que ali se realizaram. Muitos camponeses da região visitaram já este pavilhão que foi construído a pensar na Festa do «Avante!» e passou no exame local que lhe foi feito...

De Torres Vedras informam ainda os camaradas que, ao analisarem a venda da EP, comparando-a com a do ano passado, verificam que, para a mesma altura, aumentou para o dobro o número de Entradas Permanentes vendidas, tendo vários camaradas vendido já mais de 20 EPs cada.

E preparam-se excursões para a Festa. A organização da Freguesia do Turcifal, por exemplo, já tem assegurada — e cheia — uma camioneta!



Torres Vedras: um pavilhão «testado» para a grande Festa

Venda da EP: militância!

Já em muitas organizações — bairros, pequenas células — há metas que foram ultrapassadas. Noutras, porém, muito esforço se tem de desenvolver para estar à altura de as cumprir, na venda da Entrada Permanente.

O certo é que, como se previa, os números deste ano são significativamente maiores, quando comparamos os resultados das vendas deste ano com as do ano passado. E era de esperar, pois que cada vez mais amigos e simples democratas conhecem — de lá terem estado ou de ouvirem falar — a fama da Festa do «Avante!». E não querem faltar, em Setembro, ao grande convívio do Jamor.

Muitas organizações fazem os seus gráficos e entusiasmam os seus militantes, com as informações que regularmente publicam sobre o andamento da venda da EP! E enviam-nos exemplo de militância, como o que referimos hoje:

O camarada Luís Nunes Carreiras, que é membro da Comissão de Freguesia de Aldeia Velha, em Avis, vendeu sozinho 20 EPs e encomendou ao Partido mais 30. E também já tem um autocarro contratado e pago, com as marcações completas. E continua a trabalhar para encher mais outro!

Estes exemplos, que se vão multiplicando pelo País fora, e que é preciso seguir, farão com que a Festa do «Avante!» seja este ano ainda maior!

Como fazer a preparação para a Corrida e Marcha

Começou já a ser distribuído pelas diferentes Organizações do PCP o regulamento da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria e os interessados apenas têm de o ler atentamente para melhor participar nesta iniciativa que não se propõe criar vencedores e vencidos, antes pretende que cada um faça uma competição consigo próprio, no intuito de melhorar e consolidar a saúde, que o actual ritmo de vida não ajuda. Desde que se respeitem as indicações do programa, a idade não constitui um impedimento para participar — tanto os mais novos como os mais idosos verificarão as vantagens desta prática. Mas não se esqueça, convém respeitar as indicações para os diferentes casos.

Apesar do programa já estar a ser distribuído, mas porque muitas têm sido as solicitações de que divulguemos com mais pormenor a iniciativa, publicamos hoje mais informações.

Como já dissemos há umas semanas atrás, primeiro impõe-se fazer o «exame dos 12 minutos» e que consiste em saber que distância se consegue percorrer naquele espaço de tempo.

Se percorreu menos de 1600 metros, pertence ao Grupo I, entre 1600 a 2000, ao Grupo II, de 2000 a 2400, ao Grupo III, de 2400 a 2800, ao Grupo IV e se percorreu mais de 2800 metros em 12 minutos então a sua categoria é a do Grupo V.

Os quadros que a seguir publicamos indicam os

programas de preparação e as tabelas para os diferentes grupos. A classificação «Avante!», a ser publicada no jornal tem como objectivo estimular os núcleos de corrida a expandirem a sua actividade da marcha e da corrida.

GRUPO I

— Para os que percorrem menos de 1 600 metros em 12 minutos.

— Para os que não praticam regularmente desporto.

— Número de sessões semanais — 5.

SEMANA	CORRIDA		MARCHA		CORRIDA NO MESMO LUGAR	
	Por sessão (metros)	Andamento	Total por semana	Por sessão (metros)	Total por semana	Tempo por sessão (m)
1	1 400	marcha	7 000	1 400	7 000	2,30
2	1 000	marcha/corrída	5 000	1 400	7 000	3,30
3	1 200	marcha/corrída	6 000	1 600	8 000	5,00
4	1 200	marcha/corrída	6 000	1 600	8 000	6,00
5	1 500	marcha/corrída	7 500	2 000	10 000	8,00
6	1 600	corrída	8 000	2 000	10 000	10,00
7	1 800	corrída	9 000	2 200	11 000	11,00
8	1 900	corrída	9 000	2 400	12 000	12,00
9	2 000	corrída	10 000	2 400	13 000	13,00

GRUPO II

— Para os que percorrem de 1 600 a 2 000 em 12 minutos.

— Número de sessões por semana — 5.

SEMANA	CORRIDA		MARCHA		CORRIDA NO MESMO LUGAR	
	Por sessão (metros)	Andamento	Total por semana	Por sessão (metros)	Total por semana	Tempo por sessão (m)
1	2 000	andar/corrída	10 000	2 000	10 000	2,30
2	1 400	andar/corrída	7 000	2 000	10 000	4,00
3	1 600	andar/corrída	8 000	2 200	11 000	6,00
4	1 900	andar/corrída	9 500	2 400	12 000	7,30
5	2 100	andar/corrída	10 500	2 700	13 500	9,30
6	2 400	andar/corrída	12 000	2 900	14 500	12,00
7	2 400	corrída	12 000	3 100	15 500	13,30
8	2 500	corrída	12 500	3 300	16 500	15,30
9	2 600	corrída	13 000	3 600	18 000	18,00

GRUPO IV

— Para os que correm de 2 400 a 2 800 em 12 minutos.

— Para os que correm mais de 2 800 metros em 12 minutos.

SEMANA	CORRIDA		MARCHA		CORRIDA NO MESMO LUGAR	
	Por sessão (metros)	Andamento	Total por semana	Por sessão (metros)	Total por semana	Tempo por sessão (m)
1	4 000	andar/corrída	20 000	5 000	25 000	6,00
2	4 200	andar/corrída	21 000	5 000	25 000	7,00
3	4 400	andar/corrída	22 000	5 200	26 000	9,00
4	4 600	andar/corrída	22 000	5 500	27 500	11,00
5	4 600	corrída	23 000	5 800	28 000	13,00
6	4 800	corrída	24 000	6 000	30 000	15,00
7	5 000	corrída	25 000	6 200	31 000	17,30
8	5 200	corrída	26 000	6 400	32 000	18,30
9	5 400	corrída	27 000	6 800	34 000	20,00

GRUPO III

— Para os que percorrem de 2 000 a 2 400 em 12 minutos.

— Para os que percorrem mais de 2 800 metros em 12 minutos.

SEMANA	CORRIDA		MARCHA		CORRIDA NO MESMO LUGAR	
	Por sessão (metros)	Andamento	Total por semana	Por sessão (metros)	Total por semana	Tempo por sessão (m)
1	4 000	andar/corrída	20 000	4 000	20 000	5,00
2	2 800	andar/corrída	14 000	4 000	20 000	7,00
3	3 200	andar/corrída	17 000	4 400	22 000	8,00
4	3 200	andar/corrída	17 000	4 600	23 000	10,00
5	3 400	andar/corrída	17 000	4 900	24 500	12,00
6	3 700	andar/corrída	18 500	5 200	26 000	13,00
7	3 900	corrída	19 500	5 400	27 000	15,00
8	4 000	corrída	20 000	5 600	28 000	16,00
9	4 000	corrída	20 000	5 800	29 000	17,30

GRUPO V

— Para os que percorrem mais de 2 800 metros em 12 minutos.

— Para os que percorrem mais de 2 800 metros em 12 minutos.

SEMANA	CORRIDA		MARCHA		CORRIDA NO MESMO LUGAR	
	Por sessão (metros)	Andamento	Total por semana	Por sessão (metros)	Total por semana	Tempo por sessão (m)
1	5 600	andar/corrída	28 000	6 000	30 000	7,00
2	5 800	corrída	29 000	6 200	31 000	9,00
3	6 400	corrída	32 000	6 400	33 000	12,00
4	6 600	corrída	33 000	6 800	33 000	14,00
5	6 800	corrída	34 000	7 000	35 000	15,00
6	7 200	corrída	36 000	7 200	36 000	17,00
7	7 500	corrída	37 500	7 400	37 000	18,00
8	7 800	corrída	39 000	7 600	38 000	20,00
9	8 000	corrída	40 000	7 800	39 000	22,00



A crise governamental e a posição do PCP abordados no grande comício na SFUAP

A realização deste comício, num momento de crise e num centro proletário como é o de Almada, para explicar a posição do PCP relativamente aos últimos desenvolvimentos da situação política nacional, está directamente relacionada com a responsabilidade do nosso Partido perante os trabalhadores — afirmou o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central perante os milhares de pessoas que, no pavilhão da SFUAP, assistiram ao comício da passada sexta-feira, durante o qual interveio também o camarada Alvaro Cunhal.

Muita gente não conseguiu entrar no enorme pavilhão, ficando cá fora a seguir as

intervenções dos vários oradores através dos autofalantes colocados no exterior.

Além do Secretário Geral do Partido e de Jaime Serra encontravam-se na mesa os camaradas José Cavaco, da DORS, José Maia deputado à AR, Maria Emília de Sousa e Eduardo Gomes, da Comissão Concelhia de Almada e ainda José Carlos Piloto, da UJC e Vítor Faustino, da UEC.

A classe operária e o movimento popular de massas — disse ainda Jaime Serra — constituem uma força fundamental para a defesa do regime democrático e das conquistas revolucionárias dos trabalhadores, tais como as nacionalizações,

a Reforma Agrária e o controlo operário.

Torna-se por isso indispensável que o PCP, como o grande Partido dos trabalhadores, esteja presente com a informação actualizada, pronta e objectiva sobre o evoluir da situação.

Mais adiante aquele dirigente comunista abordaria os problemas do distrito onde, como disse, vive elabuta uma grande massa de trabalhadores e onde se faz sentir pesadamente as consequências da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, encetada pelo Governo PS sózinho aliado de facto à direita e continuada pelo actual Governo de coligação

PS/CDS.

Citou depois exemplos concretos da recuperação capitalista no distrito, abordando seguidamente os problemas do sector naval e as dificuldades que as autarquias, conduzidas na sua maioria pela APU, enfrentam, nomeadamente pela falta que se faz sentir de uma lei de finanças locais.

Com a entrada do CDS no Governo — afirmou mais adiante — os ataques das forças reacçãoárias e o cerco às Câmaras progressistas têm-se acentuado. É exemplo disso o que se passa com os transportes públicos do Barreiro, onde a Petrogal, por pressão do MAI, cessou fornecimentos de

combustível ante a falta de recursos financeiros do município, prejudicando gravemente, com essa medida, a população do Barreiro.

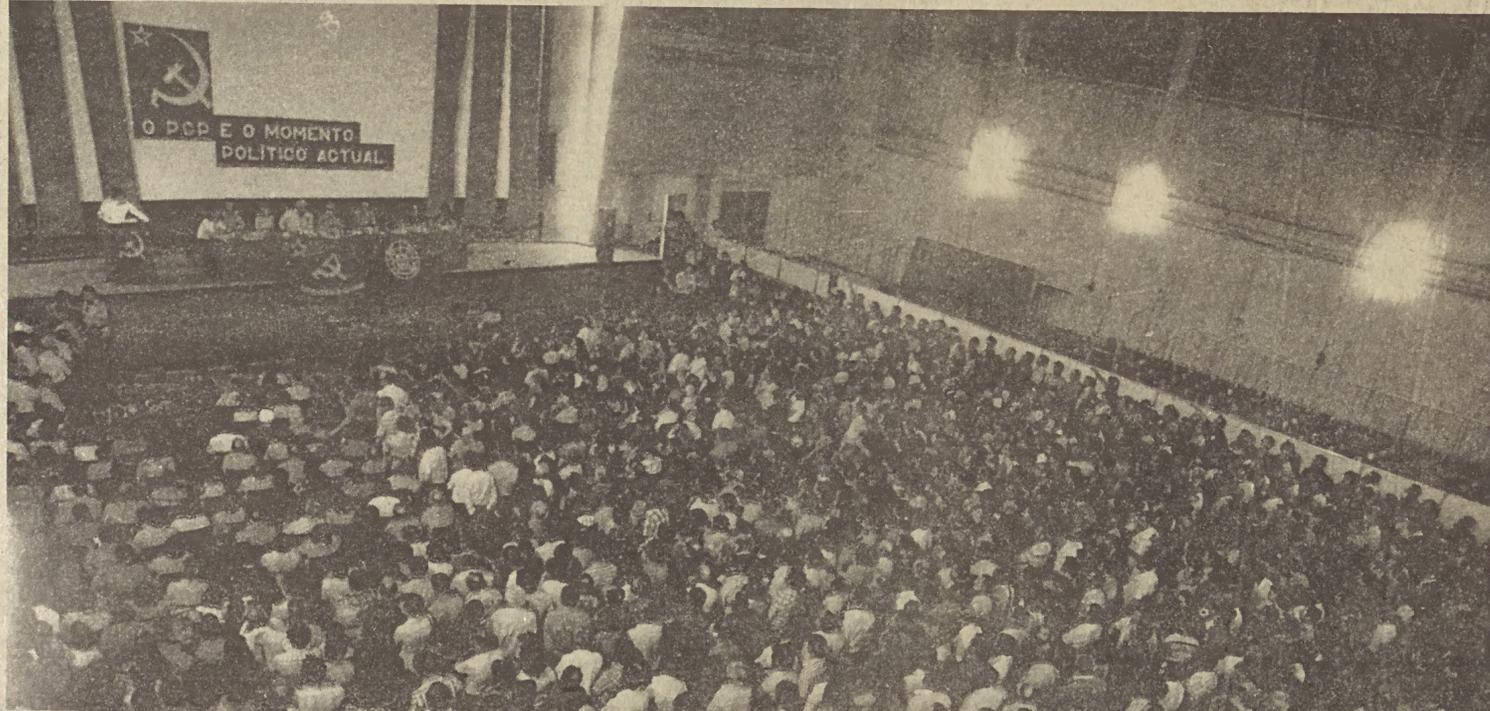
A atribuição das verbas continua à mercê do arbitrio de quem governa — sublinhou. — Por dificuldades financeiras dos municípios são frequentes as paralizações de obras de saneamento básico e outras, de interesse fundamental para as populações locais.

Seguidamente interveio o camarada Eduardo Gomes, que falou sobre os problemas do sector naval, salientando o facto de, em todas as empresas, os trabalhadores desenvolverem esforços não apenas para garantirem os

seus postos de trabalho, mas também para se oporem às manobras de recuperação capitalista por parte das administrações e do Governo.

Finalmente, o camarada José Carlos Piloto interveio em nome da juventude, lembrando os seus problemas, hoje agravados pelo aumento geral dos preços e serviços essenciais. Referiu ainda o esforço que os jovens comunistas desenvolvem em torno das suas tarefas, entre as quais se incluiu nas últimas semanas a preparação do seu contributo para o XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

No final tomou a palavra o Secretário Geral do Partido, cujo importante discurso publicamos separadamente.



A operação

Camaradas:

A Revolução portuguesa e a consolidação do regime democrático têm sido marcadas por grande irrequietude e instabilidade, por uma densa rede de contradições e por constantes ofensivas e tentativas desestabilizadoras e golpistas das forças reacçãoárias, e pela capacidade e hoje demonstradas pelo nosso povo e pelas forças democráticas para assegurar, através do mar encapelado dos seus ataques e perigos, o prosseguimento do processo democrático.

Uma vez mais a reacção passa à ofensiva. Uma vez mais, depois de tantas outras, nos encontramos numa curva de auge. E uma vez mais devemos dizer com confiança — Portugal Abriu salu das curvas anteriores e também salu da. Também desta vez a reacção não passará.

A estratégia da reacção

As atenções do povo português estão voltadas para o momento, para o ultimato do CDS ao seu parceiro do Governo para a resposta que lhe dará o PS e para as consequências da crise.

Embora não se possa ainda ajuizar interiramente dos propósitos e do alcance da operação desencadeada pelo CDS é necessário desde já alertar o povo português para aspectos já evidentes dessa operação.

Errado seria considerar a operação do CDS como acontecimento isolado, apenas no âmbito do Governo produto de desentendimentos ocasionais entre os partidos da coligação.

Não. Esta operação do CDS deve compreender-se no quadro mais largo das actividades, processos e objectivos das forças do fascismo e da reacção, no quadro das forças reacçãoárias visando a restauração do regime económico e político dos grupos monopolistas latifundiários, a liquidação da democracia portuguesa e a instauração duma nova ditadura.

Existem, é certo, contradições, rivalidades, diferenças de métodos, entre as forças reacçãoárias. O CDS não o Governo coligado ao PS numa aliança governativa que se tem afirmado até agora respeitadora das liberdades democráticas. O PPD/Sá Carneiro, o MIRN e outros partidos reacçãoários estão na oposição e têm-se afirmado como partidos da desestabilização e da destruição das estruturas democráticas e do regime existente.

O que caracteriza, porém, verdadeiramente o sistema aliado das forças reacçãoárias, não são os métodos, mas os conjuntivos que podem mesmo ser contrários sob o ponto de vista formal, mas a identidade dos objectivos fundamentais a médio e a longo prazo.

A operação agora desencadeada pelo CDS mostra-nos a coligação do CDS com o PS não passa de uma aliança circunstância (aliança contranatura como sempre dizem os que os verdadeiros aliados do CDS, perspetivando a evolução da situação política, mesmo estando o CDS no Governo, não são partidos democráticos, não é o PS, mas a política de direita da sua direcção, mas o PPD e outros partidos reacçãoários).

Todas as forças reacçãoárias, sem excepção, têm simultaneamente em duas possibilidades. Por um lado, a conspiração, a desestabilização, os golpes e pronunciamentos. Por outro o uso e abuso das liberdades e da democracia democrática para tentarem participar no Governo e, finalmente, a conquista do poder através de eleições realizadas em condições de desinformação, pressões, ameaças, violência, fraudes, que lhes permitam alcançar a maioria.

Qualquer dos partidos reacçãoários tem tentado, em 1978 e outra. Nisso não há grandes diferenças entre o CDS e o PS, o PPD que já lá esteve e o MIRN que não desce da oposição lá estar.

Entretanto, por duas razões, a reacção joga cada vez mais a carta da desestabilização. A primeira é que, à medida que se passa em regime democrático, as conquistas da Revolução tornam-se mais irreversíveis. A segunda é que a reacção tem medo das eleições de 1980 porque sabe que não mantendo-se as liberdades democráticas, sendo assim o seu exercício em todo o território nacional, respectivamente a Constituição, os partidos reacçãoários serão derrotados tal como o foram nas eleições de 1975 e nas de 1976.

Esse medo da consolidação da democracia e do regime popular leva a reacção a atacar cada vez com mais intensidade o regime democrático e as instituições, visando provocar a alteração da situação política e do regime democrático em eleições de 1980.

Até agora, acreditavam alguns que esse era o objectivo da coligação PPD/Sá Carneiro-MIRN/Kaúlza. O ultimato do CDS mostra que esse é também o objectivo do CDS e bom seria que abrissem definitivamente os olhos os socialistas que ainda se recusam a acreditar-lo.

Quais são as grandes linhas desse ataque da reacção?

A primeira é a desestabilização da situação económica, política, e militar.

É nesta linha de ataque se inserem a sabotagem económica, o brutal agravamento do custo de vida, a recusa dos investimentos e ao desenvolvimento das actividades produtivas, a agudização forçada e intencional de conflitos sociais, campanhas de ódio e difamação, inclusive através dos meios de comunicação social do Estado, a intriga constante, as ameaças, a chantagem, a provocação, as arruaças e violências, as tentativas de criar um clima de desordem e insegurança, o separatismo, a conspiração antiangolana e antimozambique, a expulsão dos judeus, a expulsão dos galegos, a expulsão dos gruppelinhos nazis nas escolas, as desordens dos grupos marginais que impediram recentemente sessões do nosso Parlamento em Mira de Aire e Cantanhede, as provocações nas Freguesias Rainha Santa, em Coimbra, são exemplos desse frenesim bilizador.

A segunda linha de ataque é a destruição das estruturas democráticas alcançadas desde 1976. A terceira, designadamente aquelas que conduziram à liquidação dos grupos monopolistas e de grande parte dos latifundiários.

É nesta linha de ataque se inserem as ofensivas contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra o controlo operário, contra os direitos dos trabalhadores.

A terceira linha de ataque é uma nova contra-revolução legislativa, com uma série de novas leis que modifiquem a essência das liberdades e direitos dos cidadãos e do regime democrático.

É nesta linha se inserem uma nova lei de imprensa, uma nova lei sindical (de que adiante falaremos), novas leis sobre a associação e de greve, nova lei eleitoral, assim como a alteração de leis e de disposições de leis democráticas e progressistas.

A quarta linha de ataque da reacção é a formação de um novo governo, que acentue a política antipopular e que apresse a recuperação capitalista, latifundista e imperialista que proceda desde já a modificações profundas do regime e que possa preparar e controlar as eleições de 1980. Este novo governo transformá-las numa mascarada eleitoral digna do regime do fascismo, através da qual o regime democrático será destruído.

É nessa linha se inserem as tentativas da entrada do CDS no Governo, do reforço da posição do CDS, da ultrapassagem do PS para, finalmente, o deitar às urtigas.

A quinta linha de ataque é a modificação da situação das Forças Armadas afastando os homens e o espírito do Abril e repondo uma hierarquia reacçãoária.

É nesta linha se inserem as violentas campanhas de desestabilização e de ataques às Forças Armadas, a guerra colonial, os acontecimentos nas Forças Armadas, a guerra colonial, o Conselho da Revolução e os ataques intermitentes ao Presidente da República.

Todas estas linhas de ataque se têm encerrado na actividade do PPD/Sá Carneiro, do MIRN/Kaúlza e do CDS, apesar deste se encontrar no Governo.

A operação agora desencadeada pelo CDS tem o mérito de demonstrar mesmo aos olhos daqueles que se recusam a acreditar na análise e nas previsões do nosso Partido, que o CDS, ao contrário das insistentes afirmações dos seus dirigentes, não é um partido respeitador das liberdades democráticas, não é um partido reacçãoário voltado, como os outros partidos reacçãoários, para a desestabilização e a liquidação do regime democrático por meios não constitucionais.

António Gervásio fala ao «Avante!» sobre o êxito da campanha da DORA

A Campanha da DORA foi encerrada na data prevista. A sua meta — os 3 mil contos — foi alcançada, e mesmo ultrapassada. É a altura do balanço final de todo um esforço, difícil nas condições em que os trabalhadores, portanto os militantes e amigos do Partido, no Alentejo se encontram. Porque participar em campanhas de fundos, mesmo com todo o carinho com que elas são acolhidas para reforçar o PCP, não é fácil para os que todos os dias vêem os seus salários desvalorizados face ao crescente aumento dos preços.

Mas os resultados aí estão e, no fim do mês passado, era já possível, como de resto anunciamos, alcançar os objectivos que no princípio do ano o Partido se propôs nas terras da Reforma Agrária. Os balanços, tanto ao nível da organização, como ao nível político, como ainda ao nível dos resultados financeiros serão objecto de atenção, brevemente, no nosso jornal.

Mas o «Avante!», que acompanhou semanalmente o andar desta Campanha, publicando esses balanços, quis saber, do camarada António Gervásio, algumas impressões, agora que é já possível pensar concretamente no Centro de Trabalho para a DORA.

Só a grande compreensão, da parte dos militantes e dos simpatizantes, só o espírito de sacrifício e o grande esforço desenvolvido permitiu que

a Campanha para o novo Centro de Trabalho fosse um êxito, nas condições difíceis em que os trabalhadores se encontram.

— Os camaradas pensavam que, na altura da Primavera, seria possível realizar grandes iniciativas de massas. Ora a Primavera foi muito rigorosa...

— Foi muito rigorosa, não houve Primavera, praticamente. No entanto, na fase final da Campanha conseguiu-se, num grande esforço — cito como exemplo o caso do distrito de Beja —, realizar grandes iniciativas de massas.

Muitos milhares de pessoas, muitos e milhares de trabalhadores contribuíram, por seu lado, com ofertas, com dinheiro. Há muitos exemplos disso e no balanço a fazer há também alguns exemplos a citar. Estamos a preparar o balanço geral, com informações mais completas sobre as iniciativas.

— O novo Centro está entretanto já comprado...

— Sim, o novo Centro, quer

dizer o edifício onde irá funcionar o novo Centro de Trabalho da DORA já foi comprado. Trata-se de um edifício antigo, que custou 2 100 contos. Agora terá de receber as necessárias obras de adaptação o que, com o mobiliário de trabalho, ainda irá trazer grandes encargos.

Vai fazer-se um estudo para as alterações a introduzir. E terá de preparar-se um orçamento. Há ainda muito trabalho antes da inauguração.

Mas contamos depois ter um Centro com condições melhores de trabalho e convívio. Nos nossos projectos contam-se uma grande sala de reuniões e de colóquios, onde seja possível também fazer projecções de filmes, pensamos também numa boa sala de convívio, num bar e num refeitório. Isto, é claro, sem falar nas salas de trabalho dos vários sectores da DORA e da Comissão Distrital de Évora.

Mas, como disse, daqui até à inauguração, há muito ainda a fazer!

Agenda

Dia 20, Quinta-feira
Lisboa, na Academia de Santo Amaro, às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão do Comité Central. Segue-se Canto Livre.

Dia 21, Sexta-feira
Charneca, às 21.30 horas, no Cine-Estrela, festa de promoção da Festa do «Avante!» com projecção do filme sobre a festa do ano passado. Intervenção do camarada Vítor Neto, da SIC Central. Canto Livre. ● Olhão, no Centro de Trabalho, às 21.30 horas, reunião geral de militantes e simpatizantes, para discussão da situação política. ●

Dia 22, Sábado
Rio de Moinhos, Alcácer do Sal, às 18 horas, sessão de esclarecimento com a camarada Herminia Parrulas. Projectão de «Slides» dos países socialistas e balle. ● Santa Susana, Alcácer do Sal, festa com início às 10 horas — futebol, jogos e, às 21.30 horas, baile popular e folclore. ● Herdade da Palma, Alcácer do Sal, festa com início às 14.30 horas, com uma vacada e, às 18 horas variedades com acordeonistas e o conjunto «Os Galés». ●

Dia 23, Domingo
Olivais, Festa da Liberdade, no Vale do Silêncio, junto à piscina. Manhã infantil, Canto Livre à tarde. E comício, com a participação do camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

Atuação CDS na estratégia da reacção

II

Sá Carneiro/Kaulza & C^a e o perigo do golpe e do fascismo

As forças sociais e políticas têm estado arrumadas, no essencial, em torno de três pólos: a coligação PS/CDS, a coligação PPD/Sá Carneiro-MIRN/Kaulza, e o movimento operário e popular, cuja força política mais importante é o PCP.

Não oferece dúvida que a coligação PPD/Sá Carneiro-MIRN/Kaulza tem sido a ponta de lança das ofensivas reacçãoárias.

Trata-se de uma coligação efectiva, que a par do CDS, polariza os sectores mais extremistas do fascismo e da reacção.

As principais iniciativas de desestabilização têm partido deste núcleo de profissionais da conspiração.

O recente Congresso do PPD, pondo à margem os elementos mais moderados, retomou abertamente a linha desestabilizadora que visa a liquidação do regime democrático.

Quais são os objectivos da desestabilização para o PPD/Sá Carneiro?

O primeiro é por em causa e, se possível, fazer desaparecer da cena política o Conselho da Revolução e pressionar o Presidente da República, ou a demitir-se ou a apoiar uma alternativa reacçãoária.

O segundo é a entrada no Governo, a formação de um chamado «governo de salvação nacional», ou seja, um Governo com o PPD, o CDS e o PS, este último reduzido a comparsa tolerado — um Governo abertamente reacçãoário até a novo ajuste de contas.

Com mais exactidão, o PPD exige também a entrada no Governo do micro-PPM (Partido Popular Monárquico), cuja ideologia fascista é cada vez mais nitida e cujo anticomunismo vai ao ponto de declarar que o governo actual, o Governo PS-CDS é dominado... pelo PCP! Isto parece brincadeira, mas não é.

Foram as declarações do sr. Camossa, dirigente do PPM, em 27.7.78 que, como se vê, querendo meter medo, apenas consegue fazer rir. Mas estas palhacices de linguagem fazem parte dos métodos fascistas da propaganda e por isso Sá Carneiro as retomou ontem mesmo na televisão.

O terceiro objectivo do PPD/Sá Carneiro é forçar à liquidação das conquistas da Revolução e do regime democrático consagrado na Constituição antes mesmo dum revisão constitucional, através da acção governativa.

Assim, o PPD reclama que o tal «governo de salvação nacional» tenha programas, prazos e objectivos contendo já as linhas fundamentais para a futura revisão constitucional, ou seja que um tal governo, sem esperar as eleições de 1980, comece na prática a violar grosseiramente a Constituição antes mesmo de poder ser revista e ultrapassando brutalmente o quadro da revisão legalmente possível.

Estes os objectivos confessados publicamente. Mas a coligação Sá Carneiro/Kaulza não se limita ao publicamente. Sá Carneiro/Kaulza significa jogo de bastidores, intriga interna e internacional, conspiração e golpismo.

Se Sá Carneiro/Kaulza ainda não tentaram a aventura de um novo golpe é porque não têm força bastante e não por escrúpulos democráticos ou legalistas. Há que desmascarar constantemente e combater, sem tréguas, estas forças da reacção e do fascismo.

III

A operação-chantage do CDS

É no quadro da estratégia e das actividades globais da reacção que se insere a jogada desestabilizadora do CDS.

As exigências apresentadas em 9.7.78 pelo CDS têm a forma de ultimato como é norma nas operações de chantage. Constituem também uma súbita punhalada nas costas do aliado socialista, ao qual o CDS jurava amor e fidelidade pelo menos até 1980.

Os objectivos imediatos expressos pelo CDS são extremamente claros.

O primeiro é a remodelação do Governo designadamente com a substituição da equipa do MAP.

O segundo é a inflexão da acção governativa ainda mais para a direita.

O terceiro é a redução do papel e iniciativa do Presidente da República, designadamente na política externa.

A cedência às exigências do CDS significaria que tudo quanto há de negativo e nefasto para o povo e para o país na política do actual Governo se iria acentuar ainda mais.

Significaria, entre outras coisas, que o custo de vida subiria ainda mais rápida e brutalmente. Que a exploração nas fábricas e empresas se intensificaria acompanhada de meios repressivos para abafar a luta dos trabalhadores. Que no estilo Barreto & Portas, se voltaria à política de guerra civil contra a Reforma Agrária. Que os rendeiros ficariam à mercê da brutalidade e ganância dos senhorios ricos. Que empresas nacionalizadas seriam entregues ao grande capital. Que se precipitariam as falências de pequenas e médias empresas sacrificadas aos interesses da reconquista da economia portuguesa pelo grande capital. Que milhões de contos do Estado passariam imediatamente sob a forma de indemnizações para as bolsas e cofres dos grandes capitalistas. Que a política externa se tornaria completamente dependente e submissa aos países imperialistas.

Tudo isto significaria que, se as exigências do CDS fossem atendidas, a política do Governo se tornaria ainda mais antipopular, ainda mais gravosa para a população, ainda mais ruinosa para o país.

Tudo isto significaria também que, se o PS cedesse nas exigências do CDS, não se trataria apenas de pequenas alterações conjunturais, mas de alterações de fundo, que provocariam uma real mudança qualitativa no quadro institucional e constitucional.

Para melhor compreender todo o alcance da operação-chantage do CDS, importa sublinhar dois aspectos da acção, da propaganda e da intriga do CDS, que acompanha o seu «ultimatum».

O primeiro é o renascimento da «convergência» CDS/PPD e da intenção de fazer entrar o PPD no Governo.

É de lembrar que a reclamação novamente feita pelo Congresso do PPD, em 3.7.78, para a entrada do PPD no Governo foi antecedida, uma semana antes, da afirmação do presidente do CDS de que fazia votos para que o PPD pudesse entrar no Governo num futuro próximo.

Portanto, de novo, a «convergência» para mais facilmente encostar o PS à parede e conquistar a hegemonia para a reacção.

O segundo aspecto é a campanha já suficientemente adiantada visando substituir M. Soares no cargo de Primeiro-Ministro.

Sabe-se que o PCP tem criticado severamente a composição e a política do Governo actual e a acção do Primeiro-Ministro.

Elogios ao Primeiro Ministro e à sua política foram feitos, sim, conforme as alturas, por Kaulza de Arriga, por Sá Carneiro e por Freitas do Amaral. Não pelo PCP.

Entretanto, coincidindo com a nova agressividade da reacção e com o ultimato do CDS, assiste-se a uma súbita contestação do Primeiro-Ministro pelo coro das forças reacçãoárias.

Quando, logo no início da coligação, desvendámos as suas contradições e a quase inevitabilidade das fricções e conflitos internos e de roturas, os partidos coligados desmentiram categoricamente. Seria a paz, o entendimento, a cooperação leal, a unidade, o casamento eterno dos amantes malditos.

Entretanto, a análise e as prevenções do PCP uma vez mais se revelaram inteiramente correctas. Os dirigentes do PS até têm o prémio da passividade contra o fascismo e a reacção e das cedências à direita.

A chantage é um método de coação sem novidades. Brandindo ameaças de extrema gravidade, o chantagista procura arrancar uma soma importante. Se a vítima resiste firmemente à chantage, o chantagista recua. Se a vítima cede, nunca mais se vê livre da chantage. Hoje paga dez, amanhã paga vinte, depois paga trinta e assim por diante. A chantage repete-se e volta à carga cada vez mais exigente e arrogante até chupar os últimos recursos à vítima que depois deixa cair como um farrapo inútil.

Fresta agora ver o que farão os dirigentes do PS. Se resistem à chantage, fazendo frente à reacção, têm ainda possibilidades de contribuir para a solução dos problemas nacionais e a continuidade do regime democrático. Se cedem à chantage do CDS e da reacção, será para eles o princípio do fim, estão perdidos, e, com a própria perdição, arriscam arrastar a perdição da democracia portuguesa.

IV

O CDS descobre o jogo

A operação-chantage do CDS não tem apenas fins imediatos e conjunturais. A operação-chantage do CDS deve ser compreendida no quadro da estratégia da reacção, em geral, e do CDS, em particular, visando a inversão da correlação de forças a favor da reacção e a liquidação do regime democrático.

Essa estratégia foi exposta com particular clareza pelo presidente do CDS nas chamadas «Conferências Democráticas» de «O Jornal», alguns dias antes de ter desencadeado a operação.

Demasiado confiante, o presidente do CDS deixou estalar o seu verniz habitual, expondo à vista os reais objectivos do seu partido.

O presidente do CDS reclama uma revisão tão profunda da Constituição que, a ter lugar, significaria a completa destruição do regime democrático.

No plano das estruturas económicas, defende a redução das nacionalizações ao que chama «proporções» razoáveis, o que significaria manter nacionalizadas as empresas e sectores não rentáveis e entregar a capitalistas as empresas e sectores rentáveis e as empresas indirectamente nacionalizadas, de forma a que os capitalistas se tornassem, de novo, os senhores da economia portuguesa.

Quanto ao desenvolvimento económico o factor de arranque não seria o trabalho nem a mobilização dos recursos nacionais mas as indemnizações do Estado aos capitalistas cujas empresas foram nacionalizadas ao mesmo tempo que as pequenas e médias empresas seriam condenadas à falência que o ilustre professor considera «um processo sadio» certamente sadio para a restauração dos grupos monopolistas, mas não, naturalmente (e isto não diz o professor), para os pequenos e médios empresários falidos e para os trabalhadores lançados no desemprego.

No plano militar, o presidente do CDS defende a redução formal do papel das Forças Armadas ao que chama funções puramente militares, o que significaria de facto a restauração dum hierarquia reacçãoária impondo um governo reacçãoário contra a vontade do povo.

No plano político defende um semipresidencialismo e, se não defende o presidencialismo (é ele que o diz com inocente clareza) é porque o presidencialismo poderia vir a ser não uma solução à chilena, mas uma solução à peruana, dando assim a entender (por libertação do subconsciente) que, se fosse à chilena, até seria capaz de aceitar o presidencialismo.

Avança também a ideia de acabar com um parlamento único e é evidente «essa ideia que não tem confiança nas próximas eleições». Propõe, assim, a criação de um «espécie de nova Câmara Corporativa (all as saudades do passado!) onde estariam representados os municípios, os Açores, a Madeira, Macau e os núcleos de emigrantes espalhados pelo Mundo, de tal forma que teríamos a Assembleia da República, constituída por representantes eleitos pelo povo, a ser vetada por pretensos compatriotas, fabricados nos EU, no Brasil e noutras partes, que viriam em massa conquistar Portugal aos portugueses.

No plano social o presidente do CDS propõe que a «família» organizada em associações, uniões e federações seja considerada também «parceiro social», mas não diz se o «parceiro» é a família dos milionários ou a família dos trabalhadores e se o Governo deve atender as reclamações das famílias dos primeiros dando-lhes os milhões de contos de indemnizações que reclamam, ou as reclamações dos segundos, diminuindo os preços e aumentando os salários, de forma a não terem que apertar o cinto.

No plano da política externa, o presidente do CDS fala também na integração de Portugal na Europa tal como no tempo do colonialismo se integrava em África (é ele que assim fala) esquecendo-se, neste trocadilho de palavras, de esclarecer (se de tal integração se pode falar) que a «integração» em África era como colonizador e a «integração» na Europa seria como colonizado.

Estas brilhantes ideias são acompanhadas da teoria de Portugal como libertador das suas antigas colónias do que chama «tutelas estrangeiras», o que traduz claramente o propósito da *revanche* neocolonialista, e não abona muito acerca da sinceridade de certas declarações do MNE, que pertence ao CDS.

E são acompanhadas ainda da já célebre teoria da «pivotização» de Portugal que passaria a ser um comprador dos «monos» dos países desenvolvidos e um colcoador em África, à maneira da época colonialista, «monos» sem saída da economia portuguesa.

Esquece o presidente do CDS que assim como o povo português não quis mais ser colonizador em África, não quer ser colonizado na Europa. Esquece que o povo português quer ter uma pátria independente e ter uma pátria independente significa que nem dominamos outros povos nem aceitamos ser dominados pelo estrangeiro.

É esclarecedora a ternura europeia do presidente do CDS ao querer que se crie a Europa das Associações Patronais, a Europa das Empresas, a Europa da Cultura, a Europa da Arte, a Europa da Música, a Europa da Ciência, a Europa da Técnica, a Europa das Associações e Fundações, a Europa das Autarquias Locais, a Europa das Universidades, a Europa da Juventude, a Europa dos Desportos, a Europa dos Tempos Livres, a Europa do Turismo, a Europa do Livro, a Europa da Imprensa, a Europa da Rádio, a Europa da Televisão a Europa do Teatro, a Europa do Cinema — o que significaria (e isso não diz o professor Freitas do Amaral) que todas essas Europas seriam a Europa do capital, a Europa da exploração, a Europa dos monopólios, a Europa da reacção, a Europa da pivotização de Portugal.

É ainda mais uma Europa que já existe: «a Europa dos Sindicatos» (de que também fala o presidente do CDS) ou seja a liquidação do movimento sindical livre e independente dos trabalhadores portugueses e a sua integração em centrais controladas pelo patronato.

V

O projecto de lei sindical

Em complemento destas esclarecedoras afirmações do presidente do CDS, o projecto de lei sindical do CDS mostra bem que os problemas de recuperação capitalista são acompanhados do plano de liquidar o movimento operário, de impedir a luta e a resistência organizada dos trabalhadores.

O projecto de lei sindical do CDS, partido dos grandes patrões, visa liquidar a liberdade sindical e o direito de organização sindical.

Os termos do projecto não deixam lugar a dúvidas. Segundo o projecto poderiam formar-se sindicatos, não só em assembleia, mas por «declaração escrita» o que permitiria formar artificialmente sindicatos com meia dúzia de lacaios, que conseguissem coagir trabalhadores a assinar um papel.

Poderiam formar-se sindicatos a partir apenas de 100 trabalhadores ou 10% dos trabalhadores a abranger, o que poderia dar lugar a uma proliferação de sindicatos quase sem limites, criando o terreno necessário às manobras e pressões do patronato.

A constituição de qualquer sindicato seria sujeita ao julgamento dos juizes das comarcas respectivas, que poderiam declarar nulas disposições dos estatutos ou mesmo declarar extinto o sindicato, o que, dada a actual situação nos tribunais (onde abundam fascistas que julgam contra as leis) representaria uma efectiva homologação reacçãoária dos sindicatos portugueses, à boa maneira do antigo regime.

Os tribunais poderiam dissolver ou suspender sindicatos e dirigentes sindicais e poderiam ser impostas sanções

a dirigentes sindicais indo até à suspensão do contrato individual de trabalho, o que significaria o estabelecimento de um regime não da liberdade sindical mas da repressão sindical.

Seriam introduzidos, obrigatoriamente, os sistemas do referendo e do voto por correspondência, impondo assim normas não constitucionais e favoráveis às irregularidades e fraudes na vida sindical, substituindo os processos e métodos democráticos e responsáveis.

Seria imposta, obrigatoriamente, uma série de normas regulamentares, incluindo horas-limite de funcionamento das assembleias gerais, locais de mesas de voto, financiamento pelo sindicato das campanhas das listas concorrentes, número limite de delegados sindicais (apenas 2 por sindicato em empresas de mais de 200 trabalhadores), o que corresponderia a uma efectiva violação do direito dos trabalhadores decidirem das normas regulamentares.

Organizações sindicais estrangeiras (mediante autorização do ministro dos Negócios Estrangeiros, que como se sabe é actualmente CDS) poderiam estabelecer sede, delegações, representações e serviços próprios em território nacional, sendo claro que se procura a introdução dos agentes do imperialismo (seleccionados pelo ministro) na vida sindical portuguesa.

E pretende-se que se tal lei fosse aprovada todos os sindicatos actualmente existentes alterassem obrigatoriamente os seus estatutos em conformidade.

Tudo isto mostra que o verdadeiro propósito do CDS não é a solução dos problemas nacionais, mas a restauração do poder dos monopólios e latifundiários, a liquidação do regime democrático e a fascização do Estado português.

VI

A política e o governo de que Portugal precisa

Ante a ofensiva geral da reacção e a operação-chantage do CDS, é necessário tomar claros alguns pontos fundamentais.

Primeiro: Qualquer acentuação da política de direita do Governo actual não conduziria à solução dos problemas e dificuldades existentes, mas ao seu rápido agravamento.

Segundo: Qualquer remodelação do Governo no sentido do reforço das posições da reacção seria por resultado diminuir ainda mais a base de apoio social do Governo e aumentar a oposição e a resistência popular.

Terceiro: A eventual entrada do PPD no Governo significaria a criação dum situação extremamente perigosa para a democracia portuguesa, pois o apogeu do «governo de salvação nacional» seria apenas o governo de salvação do grande capital e dos latifundiários, e de afundamento e desastre do regime democrático e da independência nacional.

Quanto à política do Governo, aquela que tem sido praticada pela coligação PS-CDS (tal como anteriormente a política do Governo PS sozinho aliado de facto à direita) excedeu já todos os limites dum política que se possa considerar democrática.

A política do Governo exige rectificações urgentes mas precisamente no sentido inverso daquele que o CDS pretende.

O que é necessário e urgente é que o Governo atenda as justas reclamações da classe operária e das classes e camadas laboriosas, que cesse a alta vertiginosa dos preços, que apoie a Reforma Agrária e os sectores não capitalistas da economia portuguesa, que sobreponha os interesses nacionais aos interesses dos grandes capitalistas e latifundiários, que adopte uma política económica e financeira baseada fundamentalmente nos recursos e energias internas de forma a assegurar a saída da crise, que adopte uma política externa de relações diversificadas e de defesa intransigente da independência nacional e da integridade territorial.

O país necessita, não de uma política ainda mais à direita, mas de uma política de esquerda.

como exige o CDS, uma política organizada contra as conquistas da Revolução e, por isso mesmo, altamente desestabilizadora, mas uma política democrática, nacional e estabilizadora na base da defesa dos interesses do povo e da pátria, da consolidação das realidades nacionais criadas pela Revolução e do regime consagrado na Constituição.

Quanto à composição, o mal do Governo não é ter número excessivo de democratas, mas sim ter número excessivo de gente da direita, incluindo pessoas que votaram contra a Constituição e apregoaram a sua destruição.

A composição do Governo exige também rectificações urgentes mas precisamente no sentido inverso daquele que o CDS pretende.

O que é necessário é que não estejam no Governo, sobranceando pastas de grande responsabilidade, ministros que declaram abertamente o seu objectivo de destruir o regime democrático e gente que está abertamente ao serviço do grande patronato. O que é necessário é que no Governo estejam verdadeiros antifascistas e verdadeiros democratas, homens e mulheres que traduzam os interesses, as aspirações e objectivos do povo trabalhador de Portugal.

O país necessita, não de um Governo ainda mais à direita, como exige o CDS, mas de um governo constituído por pessoas capazes e decididas firmemente a defender o regime democrático consagrado na Constituição.

Os dirigentes do PS têm grande responsabilidade nos avanços sucessivos da direita e na situação agora criada pela chantage do CDS e as suas exigências.

De uma coisa é necessário que os socialistas tenham plena consciência. A crise aberta pela operação chantage do CDS não se resolve com habilidades, distribuindo cargos actuais ou futuros — pataca a ti pataca a mim. Trata-se de um problema de fundo, o problema da defesa ou liquidação das conquistas da Revolução, da defesa ou liquidação do regime democrático.

Se os dirigentes do PS cedem à chantage do CDS, Portugal e a democracia portuguesa correm o risco de ser arrastados para um completo desastre. Se não cedem à chantage e se resolvem, finalmente, a fazer frente à reacção, fora e dentro do Governo, criam-se novas condições para uma alternativa democrática.

VII

Força e fraqueza da reacção

Passando ruidosamente ao ataque, a reacção procura criar a ideia de que o faz porque está cheia de força.

A verdade é que, na situação presente, a reacção passa ao ataque precisamente porque se sente cada vez mais fraca.

Podemos dizer: quanto mais grossa e arrogante é a voz da reacção, mais fraca tem ela as pernas.

A reacção procura precipitar os acontecimentos porque fraccassaram até hoje as suas jogadas e planos, porque o regime democrático se consolidou, porque vê renascer e projectar-se na vida nacional o ideal e a unidade antifascista, e porque sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés.

Tanto os partidos políticos reacçãoários como as organizações reacçãoárias que pretendem representar os chamados «parceiros sociais» estão minados por contradições internas, estão cada vez mais desautorizados, têm uma base de apoio cada vez mais restrita.

No PPD, depois da teatral *cowboyada*, Sá Carneiro volta à presidência, o Congresso adoptou a sua linha desestabilizadora, mas as contradições, os conflitos internos continuam. Uma parte da sua base social não se reconhece numa política ao serviço do grande capital e dos grandes proprietários. E o caso dos 42 deputados «dissidentes» e do seu documento não está ainda encerrado, pois, por muito que D. Helena Roseta fale no «documento de Tróia», nem está provado que os 42 tenham entrado no PPD dentro de um cavalo de pau, nem está provado que sejam submarinos não se sabe de quem.

No CDS, cavam-se cada vez maiores diferenças e incompatibilidades entre os dirigentes e os caciques regionais e locais e entre estes e as bases e apoios que em muitos casos desertam para outros quadrantes.

No caso da CIP e da CCP, a sua representatividade é contestada por milhares de pequenos industriais e comerciantes que vêm claramente os seus interesses desprezados e atraídos pelas «Confederações».

A CAP, revelando cada vez mais a sua natureza de provocação fascista organizada nos campos, é abandonada por milhares de agricultores que inicialmente se deixaram enganar e os fracassos da afiliação de camponeses aos seus plénários e às suas iniciativas de cortes de estradas mostram um crescente isolamento, descridito e falta de capacidade de mobilização.

De tal forma que tem já certas dificuldades na agitação que faz.

Talvez por isso, a companhia representante dos tractores Ferguson, que tem como director o sr. Queilhas que é um dos dirigentes da CAP, envia os comunicados da CAP junto com a correspondência comercial. E os Nobres de Rio Maior enviam a mesma propaganda junto com as facturas das salicidas.

A reacção perde terreno e comparando aquilo que conseguiu com os objectivos que se propôs tem de afirmar-se que a reacção registou grandes fracassos.

Fraccassaram os planos da reacção para liquidar as liberdades e as outras grandes conquistas da Revolução. Fraccassaram os planos para dividir e abafar o movimento operário, designadamente o movimento sindical. Fraccassaram os planos para isolar o PCP.

Apesar das ofensivas, das ameaças, das restrições arbitrárias, da contra-revolução legislativa, o povo português tem conseguido até hoje salvaguardar as liberdades, as nacionalizações continuam e a Reforma Agrária continua de pé, defrontando ventos e tempestades.

VIII

A democracia portuguesa tem força bastante

O movimento operário e popular é cada vez mais amplo e poderoso, está cada vez mais organizado e mais unido. E o PCP, em vez de isolado e enfraquecido, continua a reforçar dia a dia os seus efectivos e a alargar e aprofundar a sua influência de massas.

E por tudo isso que a reacção procura inverter o sentido da evolução, procura interromper o processo de esclarecimento das massas e da nova arrumação de forças sociais, que está



conduzindo a um cada vez maior isolamento dos chefes e caciques da direita, a um cada vez mais poderoso e amplo movimento operário e popular, a um crescente diálogo, aproximação e entendimento entre os antifascistas, entre os democratas.

A operação do CDS é uma operação de chantage. Mas a chantage tem a sua lógica e essa lógica pode conduzir a uma mais grave crise política de que se não pode excluir a queda do Governo.

Impõe-se extrema atenção e vigilância dos trabalhadores e de todos os democratas ante a evolução dos acontecimentos. Nos gabinetes e à porta fechada podem cozinhar-se compromissos políticos nas costas do povo e contra o povo. Mas, em última instância, a evolução da situação dependerá da vontade, da determinação e da luta do povo português, da unidade dos trabalhadores, da unidade dos democratas.

Aqui, quero saudar aqueles democratas, designadamente socialistas, que se pronunciam firmemente contra as manobras e conspirações da reacção, contra a chantage do CDS e de outras forças reacçãoárias, pela defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, pelo diálogo, cooperação e acção comum com o PCP.

A classe operária desempenha um papel determinante na defesa do regime e na construção da sociedade democrática.

O momento político actual, com a ofensiva desestabilizadora da reacção, exige que se reforce em toda a parte a unidade dos trabalhadores na atitude comum e nas acções comuns em defesa dos seus interesses e direitos vitais, em defesa das liberdades e outras conquistas da Revolução, em defesa do regime democrático e da Constituição.

Quando em Agosto de 1977, o nosso Partido propôs, como uma das saídas para a crise, a realização de eleições gerais antecipadas, logo todas as forças da reacção gritaram com histerismo que essa proposta significaria a subversão das instituições democráticas.

Agora, como elemento da chantage contra o PS, forças reacçãoárias reclamam um governo reacçãoário ou eleições gerais antecipadas.

O nosso Partido não teme as eleições. Garantam-se as liberdades em todo o território nacional, realizem-se eleições em condições de ordem democrática, e, estamos certos, a reacção será novamente derrotada, o povo voltará novamente na liberdade e na democracia, e, estamos também certos, os trabalhadores e outros vastos sectores democráticos confirmarão com o seu voto no PCP que o PCP é uma força indispensável para a solução dos problemas nacionais e que os problemas nacionais não se resolvem e o regime democrático não se defende sem os trabalhadores e sem o PCP e muito menos contra os trabalhadores e contra o PCP.

Abaixo a reacção!
Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!
Viva o Partido Comunista Português!

Imaginação, iniciativa e trabalho para vencer a Batalha do Livro!

Uma banca tem de ser viva, tem de ir ter com as pessoas, não pode ser uma coisa fria e pouco actante, ouvimos dizer durante a reunião que, na passada terça-feira se realizou entre vários camaradas responsáveis pelas Sips de alguns organismos do Partido, na região da DORL.

Discutia-se o trabalho da Batalha do Livro, os resultados já alcançados e os projectos a concretizar. Davam-se exemplos de alguns êxitos e de alguns atrasos, do que já se avançara e do que era apenas o resultado de reuniões e de projectos.

Fazia-se portanto um balanço de uma campanha que tem de ser uma batalha. O camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central e da DORL recolhia as experiências que de vários concelhos era trazida, dos mais variados sectores de actividade do Partido do distrito.

A necessidade de aproveitar

já e bem o período de férias e de ter em conta que esta Batalha que o Partido lançou tem um limite no tempo e que portanto não se pode deixar para amanhã o que se pode fazer hoje, foi uma das conclusões da reunião, que deixou bem vivo no espírito de cada camarada a consciência de que têm de se multiplicar as iniciativas.

Entre estas algumas se salientaram como tendo dado resultados animadores. Por exemplo as sessões de autógrafos. Foi lembrado o caso da célula da Mague que conseguiu vender 250 exemplares de um livro em 3 curtas sessões.

Porque não é apenas necessário estabelecer metas. Elas têm de ser cumpridas. O organismo dos Transportes tem as suas metas já marcadas, muitas centenas de livros; depois de estudadas as possibilidades de cada célula. As bancas, tanto nas empresas como na rua são os modos preferidos por este

sector para levar por diante a Batalha do Livro.

A célula da TAP, entretanto, escolheu um lema: «Compra 2 e vende 2», visando multiplicar por quatro — em exemplares vendidos — o número dos seus militantes! E ainda pensa noutras iniciativas, como rifas e sorteios.

O concelho da Amadora, onde as grandes empresas se encontram de férias na quase totalidade, optou pelas bancas nos bairros. E anunciou o êxito que constitui a venda de livros durante a Festa da Unidade.

O Comité Local de Lisboa também privilegia as bancas de rua. E conta já mais de meia centena realizadas desde o início da Batalha do Livro. Tem programada uma mini-feira na Alameda, uma sessão de autógrafos e dá muita atenção às listas de encomendas, onde os interessados podem escolher os títulos que desejam, tendo mesmo elaborado um atraente catálogo.

O CLL anunciou ainda que os Centros de Trabalho se encontram decorados com motivos alusivos à Batalha. E em Arroios, outro exemplo, há duas bancas, uma delas destinada exclusivamente a esta Campanha.

Entretanto sobemos de algumas iniciativas também programadas:

Cascais marcou para 5 de Agosto uma grande feira do livro. Haverá também uma feira em Loures na Agro Industrial, de 22 a 29 do corrente. Em Bobadela, nos dias 29 e 30 prevê-se outra feira do livro durante a festa que aí se realiza e que conta com um comício onde tomará a palavra a camarada Alda Nogueira. Também em Camarate, no dia 28, há festa e comício e uma feira do livro. Em Santa Iria, a feira será nos dias 28 e 29, prevendo-se um baile, durante a festa. Nesse mesmo fim-de-semana, por outro lado, em Queluz, a Festa da Cultura e da Alegria será boa oportunidade para mais uma feira do livro e do disco.



Iniciativas programadas, metas estabelecidas, objectivos a cumprir: é assim a Batalha do Livro!

Sérgio Vilarigues em Tunes: «Estamos abertos ao diálogo»

Vamos ver até onde vai ceder o PS ao incómodo parceiro e o que vai ceder, ou se não vai ceder mais e diz finalmente basta! — sublinhou o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, durante a sessão realizada em Tunes, Silves, falando a cerca de 300 pessoas no passado domingo.

Aquele dirigente comunista, que ocupou a parte mais importante da sua intervenção expondo as propostas do PCP para a saída da crise actual, tinha-se referido antes às manobras concertadas das forças reaccionárias no sentido

de desestabilizar a situação política.

Evidentemente que os 10 pontos da plataforma política que propomos não significa a aceitação integral do conteúdo de cada um deles e muito menos a aceitação global de todos eles, esclareceu, depois de definir o que o Partido entende por bloco democrático e patriótico.

«Democrático» porque se propõe defender o regime democrático, as conquistas da revolução, a Constituição, barrar o caminho às forças reaccionárias e ao fascismo que conspiram

contra elas e se propõem liquidá-las.

«Patriótico» porque quer defender a independência e soberania nacionais — combater e desmascarar todos os concluídos com as forças reaccionárias e monopólios internacionais, combater e desmascarar as manobras do imperialismo contra a nossa revolução e a sua ingerência política no nosso país, assim como as suas manobras contra a paz e o desanuviamento internacional.

Estamos abertos ao diálogo — sublinhou —,

e prontos a discutir quaisquer propostas e sugestões que queiram pôr à nossa apreciação.

Não consideramos necessário chegar a acordo sobre todos os pontos propostos para se passar à acção. Na própria acção aprendemos a conhecer-nos melhor para mais facilmente acordarmos outros pontos por objectivos concretos.

Existem largas perspectivas de unidade na base de objectivos imediatos e a curto e médio prazo em todos os campos de actividade e a vários níveis, todo orientado para a criação do

bloco democrático e patriótico proposto pelo PCP.

Naturalmente que a luta pela unidade — disse mais adiante, a finalizar a sua intervenção — não escamoteia a luta de classes, pelo contrário, a luta pela unidade de forças democráticas diversas, das largas massas trabalhadoras e populares, de intelectuais, estudantes e personalidades sem filiação partidária insere-se na luta de classes que cada dia se torna mais aguda e ampla em Portugal. Não ter isto presente seria abrir caminho fácil a cedências e tombar no pior dos oportunismos.

«Férias 78», uma Festa na Figueira da Foz que vai dar que falar!

Férias 78 será o nome da Festa que, por iniciativa da Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP, se vai realizar nos próximos dias 28, 29 e 30 do corrente, nas instalações onde decorreu o certame Fimar 78.

Vários espectáculos, canto livre e baile, folclore, venda de

produtos da Reforma Agrária, manhã dedicada às crianças e também uma intervenção política de um camarada da Comissão Política do Comité Central, constarão do programa da Festa.

Para os espectáculos que decorrerão nos três

dias já se conhecem os nomes de alguns artistas. São eles Adriano Correia de Oliveira, a Brigada Vitor Jara, Carlos Paredes, Fernando Farinha, Grupo Intervenção, lo Apoloni, José Manuel Osório, Júlia Babo, Manuel Freire, Grupo Resistência, Samuel e Sérgio Godinho.

Octávio Pato hoje na Academia St. Amaro

O camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, participa hoje numa sessão de esclarecimento, às 21 horas, na Academia Santo Amaro.

Esta iniciativa, organizada pela 2ª Zona e pelos organismos do Comércio e da Construção Civil do Comité Local de Lisboa do PCP tem ainda a participação dos artistas de Canto Livre José Jorge Letria, Nuno Gomes dos Santos, Prates e Armando Caldas.

Aurélio Santos em Alvalade-Sado na «Festa do Trabalhador»

Como responder a todas estas formas de ataques à Reforma Agrária?, perguntava, durante o comício realizado no passado fim de semana, integrado na «Festa do Trabalhador», que teve lugar em Alvalade-Sado e ao qual assistiram duas centenas de pessoas, o camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central do Partido. E respondia:

Há que lutar, em primeiro lugar, com todo o nosso povo, para a defesa do regime democrático e das conquistas da Revolução. Reforma Agrária e Democracia, em Portugal, são como duas faces da mesma moeda. Destruir uma é destruir a outra. Mas há também uma grande batalha a travar no próprio terreno da Reforma Agrária.

A primeira frente dessa batalha — é a que passa pela defesa e consolidação das UCPs e Cooperativas. A reacção quer destruí-las, quer que elas se arruinem, que elas vão a baixo. Mas os trabalhadores, se quiserem e se mantiverem unidos, não as deixarão ir abaixo. A vossa barricada, a vossa principal trincheira de luta neste momento, queridos amigos, é a luta pela boa gestão e bons resultados na produção, é a luta pelo êxito económico das cooperativas e UCPs.

E mais adiante afirmou:

Há algumas vozes que às vezes aparecem por aí, a dizer, por exemplo, que é melhor «aproveitar agora enquanto é tempo», «aumentar agora os salários porque eles vêm depois e tiram tudo» e outras coisas assim. Quem assim fala, amigos, não quer salvar a Reforma Agrária, não pensa em defendê-la! A reacção bem gostava que os trabalhadores esmorecessem. Espalha vozes para isso, porque sabe que se os trabalhadores não esmorecerem não conseguem destruir a Reforma Agrária.

Outra condição para a defesa da Reforma Agrária, amigos, é a vossa unidade. Foi a unidade que vos deu, aqui mesmo, na vossa região, grandes vitórias, ainda no tempo do fascismo — como em 1962, nas greves de Maio, com a conquista das 8 horas. Foi a vossa unidade que vos deu, as primeiras vitórias da Reforma Agrária em 1975 com a ocupação de terras. Foi a vossa unidade que vos permitiu consolidar a Reforma Agrária, com as UCPs e Cooperativas. Será a vossa unidade que vos permitirá vencer os ataques à Reforma Agrária, deitando para trás das costas as

coisas sem importância que às vezes se levantam entre as pessoas e vendo aquilo que é mais importante para benefício de todos.

A terceira condição para defender a Reforma Agrária e o futuro desta vossa terra, amigos, é reforçar a solidariedade, a amizade e a unidade entre trabalhadores das UCPs e Cooperativas e pequenos e médios agricultores, reideiros e seareiros. Quem pretenda atirar uns contra os outros não é amigo do povo, não é amigo de nenhum deles. Trabalhadores das UCPs e pequenos e médios agricultores, seareiros e reideiros são irmãos, sofreram, lado a lado, a exploração do fascismo e dos agrários, estão, como irmãos, interessados num Portugal democrático em que a vida dos que trabalham a terra possa ser melhor e o seu trabalho possa servir bem de todos, para dar pão a todo o nosso país. E isso só é possível ajudando-se uns aos outros. Sozinhos, os pequenos agricultores, reideiros e seareiros não podem defender-se. Mas lado a lado com os trabalhadores das UCPs e Cooperativas são uma grande força e poderão contribuir para a vitória comum.

Grande Festa de Agosto na cidade de Portimão

O Algarve vai ter uma grande festa. É a Grande Festa de Agosto, prevista para os dias 11 e 15 de aquele mês e promovida pela organização de Portimão do PCP.

Aquela cidade algarvia vai assim, em plenas férias, ter 5 dias de grande alegria

e de convívio unitário. Comunistas e muitos outros democratas, veraneantes e população local terão oportunidade de assistir aos espectáculos, de bailar todas as noites ao som da música do «Conjunto Pop 71», de visitar as exposições, de comprar

artesanato, de petiscar e comer e beber algarvios!

Fernando Farinha, Ary dos Santos, Carlos Paulo, Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, são alguns dos nomes que se prevêem para dar ainda mais brilho à Grande Festa de Agosto!

Acampamento de Pioneiros no Algarve

Começa já no próximo sábado, prolongando-se até 30 do corrente o já anunciado Acampamento Distrital do Algarve dos Pioneiros de Portugal.

Com a participação de núcleos de Pioneiros de Vila

Real de Santo António, de Faro, de Portimão, de Silves, de Albufeira, de Monchique e ainda de Évora, Montemor e Beja, este acampamento que reunirá algumas centenas de crianças terá, durante toda a semana, muitas iniciativas

públicas — teatro, canções, visitas organizadas, promovendo assim não apenas, o alegre e saudável convívio e as brincadeiras das crianças nele participantes, mas também desenvolvendo os seus conhecimentos e a sua cultura.

FESTA DA LIBERDADE

= Vale do Silêncio =

OLIVAIS (junto à piscina)

Domingo, 23 de Julho

Manhã infantil:

Atletismo, pinturas, palhaços, robotos e canções

Tarde Canto Livre com:

- * ARMANDO CALDAS
- * CARLOS MENDES
- * CARLOS MONIZ
- * CHICO SERRANO
- * FERNANDO TORDO
- * JÚLIA BABO
- * MARIA DO AMPARO
- * SAMUEL

COMÍCIO

com a presença do secretário geral do PCP

alvaro cunhal

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

AUTOCARROS: 8, 8A, 10, 19, 21, 25, 31

44, 45, 50, 53

Alda Nogueira no Lumiar: «É necessário alargar a unidade»

Os acontecimentos ocorridos durante os últimos dois meses vieram confirmar inteiramente a justeza da análise da situação política feita pela Direcção do PCP, na reunião de Maio do Comité Central, quer no que respeita à política errada e prejudicial do Governo PS/CDS, no plano económico, quer no que respeita às actividades golpistas do fascismo e da reacção — afirmou no passado sábado a camarada Alda Nogueira, durante a sessão que se realizou no Paço do Lumiar.

Os últimos dois meses passaram vieram por outro lado confirmar — continuou aquela dirigente do Partido — a realidade das conclusões desta mesma reunião sobre a necessidade e urgência do reforço da unidade das forças democráticas

e antifascistas portuguesas contra a ofensiva das forças fascistas e reaccionárias visando a liquidação das conquistas de Abril a liquidação do regime democrático em Portugal.

Mais ainda: estes últimos dois meses vieram confirmar que tal unidade antifascista necessária e urgente é possível à volta dos 10 pontos que estão na base do bloco democrático proposto pelo PCP a todos os antifascistas da nossa terra.

Depois de analisar o desenvolvimento da crise económica social e política que se tem agravado ao longo destes dois meses, através da política errada do Governo e das manobras e campanhas reaccionárias, Alda Nogueira afirmou:

Tomou-se nestes últimos tempos cada vez mais claro que a reacção tem um plano

e que deste plano fazem parte:

- as actividades de desestabilização desencadeadas por Sá Carneiro à parte do núcleo de forças fascistas e fascisantes que vão desde os elementos mais reaccionários do PPD aos MIRM de Kaúlza de Arriaga e às franjas do CDS descontentes com a participação deste ao lado do PS no Governo;
- as ofensivas a vários níveis conduzidas por Freitas do Amaral, desde o económico ao político, passando pelo nível social e militar;
- as ofensivas e actividades caluniosas e desestabilizadoras de Barreto e Medeiros Ferreira.

Uns e outros — os mais agressivos e os aparentemente menos agressivos — reclamam

a substituição do actual Governo por outro mais à direita.

Mais adiante a camarada falou da unidade e da força crescente do movimento operário e popular que se opõe às forças negras da reacção, advertindo no entanto para os perigos que adviriam para a democracia portuguesa se o PS cedesse às exigências do CDS.

Para a defesa deste regime no momento particularmente difícil que vivemos para a democracia em Portugal é necessário alargar, alargar cada vez mais a unidade antifascista e democrática entre todos os homens e mulheres portugueses dos mais variados partidos. Interessá — disse por fim — igualmente alargar esta unidade a gente sem partido, católicos ou doutras religiões.

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.



A política do Governo discrimina e asfixia as autarquias locais

A política financeira do actual Governo tem sido caracterizada por um conceito de "austeridade" tão moralmente indefensável quanto ilegal.

No campo da Administração Pública, por exemplo, o povo português assistiu, por um lado, à aprovação dos chorudos aumentos dos membros do Governo (cuja "dignidade", pelos vistos, se mede em escudos) e, por outro lado, aos cortes brutais nas verbas destinadas às autarquias locais.

Enveredando decididamente pelo caminho da ilegalidade, o Governo não só infringiu uma vez mais a Lei do Orçamento Geral do Estado que o obrigava (?) a publicar até 31 de Maio um plano de distribuição de verbas às autarquias como, ao publicar com atraso um arremedo de plano, se refere apenas às verbas destinadas àquele sector vindas de um Ministério.

Todas as restantes verbas que devem reverter para as autarquias continuam por definir.

Mas não só estas ilegalidades desabonam o Governo no que se refere ao poder local.

Os próprios cortes de verbas às autarquias — a maioria em situação tão aflitiva que mesmo as que se consideram em "desafogo" já afirmaram publicamente que não estão em condições de lançar obras novas — têm inequivocamente um carácter discriminatório.

O quadro que publicamos fala por si. Não obstante as Câmaras nele referidas terem recebido nos primeiros cinco meses deste ano montantes bastante inferiores aos recebidos no mesmo período do ano passado, constata-se que os cortes afectaram mais duramente os municípios de maioria "Povo Unido".

O caso do Barreiro, cuja gravíssima situação financeira é do conhecimento de todo o país, demonstra bem como, na ausência de um regime de Finanças Locais de acordo com a Constituição, um Governo de compadrios políticos pode cercar qualquer gestão democrática.

O corte de 69% nas receitas da Câmara do Barreiro, que depende em mais de 70% do Governo, só pode ser explicado pelo desejo da coligação PS/CDS tentar desacreditar as forças políticas (comunistas e seus aliados) que nela são maioritárias.

Se a esta discriminação indefensável, que mais do que forças políticas atinge os interesses das populações, juntarmos as campanhas desencadeadas pelo PS quer no Barreiro, quer em Vila Franca de Xira (para nos limitarmos aos casos em questão), explorando as dificuldades reais criadas pela política do Governo para acusar as respectivas Câmaras Municipais de má gestão financeira, ficamos com um quadro completo da baixaza a que alguns não se envergonham de recorrer para atingir fins meramente partidários.

Só que a população já não se deixa enganar hoje como

há alguns anos atrás. O empenhamento dos democratas eleitos para as autarquias na resolução dos problemas mais sentidos, o esclarecimento constante, a mobilização e o apelo à participação popular na vida da autarquia, ciarham condições que permitem desmascarar facilmente as manobras partidárias.

É com expectativa que se aguarda por todo o país a aprovação do regime de Finanças Locais que

a Assembleia da República vai, finalmente, discutir em sessão extraordinária no próximo mês de Outubro.

Não é por um qualquer regime de finanças que se espera.

Para que a descentralização do poder, a autonomia administrativa e financeira das autarquias, a desburocratização e eficácia da Administração Pública — que o Constituição claramente consagra — sejam um facto, importa que o regime de

finanças a aprovar permita a correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau e assente em critérios objectivos que impeçam qualquer possibilidade de discriminação política.

Neste campo, como em muitos outros, caberão ao PS grandes responsabilidades. Dele dependerá, na Assembleia da República, que o poder local saia reforçado ou seja transformado num simulacro de autonomia.

Discriminação nos cortes de verbas às autarquias

CÂMARA	1977 (Jan./Maio) receitas/contos	1978 (Jan./Maio) receitas/contos	%
TORRES VEDRAS	38 500	33 500	-14%
VILA FRANCA	72 000	34 800	-52%
BARREIRO	59 914	18 972	-69%
OEIRAS	115 250	96 176	-8%

NOTA: Torres Vedras e Oeiras têm Câmaras de maioria PS, enquanto as de Vila Franca e Barreiro são de maioria "Povo Unido".

Lançamento de derramas — sim ou não?

A derrama é um imposto que reverte para os Municípios e Freguesias e que pode ser lançado por decisão das respectivas Assembleias Municipais e de Freguesia.

Como se sabe, a Constituição estabelece que só a Assembleia da República pode legislar sobre a criação de novos impostos e sobre o sistema fiscal. Esta norma, no entanto, só se refere à criação de impostos novos e não àqueles que já existiam à data da entrada em vigor da Constituição, por força da legislação anterior.

Na verdade, as autarquias, ao decidirem lançar uma derrama, não criam um novo imposto. Limitam-se apenas a usar a faculdade de cobrar um imposto, de carácter extraordinário, que está previsto em diplomas legais anteriores à entrada em vigor da lei geral (Decreto-Lei nº 173/73 — "Diário do Governo" nº 90, I Série, de 16/4/73 e artigo 781º do Código Administrativo no que toca às Freguesias).

Aliás, embora não tenha sido ainda aprovado o novo regime de finanças locais, é a derrama que este imposto se mantenha, ainda que

com alterações em aspectos do seu regime.

Sendo, no entanto, uma faculdade legal dos Municípios e Freguesias lançar derramas — facultade sem dúvida importante dada a péssima situação financeira em que se encontram as autarquias — importa ver sobre que grupos, classes e camadas recai a derrama, em que condições deve ser lançada e quais as formalidades legais a observar.

Em relação à derrama lançada por Freguesias, ela vai incidir nos rendimentos de propriedade sobre que recai a contribuição predial, isto é, sobre os proprietários de terras e habitações; quanto à derrama lançada pelos Municípios, incide igualmente sobre a contribuição predial, mas pode também recair sobre a contribuição industrial. Em nenhum dos casos a derrama pode, contudo, ultrapassar 15% da

colecta liquidada para o Estado das referidas contribuições.

O lançamento e cobrança da derrama pelo Município pode ser feita juntamente com as contribuições do Estado ou directamente, pelas Câmaras Municipais, através dos seus Serviços. No primeiro caso, aliás o mais cómodo e económico para os serviços municipais, a derrama tem de abranger todo o concelho e ter uma taxa uniforme.

Produto das derramas deve reverter para melhoramentos necessários às populações

O lançamento de derramas, até à publicação do referido Decreto-Lei nº 173/73, procurava satisfazer, segundo a lei, os seguintes objectivos: combate ao desemprego; repressão da mendicidade; saúde e assistência. Porém, este diploma revogou a legislação anterior sobre o assunto, mas continuou

a permitir o lançamento deste imposto pelas Câmaras Municipais com o objectivo de financiar a execução de obras e melhoramentos para os quais exista a participação do Estado ou se presume que venham a existir. Com a entrada em vigor da Constituição e do Decreto-Lei nº 701-A/76, a competência para lançar derramas passou a caber às Assembleias Municipais, embora essas deliberações possam ser tomadas sob proposta da Câmara Municipal. Quando a derrama é extensiva a todo o concelho, como aliás é normal, os melhoramentos em questão devem destinar-se a satisfazer interesses de ordem geral para o concelho. Por vezes é difícil dizer se um certo melhoramento só interessa a um lugar, a uma ou mais freguesias ou a todo o concelho.

Como a derrama é um imposto extraordinário, a decisão de a lançar e cobrar tem de ser tomada pelos órgãos municipais todos os anos e o seu produto, bem como as despesas com os melhoramentos a que digam respeito, tem de ser inscritos no respectivo orçamento. Assim, com

a legislação ainda em vigor, as Assembleias Municipais que pretendam usar da faculdade de lançar derramas no próximo ano devem tomar essa deliberação durante o corrente ano, tendo em atenção o seguinte:

1. a deliberação deve referir discriminadamente as obras e melhoramentos a que se destina o produto da derrama, bem como a sua taxa, calculada de acordo com os encargos a suportar pelo município com essas obras ou melhoramentos.

Quando for decidido que a cobrança da derrama deve ser feita juntamente com as contribuições do Estado, o pedido de cobrança deve ser solicitado ao Director de Finanças do distrito até 31 de Julho do ano anterior a que diz respeito a derrama. Este pedido tem de ser acompanhado de uma cópia da deliberação da Assembleia Municipal donde conste o montante da taxa a lançar; contribuições do Estado sobre as quais incide a derrama; e a discriminação das obras e melhoramentos a cuja realização se destina o respectivo produto. Neste caso, portanto, se se pretender lançar qualquer derrama

no próximo ano as decisões e deliberações referidas têm de ser tomadas até uns dias antes do dia 31 de Julho, de forma a que nesta data, seja apresentado o pedido ao Director de Finanças do distrito.

O aumento ou distribuição da carga fiscal sobre os cidadãos tem implicações políticas evidentes. É indispensável, por isso, que o lançamento de uma derrama e a aplicação do seu produto seja cuidadosamente ponderado, e que os melhoramentos a que tais verbas se destinam correspondam de facto a profundas aspirações da população, de forma a que esta compreenda a necessidade de tal imposição fiscal.

Na verdade, o lançamento de derramas sobre a contribuição predial rústica e sobre a contribuição industrial afecta Cooperativas, Pequenos e Médios Agricultores e Industriais. Há, portanto, que estudar cuidadosamente cada situação concreta, de modo a não impor sacrifícios não compreendidos às camadas afectadas, na maioria dos casos já tão duramente atingidas pela política económica que o Governo tem vindo a praticar.

AF de Queluz exige autonomia financeira

A descentralização do poder e a consequente autonomia financeira consagrada na Constituição a que o Governo se vem negando a dar cumprimento até hoje, tem impedido a solução de muitos dos problemas que mais directamente afectam o bem-estar da população — afirma um documento recentemente aprovado na Assembleia de Freguesia de

Queluz pelos eleitos pelo PS e "Povo Unido".

Naquele documento, em que se exige que as eleições para as autarquias sejam realizadas no prazo estabelecido, até fins de 1979, condena-se a política financeira do Governo face às autarquias locais e salienta-se que a não publicação da lei de Finanças locais representa um factor desmobilizador para

os membros dos órgãos de Poder Local e a causa principal da ineficácia e asfixia da sua própria actividade.

Como se faz notar no texto aprovado, o Governo, contrariando o espírito da Lei 79/77 e da Constituição, continua a impor às autarquias locais a sua tutela financeira, impedindo por este facto o pleno exercício aos órgãos

eleitos pelas populações para a defesa dos seus próprios interesses.

O Plano de Actividades da Freguesia de Queluz — sublinha-se — está seriamente comprometido na sua concretização pelo facto de, até hoje, dezoito meses após as eleições, não ter saído a lei que atribui às autarquias a indispensável autonomia financeira. Por

este facto, a maioria das carências locais continua sem solução, produzindo esta situação na população em geral e nos órgãos autárquicos em particular, um clima de descrença e de indignação de efeitos profundamente negativos.

A Assembleia de Freguesia de Queluz exige ainda no seu documento que a Lei de Finanças Locais a aprovar

corresponda aos objectivos consignados na Constituição e de satisfação aos legítimos anseios das populações.

Durante a sessão deste órgão autárquico foi bastante notada a ausência dos eleitos do PPD e CDS que, uma vez mais, deixaram bem claro o seu "interesse" na resolução dos problemas da população que os elegeu.

Nas lezírias de Vila Franca a dura luta dos seareiros do melão

Agora que o tempo parece ter levantado de vez, a esperança de melhores colheitas nasce nos seareiros de melão que todos os anos, desde a Primavera ao Outono, trabalham nas terras das lezírias de Vila Franca.

Ainda há pouco tempo, os olhos dos seareiros vagueavam desanimados pelas searas, as mãos agitadas em constante labor contra os parasitas que infestavam e quebravam a «árvore» do melão. Dias e dias de trabalho, os parques recursos gastos no combate pela salvação das searas, eis o que nos contam elementos da Comissão de Seareiros do Melão, João Cabral, Joaquim Cebola, Joaquim Corvoche e Joaquim Maraujo:

O nosso grande problema foi o bicho prejudicando as searas. Semearmos duas e três vezes e o bicho continuava a roer a «árvore» do melão. O tempo que tardou a aquecer só vinha dar origem a mais bichos. As dificuldades porque passámos, o dinheiro que gastámos, o trabalho que tivemos, poderiam ser muito menores se existisse uma autêntica assistência sanitária, se o ataque aos parasitas fosse orientado por serviços técnicos do MAP. Isto porque nós vamos comprar qualquer produto e não sabemos qual o mais adequado, trabalhamos à sorte e não está fora de hipótese acontecer que o produto mate o bicho e mate igualmente a seara. Aos anos que andamos a debater estes problemas, a necessidade de assistência sanitária e do seguro para as searas, e tudo permanece na mesma.

A luta pelo estatuto do seareiro

Paralelamente à ausência de assistência sanitária que vem encarecer os custos da seara, o aumento intenso do preço dos

factores de produção coloca novas dificuldades aos seareiros de melão. A este propósito, declarámos na Comissão de Seareiros dos Meloais:

Os custos de produção, por exemplo, com um hectare de seara de melão, são ainda difíceis de determinar porque dependem das regas, dos combustíveis utilizados, do preço da semente e do plástico, dos adubos, dos produtos de combate aos parasitas. Mas, em média por hectare, gastamos só com o plástico cerca de 9 contos e com adubos cerca de 4 contos. A semente do melão aumentou também brutalmente.

É com base no preço dos factores de produção que levamos os custos de produção junto das entidades oficiais pedindo o tabelamento do melão. No ano passado tivemos diversas dificuldades em ser recebidos pelo Ministério. Todos os anos há sectores que ameaçam com o não tabelamento, com a imposição de preço livre para o melão. Mas o espírito de unidade e de entesadada entre os meloeiros tem impedido que estas ameaças vão para a frente.

Tal como no ano passado, a Comissão luta pelo tabelamento do preço do melão. Este ano, vamos fazer plênários de zona por todo o meloal, ouvir os seareiros para vermos qual o preço de tabelamento do melão que vamos exigir à Junta Nacional de Frutas e ao Ministério do Comércio e Turismo.

A Comissão dos Meloeiros, constituída em 1973 com o objectivo de organizar os seareiros, tem desenvolvido

diversa actividade não somente no âmbito do tabelamento do melão mas também na luta contra as elevadas rendas que se praticavam, contra os despedimentos efectuados por senhorios que se negam a readmitir os seareiros, pela redução das rendas. Quando as searas, por factores imprevisíveis, sofrem prejuízos de monta, como sucedeu o ano passado, a Comissão de Seareiros tem combatido tenazmente pela redução das rendas e pela concessão de indemnizações. No ano passado, a Companhia das Lezírias, em cujas terras trabalha todos os anos uma multidão de seareiros, reduziu as rendas em virtude dos danos tremendos provocados pelo mau tempo nas searas. Mas o mesmo não aconteceu com a maior parte dos senhorios particulares, desejosos de que os seareiros não conseguissem pagar-lhes as rendas para lhes negarem as terras.

Apesar de o Estado não ter ainda concedido qualquer indemnização aos seareiros violentamente atingidos por prejuízos, todas as contas com os senhorios foram saldadas.

Este ano, uma das batalhas mais árduas da Comissão dos Seareiros consistiu em arranjar terras para os seareiros de melão.

Aqui verifica-se cada vez mais terras ao abandono. Há terras expropriadas por lei que continuam nas mãos dos agrários e outras que nem sequer foram expropriadas, apesar da sua pontuação ser muito grande. Por parte destes agrários as dificuldades para arrendarem as terras aos meloeiros são tremendas. Preferem a terra deixada ao abandono ou subarrendada do que arrendá-la. Apontamos um caso, entre muitos outros:

a Sociedade dos Silveiras negou terra a uns poucos de seareiros quando tem cerca de 400 hectares por cultivar e estes apenas ocupavam 38 hectares. A Companhia das Lezírias tem manifestado uma certa boa vontade para com os seareiros e temos trabalhado, sem dificuldades, com a administração, que chegou mesmo

a afirmar o seu acordo com um dos nossos objectivos de luta: o estabelecimento de um estatuto do seareiro.

Ora o que pretendemos com o estatuto do seareiro? Pretendemos que o seareiro deixe de andar todos os anos à mercê da sorte, que lhe seja possível fixar-se à terra e experimentar outras culturas



Esta é «árvore» do melão, plantada por meloeiros que, organizados na Comissão de Seareiros de Melão, lutam pela fixação à terra.

Câmara de Leiria quer impedir liberdade de informação

A exemplo do que tem sucedido noutras autarquias do país dominadas por forças pouco conformes com as liberdades conquistadas após o 25 de Abril, a Câmara Municipal de Leiria deliberou recentemente (não obstante não ter qualquer autoridade para o fazer) fazer depender a propagação escrita e sonora da concessão de autorizações, licenças, pagamento de taxas e impostos, etc.

Tratando da mesma forma a propagação comercial e a propagação política, sindical e outra, sem fins lucrativos, o município de Leiria comete a grave ilegalidade de pretender regulamentar matéria (as liberdades) que é da exclusiva responsabilidade da Assembleia da República.

O exemplo de casos semelhantes, noutros municípios, já demonstrou sobejamente que o povo português se recusa a acatar tais deliberações ilegais, continuando a utilizar a liberdade de informação e esclarecimento que a Constituição consagra.

Não deixa, contudo, de ser preocupante que órgãos de poder local continuem a infringir as leis em vigor, numa clara tentativa de restringir primeiro e liquidar depois as liberdades democráticas.

Na generalidade dos casos em que tem sido interposto recurso de tais deliberações, os órgãos competentes (auditorias administrativas, tribunais de comarca, etc.) têm reconhecido a sua ilegalidade.

Mas importa que as massas populares e as forças progressistas desmascarem os responsáveis autárquicos que, em vez de se preocuparem com a resolução dos problemas mais sentidos da população, antes desenvolvem todos os esforços para lhe abafar a voz.

Plenário da APU em Santiago do Cacém

Realizou-se recentemente, na Casa do Povo de Alvalade-Sado, um plenário da Aliança Povo Unido de Santiago do Cacém, em que participaram eleitos da Câmara, Assembleia e Concelho Municipal, das Assembleias e Juntas de Freguesia, membros de Comissões de Moradores e outros activistas da APU. Como convidado, participou ainda um membro da Comissão Coordenadora da Comissão Nacional do «Povo Unido».

Nas conclusões do plenário foi realçada a necessidade de intensificar a informação aos eleitores sobre as realizações das administrações democráticas e as dificuldades financeiras que atravessam. Por outro lado, em face da impossibilidade de lançar obras novas em 1978, provocada pelo Governo, foi decidido incentivar e apoiar as iniciativas das populações em relação a pequenos melhoramentos locais.

O plenário pronunciou-se igualmente pelo prosseguimento da luta por um regime de finanças locais justo e descentralizador e pela saída do plano de distribuição de verbas às autarquias, que o Governo estava obrigado a publicar até 31 de Maio.

No final dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade uma moção exigindo ao Governo que defina para a ECA (empresa de concentrado de tomate, cujo prazo de intervenção do Estado terminou recentemente) uma solução conforme com a vontade dos seus trabalhadores.

Santo André precisa de mais escolas

Segundo informa o boletim informativo da Junta de Freguesia de Santo André, do Barreiro, mesmo que em Outubro próximo estejam concluídas as escolas da Telha e Vila Chã, a freguesia continuará a dispor apenas de metade das salas de aula de que necessitaria.

A responsabilidade de tal situação cabe por inteiro à Direcção-Geral das Construções Escolares, entidade a quem a Câmara Municipal do Barreiro pôs já à disposição dez mil metros quadrados de terreno, na Quinta das Canas, para a construção de mais escolas.

Como salienta a Junta de Freguesia, é necessário denunciar estas situações para combater os mal intencionados que acusam a Câmara Municipal do Barreiro e a Junta de Freguesia de Santo André pela falta de escolas.

MAPRU defende objectivos das Casas do Povo

Individualizar as Casas do Povo, separá-las umas das outras sem nenhuma coordenação entre si e sem ligação com o aparelho de Estado, não favorece o seu desenvolvimento nem a plena utilização dos recursos humanos e técnicos de que dispõem — afirma-se num documento, entregue a semana passada pelo MAPRU ao Ministério dos Assuntos Sociais, resultante de um amplo debate a nível nacional sobre quais as grandes linhas que devem orientar as Casas do Povo.

O texto, aprovado em Abril passado, em Coimbra, pelos representantes de Casas do Povo de doze distritos, salienta que estas devem participar, no campo da Acção Social, a nível local e concelhio, na gestão, planeamento e melhoria dos serviços do sistema de saúde, pelo que devem estar representadas nas Comissões de Gestão locais do Serviço Nacional de Saúde.

O documento apresentado pelo MAPRU pronuncia-se pela continuação da estrutura nacional das Casas do Povo e dos respectivos organismos distritais e defende que as Casas do Povo devem colaborar com outras organizações de trabalho na defesa dos interesses dos agricultores e na luta pela melhoria das suas condições de vida, pelo que têm de dar apoio a iniciativas cooperativistas que surjam ou já existam na região, incentivar o intercâmbio de iniciativas e abrir a utilização de instalações.

No mesmo documento, que o MAS irá analisar, define-se ainda quais os objectivos que devem orientar a acção das Casas do Povo nos campos da Segurança Social, dos Serviços Médico-Sociais e da Acção Social e Cultural, na valorização profissional, recreativa e educativa das populações rurais.

Plenário de Agricultores do Baixo Mondego

No próximo dia 23, em Montemor-o-Velho, realiza-se um plenário de agricultores de toda a zona do Baixo Mondego, convocado pelas Uniões de Agricultores dos concelhos de Coimbra, Condeixa, Soure, Figueira da Foz, Ançã e Portunhos, Secretariado Provisório das Uniões e Liga do Baixo Mondego e Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho.

Durante o plenário, que está a ser preparado por toda aquela região, deverão ser debatidos problemas relacionados com o seguro agropecuário e subsídios para os prejuízos; definição de preços e garantia de escoamento dos produtos da lavoura; obras do Mondego e suas implicações e tabelas de aluguer de máquinas e equipamento do respectivo parque.



Luis Corvalán

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

— Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

— O trabalho teórico e o trabalho prático fundem-se num todo.

Lenine

A história acidentada dos povos latino-americanos nas últimas décadas prende a atenção do mundo inteiro. Todos os Homens amantes do progresso e da paz se sentem ligados à acção revolucionária dos povos da América Latina, regozijando-se com as suas vitórias, solidarizando-se com os seus sacrifícios nas horas transitórias de derrota e opressão.

Mas não basta «viver» esses momentos contraditórios, correndo o risco de alternar o sentimento do optimismo do pessimismo. É necessário compreender a evolução da luta tenaz desses povos, saber interpretar e explicar os seus avanços e recuos. Só uma análise marxista-leninista dessa realidade nos dará o seu conhecimento científico.



Rodney Arismendi

A influência do imperialismo americano e a pressão que exerce sobre a América Latina é ainda muito forte, mas está em decadência. A partir dos meados dos anos 60, a hegemonia do imperialismo americano entrou em claro declínio. Isto não impede, no entanto, que os povos do Chile e do Uruguai atravessam hoje dias muito difíceis, vítimas do regime de terror e de permanente repressão. São aspectos de encarnizada resistência que as forças do imperialismo e da reacção opõem aos avanços das forças progressistas em todo o mundo. Seria errado pensar que esses contragolpes, esses êxitos temporários das forças reacţionárias representam o essencial da nossa época. Como diz Luis Corvalán no Relatório apresentado ao Plenário do CC do Partido Comunista do Chile em Agosto de 1977:

«O facto essencial é que no mundo de hoje se consolida e aumenta a influência das forças progressistas, do socialismo, da classe operária internacional, do movimento de libertação nacional. São os êxitos

destas forças que exprimem a tendência principal dos acontecimentos mundiais... Pinochet é o símbolo do passado que resiste. E, pelo contrário, as vitórias do Vietname e outros povos da Indochina, a revolução portuguesa, o triunfo de Angola e o derrubamento de todo o império colonial português, a queda da ditadura fascista na Grécia e o desmoronamento do franquismo, são os factos mais importantes e significativos dos últimos anos».

— Ou ainda como refere Rodney Arismendi: «Ninguém duvida de que recebemos um golpe muito grande com a derrota do Chile. Mas seria simplificar o panorama se vissemos a América Latina de uma forma sombria. É a dura luta entre revolução e contra-revolução que se desenvolve nas últimas décadas. Entre anti-imperialismo e imperialismo, entre as forças democráticas e as oligarquias repressivas, entre a liberdade

Em «A Revolução Chilena — a ditadura fascista e a luta para a derrubar e criar uma nova democracia» (Relatório apresentado ao Plenário de Agosto de 1977 do CC do Partido Comunista do Chile) Luis Corvalán faz uma aprofundada análise do processo da revolução chilena — os seus grandes méritos e as causas da sua derrota — a das perspectivas da luta para derrubar o fascismo e construir uma nova democracia.

Luis Corvalán caracteriza a revolução chilena, dá-nos o panorama do que ela representou, do ponto de vista teórico e prático, expõe as enormes realizações dos anos de governo da Unidade Popular e contrapõe-lhes o que tem sido a acção da ditadura fascista, o que ela significa e o que dela tem resultado. Paralelamente, analisa nos seus pormenores as causas da derrota, através da crítica do da autocrítica, que são arma destrutiva dos partidos comunistas, do marxismo-leninismo, aponta os erros cometidos. Aprofunda alguns aspectos de importância crucial. Como o problema da unidade dentro da UP e a política de alianças, o alargamento da unidade entre as massas, o problema do poder judicial, as relações entre o poder civil e as forças armadas, a firmeza perante as manobras e ofensivas das forças reacţionárias, o esquerdismo, e tantos outros.

É desta análise profunda e da avaliação correcta da realidade actual chilena, que Luis Corvalán retira os elementos que lhe permitem perspectivar a luta para o derrubamento do fascismo e construção de uma nova democracia.

A REVOLUÇÃO CHILENA, de Luis Corvalán, não é apenas, longe disso, uma fonte de informação para quem quer conhecer a revolução chilena. É acima de tudo um material de estudo sobre o qual todo o comunista se deve debruçar. Não é de esquecer o que Corvalán afirma: «É claro que se o nosso Partido tivesse sido muito mais forte, muito mais capaz teórica, ideológica e politicamente falando, a situação teria sido certamente diferente...» A leitura e estudo de A REVOLUÇÃO CHILENA ajuda a fortalecer teórica, ideológica e politicamente cada militante comunista.

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA, de Rodney Arismendi, é uma antologia de textos seus. Como se afirma no prefácio, o livro dá-nos a sua «... firmeza ideológica, que faz ver sempre claro, na luz e nas trevas, mas que, pelo contrário, rompe e segue uma orientação precisa».

Nos vários textos apresentados, não é só o problema do Uruguai e da sua revolução que é estudado. É a realidade global do continente Latino-Americano, são inúmeros problemas de ordem teórica e ideológica que são desenvolvidos: a teoria do partido, os problemas da unidade, a questão da tática, da luta de classes, etc.

Esta obra representa um manancial riquíssimo para o aprofundamento da preparação ideológica dos comunistas; a propósito da realidade concreta do continente e do imperialismo americano, é o marxismo-leninismo que surge em toda a sua pujança, nos seus fundamentos teóricos, na sua aplicação prática.

Tanto A REVOLUÇÃO CHILENA de Luis Corvalán como A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA de Rodney Arismendi constituem a afirmação categórica e fundamentada de que não há revolução sem classe operária e os trabalhadores, sem a sua vanguarda política, os Partidos Comunistas.

Temas vários

Em França, há 189 anos: a tomada da Bastilha e o seu significado

Quando em 14 de Julho de 1789 as portas da Bastilha, a sinistra prisão que simbolicamente era o último reduto do feudalismo em França, cederam ao esforço dos burgueses e do povo de Paris, que a assaltou, muitos pensaram, com alguma razão, que tinham sido abertas as portas de um mundo novo.

Pela primeira vez o velho mundo feudal, roído pelas contradições que o opunham ao novo mundo do capitalismo, o velho mundo enfraquecido na dura luta de classes que opunha os senhores da terra aos burgueses que haviam desenvolvido o comércio e criavam a indústria, pela primeira vez esse mundo ruía, de um só golpe, violentamente. Era a revolução Francesa, que veio colocar, ao fim de alguns séculos de lutas, o poder social, económico e político nas mãos da burguesia, aniquilando a aristocracia como classe dominante.

Já noutros países — em Portugal durante a crise de 1383-1385 e na Inglaterra na época de Cromwell, por exemplo — outras revoluções burguesas tinham estalado, modificando com alguma profundidade o quadro das relações entre as classes existentes. Mas nenhuma dessas revoluções pôde, até ao fim, concretizar as aspirações das burguesias nacionais respectivas.

Por um lado, dado o fraco desenvolvimento do capitalismo nesses países, na altura; por outro lado, dada a falta de uma teoria que definisse com clareza os objectivos

da burguesia e os métodos para a revolução devia utilizar para vencer completamente e consolidar o seu poder.

Na França de 1789 as condições estavam criadas para que se pudesse, embora de forma violenta, concretizar esse passo histórico. Mergulhada em profunda crise económica que o poder se mostrava incapaz de resolver, com a miséria e a fome alastando no país, a França era a nação da Europa onde mais agudamente se acentuavam as contradições. O capitalismo industrial nascente não encontrava no quadro estreito do feudalismo, condições para se desenvolver. Por seu lado o feudalismo já não conseguia impor-se senão através de uma feroz repressão. As prisões estavam cheias, a Bastilha era o símbolo de todas elas, o símbolo de uma opressão secular.

Entretanto existia uma teoria revolucionária, embora fragmentada dispersa pelos seus vários autores, filósofos e enciclopedistas, homens geralmente vindos da burguesia e que exprimiam o ponto de vista desta classe, teorias cujo elo de ligação mais forte era o ideal de liberdade

que encontrava um eco muito vasto junto de cada vez mais amplas camadas de burgueses. O povo — camponeses, artesãos e operários industriais — também acreditava que para si era chegado o momento da libertação definitiva.

Não era disso que se tratava ainda. As teorias surgidas nasceram precisamente da necessidade que a burguesia tinha de desenvolver o seu poderio, baseavam-se nos conhecimentos técnico-científicos adquiridos por esta classe na sua actividade de progressivo crescimento. Era uma teoria que visava a libertação da própria burguesia e a Revolução Francesa, na qual o povo tanto se empenhou, conseguiu efectivamente as liberdades — económicas, sociais e políticas — para que uma classe pudesse tornar-se a classe dominante e estabelecer assim as suas formas de exploração e opressão sobre uma outra que acabava de nascer — o proletariado.

A transformação da sociedade — escreveu Lenine, referindo-se a essa nova etapa histórica — tornou todos os cidadãos iguais em princípio, aboliu

a antiga divisão em escravos, estabelecendo a igualdade de todos perante a lei, independentemente do capital possuído; proprietário da terra ou indigente que não tem senão os seus braços para viver, todos se tornam iguais perante a lei. A lei protege todos na mesma medida: protege a propriedade daqueles que a possuem contra qualquer atentado da massa daqueles que a não possuem, que apenas têm os seus braços e que pouco a pouco caem na miséria, se arruinam e se tornam proletários. Tal é a sociedade capitalista.

Com efeito, cedo os que derrubaram as portas da Bastilha, compreenderam que a verdadeira liberdade, para o povo inteiro, não se encontrava ali. E, ao mesmo tempo que um novo sistema, um novo regime, mais adiantado e mais livre, abria grandes possibilidades de desenvolvimento económico, social e cultural para toda a humanidade, esse próprio sistema criava no seu seio a nova classe que o haveria de derrubar.

Em cada nação ainda não libertada do jugo que o capitalismo criou para se manter o proletariado, aliado a todas as classes e camadas que o capitalismo vai oprimitindo e arruinando, prepara activamente a libertação definitiva.

do século XVIII ou no princípio do século XIX — na Rússia mais tarde que noutro lugar, em 1861 — ao Estado feudal substituiu-se o Estado capitalista que proclama a liberdade para todos, pretende ser a expressão da vontade de todos, nega ser um Estado de classe; então, entre os socialistas, que combatem pela liberdade do povo inteiro, e o Estado capitalista, inicia-se uma luta, que hoje conduziu à formação da República Socialista dos Soviéticos e que ganha o mundo inteiro.

Esta sociedade levantou-se contra o feudalismo, contra o antigo regime, contra a servidão sob a palavra de ordem de liberdade. Mas tratava-se de uma liberdade para quem possuía qualquer coisa. E, uma

Pablo Neruda: «Coração meu, agarra-te ao dever porque declaro aberto este processo»

«Os meus pais vieram de Parral onde eu nasci. Ai, no centro do Chile, crescem os vinhedos e abunda o vinho. Sem que o recorde, sem saber que a olhei com os meus olhos, morreu minha mãe, Rosa Basoalto. Eu nasci em 12 de Julho de 1904 e, um mês depois, em Agosto, atacada pela tuberculose, a minha mãe partiu para sempre».

É o neto de José Angel Reyes que nos fala da sua infância de filho de um operário, ferroviário mais tarde, em Temuco. É um dos netos de um pequeno agricultor de vida dura, com «poucas terras e muitos filhos», que recorda os seus primeiros anos na companhia do pai, José del Carmem, da madrastra e dos irmãos.

A poesia das memórias («Confesso que vivi») cobra os seus direitos sobre a infância do menino Neftali Reyes que todo o mundo conhece sob o pseudónimo de Pablo Neruda.

Temuco até aos 16 anos. Temuco, «cidade pioneira, daquelas cidades sem passado (...) vanguarda da vida chilena nos territórios do Sul» é para o pequeno Neftali um lugar de descobertas. A natureza atrai o futuro poeta. Atrai-o também a vida difícil e pioneira que levou o seu pai. Oferecem-se-lhe as primeiras experiências do amor, a que mais tarde

dedicaria parte extensa do melhor que produziu.

«Defronte da minha casa, moravam duas raparigas que me lançavam de continuo olhares que me ruborizavam. O que eu tinha de tímido e de silêncio tinham-no elas de precoce e de diabólico. Certa vez, parado à porta da minha casa, tentava não as fitar. Tinham nas mãos algo que me fascinava. Aproximei-me com cautela e mostraram-me um ninho de pássaro bravo, tecido com musgo e minúsculas penas, que guardava no interior uns ovos pequeninos e maravilhosos de cor turquesa. Quando ia a pegar-lhe, uma delas disse-me que tinham primeiro de apalpar as minhas roupas. Estremeci de terror e escapuli-me rapidamente, perseguido pelas jovens rinfas que arvoravam o incitante tesouro. Durante a perseguição, enfeiei por um beco em direcção ao local desabitado de uma padaria que era nossa propriedade familiar. As assaltantes conseguiram alcançar-me

e começavam a tirar-me as calças quando, pelo beco, se ouviram os passos do meu pai. Acabou ali o ninho. Os maravilhosos ovos ficaram abandonados, enquanto, debaixo do balcão, assaltado e assaltantes continham a respiração».

Santiago, 1921. O jovem poeta milita na revista «Claridad». Faz amigos e amigas. Acompanha a vida boémia e extravagante dos poetas daquele tempo. Mas Neftali Reyes era já um poeta militante. «A juventude dourada, filha da oligarquia, assaltara e destruiu as instalações da Federação de Estudantes. A justiça, que desde os tempos da colónia até ao presente esteve sempre ao serviço dos ricos, não prendeu os assaltantes, mas sim os assaltados. Domingo Gómez Rojas, jovem esperança da poesia chilena, enlouqueceu e morreu torturado numa cela. A repercussão deste crime, adentro da esfera nacional de

um pequeno país como é o meu, foi tão profunda e vasta como viria a ser o assassínio em Granada de Federico García Lorca».

1923 é o ano do «Crepusculario», o primeiro livro. Neruda conta: «Para pagar a impressão (...) os meus escassos móveis foram vendidos. Para a casa de penhores foi rapidamente o relógio que o meu pai me havia oferecido solenemente e no qual mandara pintar duas bandeirinhas cruzadas. O relógio foi seguido pelo meu fato negro de poeta. O impressor era inexorável (...). O crítico Alone adiantou generosamente os derradeiros pesos... E saí para a rua com os meus livros ao ombro, com os sapatos rotos e louco de alegria».

Pouco depois, viriam ao mundo para sempre os maravilhosos «20 poemas de Amor y una Canción Desesperada». Luis Emilio Recabarren, herói do povo chileno e um dos fundadores do Partido Comunista do Chile, organizava por esse tempo o movimento operário e popular. A repressão enchia as cadeias. «Os estudantes apoiavam as reivindicações populares e eram espancados pela polícia nas ruas de Santiago». Neruda participava, escrevendo e militando na revista «Claridad».

Desde essa época — acrescenta nas Memórias que vimos citando — «a política misturou-se na minha poesia e na minha vida. Não era possível fechar a porta à rua dentro dos meus poemas, assim como não era possível também fechar a porta ao amor, à vida à alegria ou à tristeza no meu coração de jovem poeta».

1927: começa a sua vida de diplomata. Passa em Lisboa e nota a sua beleza «sem Salazar no trono». Viaja até ao Extremo-Oriente. Fixa-se como cônsul em Rangum, na Birmânia. Termina nestas paragens a «Residência em la Tierra».

Em 1932 volta ao Chile, casado com Maria Antonieta Ageranaer. Um ano depois parte para Buenos Aires como cônsul. Conhece Federico García Lorca.

Depois, é a Espanha em 1934. Além de García Lorca, convive e faz amizade com os grandes poetas espanhóis da época. Miguel Hernandez, Alberti, Cernuda, Bergamín,

Altolaguirre são seus companheiros e amigos.

Veio a Guerra Civil. «A minha casa fora bombardeada em Madrid e vi homens, mulheres e crianças destruídos pelos bombardeamentos. A guerra mundial avizinhava-se. Com outros escritores, pusemo-nos a combater o fascismo... Embora tenha recebido o cartão de militante muito mais tarde, no Chile, ao entrar oficialmente para o Partido, creio que me defini perante mim mesmo como comunista durante a Guerra Civil Espanhola. Muitas coisas contribuíram para a minha profunda convicção».

Convicção e força que nunca o abandonaram.

Depois de ter participado na luta antifascista em Paris e no México, regressa ao Chile em 1943. Deixa a carreira diplomática. Em 4 de Março de 1945 é eleito senador da República. Poucos anos depois, vem um período de clandestinidade e de exílio que se prolongaria até 1952. É por essa altura que escreve a epopeia dos trabalhadores da sua América, o «Canto Geral». Dezenas de outros trabalhos poéticos consagraram Pablo Neruda como grande poeta das lutas, dos sofrimentos e das vitórias do seu povo e dos povos de toda a América Latina. Afirma-se o seu renome universal como artista, não apenas nos meios literários e independentemente das suas convicções políticas, mas entre os trabalhadores como grande poeta, militante e dirigente comunista.

Honrado pelo seu Partido com a mais alta distinção — a medalha Recabarren — Pablo Neruda toma parte activa na luta que conduziu à vitória do Governo de Unidade Popular, chefiado por Salvador Allende.

Prémio Nobel da Literatura em 1971 («uma contribuição para a luta do meu povo») Pablo Neruda foi candidato à Presidência da República e embaixador em Paris, durante os anos da Unidade Popular.

Ao morrer em 1973, quando as balas fascistas já matavam nas ruas, saudado e chorado pelos resistentes e por todo o povo no seu país e mundialmente, como poeta e como comunista, Pablo Neruda deixou uma obra imorredoura, glória e esperança do seu povo e dos trabalhadores de todo o mundo.



Homenagem dos escritores soviéticos a Pablo Neruda, no Teatro do Conservatório em Moscovo, vindo-se à direita N. Fadeev (1949)



Nicolas Guillén, Neruda e Nazim Hikmet, durante o Festival da Juventude realizado em Berlim (1951)

Um privilégio

«Foi um privilégio da nossa época — entre guerras, revoluções e grandes movimentos sociais — desenvolver a fecundidade da poesia até limites insuspeitados. O homem comum teve de defrontar este tempo vivido de maneira acutilante ou acutilada, quer na soldado, quer na massa montanhosa dos comícios públicos.

«Nunca pensei, quando escrevi os meus primeiros e solitários livros, que no transcurso dos anos me veria em praças, ruas, fábricas, escolas, teatros e jardins a dizer os meus versos. Percorri praticamente todos os cantos do Chile derramando poesia pelo meu povo».

(Pablo Neruda, «Confesso que vivi»)

A venda

Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Semana

12 Quarta-feira

1904 — Nasce em Parral, Chile, Neftali Ricardo Reyes Basalito, lutador antifascista e poeta famoso conhecido em todo o mundo como Pablo Neruda.

Explode um camião-cisterna junto a um parque de campismo na província espanhola de Tarragona, matando 180 pessoas e ferindo gravemente mais de 200... O ministro dos NE da União Soviética, Andrei Gromyko, e o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, reatam, em Genebra, as conversações sobre a limitação das armas estratégicas...

13 Quinta-feira

1793 — É assassinado Jean-Paul Marat, dirigente da Revolução Francesa.

O governo de Pequim decide cortar o auxílio técnico e económico à Albânia, na sequência de críticas do governo de Tirana à política chinesa... Um observador britânico do Instituto Católico das Relações Internacionais, «lord» Arebry, declara peremptoriamente que as eleições na Bolívia foram uma fraude...

14 Sexta-feira

1789 — Tomada da Bastilha, que assinala o início da Revolução Francesa.

O ministro dos NE da União Soviética, Andrei Gromyko, e o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, terminam em Genebra mais uma sessão das conversações sobre a limitação das armas estratégicas (SALT II), reconhecendo que se registou uma aproximação de posições...

15 Sábado

1922 — É fundado o Partido Comunista do Japão.

Os EUA manifestam a sua «preocupação» sobre as alegadas irregularidades nas eleições da Bolívia, em 9 de Julho... O diário do Koweit, «Al Siassa», noticia que 18 comunistas iraquianos foram condenados à morte e serão executados proximamente em Bagdade...

16 Domingo

1956 — Apelo do Soviético Supremo da URSS aos Parlamentos de todos os países do mundo em prol do Desarmamento.

Cerca de 15 000 pessoas participam em San Sebastian (Espanha) numa manifestação convocada por todas as forças políticas desta província, em sinal de protesto contra a violência da intervenção policial nos recintos dos últimos dias...

17 Segunda-feira

1936 — Eclode a Guerra Civil Espanhola; na noite de 17 para 18, Franco inicia a contra-revolução fascista.

Toma posse o governo da República de San Marino, formado por uma coligação comunista-socialista denominada «Governo de Colaboração Democrática»... Termina em Bona (RFA) a «cimeira dos ricos», onde participaram sete países capitalistas industrializados...

18 Terça-feira

1815 — Batalha de Waterloo, que assinala a queda de Napoleão.

Morre Fyodor Davigovich Kulakov, há sete anos membro do Politburo do Partido Comunista da União Soviética... Segundo o Rádio Congo, o Zaire e a República Popular de Angola concordaram em reabrir o caminho de ferro de Benguela, saída vital para as exportações zairenses de cobre...

Espanha: provocação e violência policial

Os últimos acontecimentos em Espanha evidenciam um esforço da direita para desestabilizar, para agudizar problemas candentes, provocar conflitos e uma situação de alarme que possa «justificar» o regresso a uma situação mais repressiva, de acordo com interesses bem conhecidos, com representação no próprio governo.

O culminar do processo de violência ocorreu em Renteria onde, no dia 14, mais de oitenta casas comerciais foram danificadas e saqueadas pela Polícia Armada que, depois de carregar sobre trabalhadores que ainda prosseguiam a greve geral já terminada na generalidade do País Basco, percorreram em bando as ruas da cidade, destruindo à coronhada e com balas de borracha tudo o que estava à sua passagem.

Mas Renteria não surge por acaso. Não é — nem poderia ser — um lapso, um facto inexplicável. Renteria surge na sequência de outros factos graves: a morte de dois jovens manifestantes, um em Pamplona (na província de Navarra) outro em San Sebastian, a brutal repressão das manifestações e greves gerais com que os bascos decidiram opor-se à violência das chamadas «forças de ordem».

Já anteriormente o Conselho Geral Basco tinha alertado para a urgente necessidade de salvar o País Basco do risco crescente das provocações reaccionárias, e as centrais sindicais maioritárias, que tinham convocado uma greve de protesto contra a violência policial, invocaram também nos seus apelos a premência de uma solução política.

Hoje alguns passos foram dados para ultrapassar a difícil situação criada. O Conselho de Ministros espanhol decidiu efectuar uma primeira transferência de poderes para o Conselho Geral Basco, dentro do princípio de autonomia provisória. Esta transferência de poderes diz respeito aos sectores da agricultura, comércio, indústria e urbanização. Avança-se com a hipótese de criação de um corpo de segurança pública independente, nada se dizendo entretanto no que respeita à justiça e à educação. Foi demitido o governador civil da província de

Navarra e os chefes da polícia de Pamplona e San Sebastian. Entretanto, os problemas registados no País Basco, apesar da sua especificidade e do seu carácter particularmente agudo, não podem ser considerados isoladamente. Nas suas consequências, é evidente a coincidência entre acção policial e provocações da extrema direita, como de algumas acções esquerdistas. E não é só no País Basco que os problemas se

centram. A polícia espanhola também reprime os trabalhadores de Madrid e a «Aliança Apostólica Anticomunista» reivindica actos terroristas na Catalunha. Dirigentes fascistas europeus reuniram-se em Madrid para comemorar o «quadragésimo segundo aniversário do 18 de Julho, data que marca o passo determinante para a instalação do fascismo em Espanha».

Paralelamente, acentuam-se outros problemas. O desemprego

que, segundo os números oficiais, atinge 7% da população activa sofreu no último trimestre um aumento de 11,7% em relação ao anterior, atingindo particularmente Madrid, Barcelona e Sevilha. Um comunicado das Comissões Obreras alerta para a situação preocupante que se vive em Andaluzia, principalmente no sector agrícola, onde não existe seguro do desemprego.

Nun País Basco que, para além dos seus problemas específicos, reflecte os problemas gerais de Espanha, Renteria é o exemplo da única resposta que o fascismo sabe dar: a violência.



O povo espanhol tem lutado sempre pela liberdade, contra a repressão

Os sinuosos caminhos do imperialismo em África

A cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), que hoje termina em Cartum, reflecte o nó de contradições do continente, o confronto entre os desígnios do imperialismo, de certo modo representados pelos Estados do que, apesar de uma independência formal, permanecem intimamente ligados às antigas potências coloniais ou mais directamente dependentes de Washington, e os países africanos progressistas, onde se implantou o poder dos movimentos de libertação que conduziram uma luta consequente contra o domínio colonial, contra a exploração das suas riquezas e do seu trabalho.

Os planos do imperialismo para esta cimeira da OUA foram claramente expressos, desde a intervenção no Zaire de forças militares francesas e belgas, numa operação de facto coordenada pelos EUA: fazer aprovar a criação de uma força militar pseudo-africana, que interviria — sem necessidade de um recurso dada vez mais problemático a tropas europeias — no esmagamento do movimento de libertação, sempre que um governo ligado aos interesses dos monopólios internacionais tivesse a sua continuidade em perigo.

Este objectivo, como sabemos, não foi conseguido. Prosseguindo embora os esforços do capital internacional para a criação de tal força e apesar da existência de uma força militar no Zaire,

como um perigo precedente — não é possível imprimir-lhes o selo «africano», «continental», como se pretendia. Pelo contrário. Apesar de todas as contradições que grassam nesta organização, foi salientado o repúdio da intervenção militar estrangeira. Mais — foi denunciada, pelo ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, a confusão que é provocatoriamente feita entre intervenção militar das potências capitalistas e a ajuda fraterna do socialismo aos regimes progressistas africanos, alvo de sistemáticas incursões armadas e da criação e apoio da subversão interna. A expulsão das Comores — hoje sujeita a um governo imposto por mercenários franceses — no decurso das

reuniões preparatórias, a condenação do papel da França em África, a despeito dos choques que tal condenação levantou, são um reflexo da força crescente do movimento de libertação, de uma linha de orientação progressista no continente. Força que aliás está na origem da desesperada contra-ofensiva do imperialismo. O enfraquecimento das posições do imperialismo, que assim transpareceu nas reuniões da OUA, reflecte-se igualmente nos vários aspectos da sua estratégia actual. O enfraquecimento, e também o empenhamento em defender e, se possível, recuperar posições. Na OUA, Carter e C. fez falar os dirigentes de países africanos hoje submetidos ao neocolonialismo. Tal como se

esforçou por que uma força militar pretensamente africana fosse entretanto criada. O que na verdade significa a crescente dificuldade numa ingerência directa. Hoje o capital tem que procurar vias indirectas.

Essa necessidade de vias indirectas está claramente representada nos esforços das diversas potências capitalistas para «solucionar», a seu modo, problemas candentes do continente africano, como é o caso da Namíbia ou da Rodésia. Esforços que o movimento de libertação, acolitando sempre o diálogo, rejeita ou altera com propostas próprias, defendendo assim os interesses dos povos do continente.

O caso da Rodésia é claro. Como a Frente Patriótica recentemente denunciou perante o Conselho de Ministros da OUA, Ian Smith conseguiu prosseguir, com toda a impunidade, os seus planos, e hoje deparamos com o chamado «acordo interno» que representa a «boa» solução neocolonial, só não apoiada ostensivamente pela Inglaterra e pelos EUA dada

Paz: pequenos passos num caminho difícil

Nun discurso proferido quando da tomada de posse do novo chefe do Estado Maior Inter-Armas dos EUA, o presidente Carter definiu de forma bem clara qual o conceito de segurança do imperialismo, a linha que pretende impor nas relações internacionais. Carter, depois de afirmar que os EUA desejam a paz, acrescentou que «só a força pode preservar a paz», subordinando a cooperação com a União Soviética à tentativa de manter o primeiro lugar no domínio militar (o que confidiz a propagandeada «superioridade» militar soviética). Quase simultaneamente o general Haig, comandante supremo da NATO na Europa, proferiu declarações profundamente agressivas em que, como é rotina, a URSS é acusada de «aventureirismo» e «intervenção» em África, enquanto todos os conflitos mundiais são provocados pelo imperialismo e a ingerência — mesmo militar — do capital em África é impossível de ocultar.

Pouco depois destas declarações, no segundo dia da sessão do Soviético Supremo, o camarada Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, alertando contra aqueles que estão a atacar o desanuviamento, garantiu mais uma vez que a União Soviética sempre respeitou e respeitará todos os acordos e tratados internacionais que assinar, e que de facto tem sido promotora.

Estas declarações reflectem linhas de orientação opostas em política internacional, e num domínio tão decisivo como o da paz. A estratégia norte-americana, a estratégia da NATO, baseia-se na tentativa de obter a superioridade militar sobre a União Soviética e o Pacto de Varsóvia. A política dos países socialistas constitui o factor decisivo na complexa e persistente luta pela suspensão da corrida aos armamentos, pela redução do nível dos armamentos, pelo desarmamento.

Neste momento, e coincidindo embora com uma sistemática campanha contra o desanuviamento, contra a comunidade socialista, foram dados alguns passos no difícil caminho da paz. A Assembleia Geral das Nações Unidas Sobre o Desarmamento terminou com um documento final em que se apela para novos esforços dos diversos Estados no sentido de fortalecer a distinção e a segurança dos povos. A Conferência sobre o Desarmamento, remodelada pela Assembleia da ONU no sentido do seu alargamento a um maior número de países, iniciou em Genebra a sua sessão de Verão, com a esperança expressa de obtenção de um acordo sobre a proibição de todos os ensaios nucleares. As conversações SALT, sobre limitação de armas estratégicas, em que participaram Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS e Cyrus Vance, secretário de Estado norte-americano, terminaram em Genebra, tendo-se registado uma aproximação de posições.

Pequenos passos, morosos e difíceis, mas que traduzem a força do socialismo ao serviço da paz, a força do movimento de opinião internacional pela paz, enquanto — face às derrotas do imperialismo nos vários domínios, nos vários continentes — se acentua a pressão e a orquestrada gritaria dos sectores mais agressivos do capital.

A propósito dos «dissidentes»: o imperialismo reivindica a liberdade de provocação

No dia 10 deste mês, na mesma cadeia em que o dirigente Steve Biko foi assassinado, morreu um jovem sul-africano; repetiu-se o pretexto vulgarmente invocado — suicídio. Terminou em Washington a marcha de protesto de representantes da população índia da América, contra as condições de vida que lhe são impostas nos «livros». Estados Unidos da América. Diariamente, centenas de pessoas são presas e torturadas nos países da América Latina, somam-se novos «desaparecidos». Na «civilizada» RFA prossegue a recusa do direito ao trabalho a todos aqueles que discordam da política de Bona. A juntar à recusa, na prática, do direito ao trabalho a milhares de trabalhadores, a grande parte da juventude nos países capitalistas.

São apenas alguns dados. Que o capital, o seu aparelho de propaganda, não gosta de referir. Mas que fazem parte da realidade quotidiana de um mundo que se avorça cinicamente o objectivo de defender os «direitos humanos» e onde, entretanto, a sua violação é uma verdade quotidiana, enquanto a crise se avoluma e o enfraquecimento a nível mundial é um facto. É esse enfraquecimento que determina esforços cada vez mais acentuados no sentido de abrir portas à prática da provocação no interior de uma comunidade socialista sem crises, com uma crescente capacidade económica, científica, cultural, e onde o bem-estar social é um facto. Esforços que se conjugam com a campanha sistemática para adulteração da realidade socialista aos olhos das massas trabalhadoras do mundo capitalista.

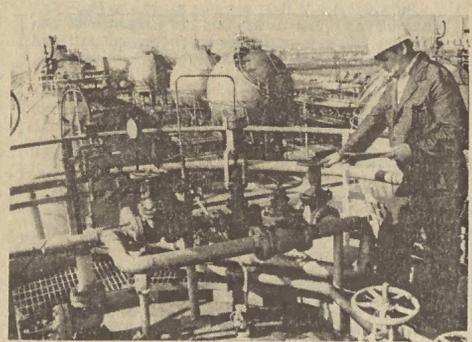
O julgamento dos «dissidentes» É nesta campanha de adulteração

ção, nesta tentativa de forçar as portas da comunidade socialista à «liberdade» de provocação, que se insere o «caso» do julgamento dos chamados «dissidentes». O julgamento e condenação de Anatoli Shcharanski, Anatoli Filatov e Alexandr Ginsburg não é, ou melhor, não seria um «caso». Todos violaram leis do seu país. Todos foram julgados por tribunais normais (não há tribunais especiais na URSS).

Filatov, que reconheceu todas as acusações que lhe foram feitas, foi recrutado como agente de serviços secretos estrangeiros e nessa qualidade agiu até à data da sua prisão, em 1977. Ginsburg desde 1973 que se consagra à propaganda e actividades anti-soviéticas, violando assim o artigo 70.º do Código Penal soviético. Shcharanski — significativamente defendido e utilizado por dirigentes e órgãos de propaganda do capital — reconheceu, usando das suas prerrogativas legais, a maior parte dos actos de que é acusado e por que foi condenado, embora alegando não ter intenção de prejudicar a independência e a segurança da União Soviética e desconhecendo as suas tentativas de ir para Israel. Em 1973, requereu a saída do país para ir com uma «noiva» que estaria em Israel. Tendo sido informado que uma noiva não é parente, Shcharanski arranjou outra «noiva», russa, que dispunha de documentos com que podia ir para Israel. Faz-se depois um casamento fictício, pretensamente segundo os ritos judaicos, que a comunidade religiosa judaica de Moscovo, o seu presidente e o rabino de Moscovo consideram sem validade. A pretensa «esposa» chega a invocar perante as autoridades soviéticas a existência de um filho fantasma. Hoje clama aos

ventos que a vida do seu «marido» corre perigo.

A «liberdade» de provocação Os chamados «dissidentes» não são um «caso» para a União Soviética, são um «caso» que o imperialismo forjou. Confirma-o, uma vez mais, a campanha anti-soviética lançada a nível internacional a pretexto dos julgamentos agora efectuados. Campanha em que se uniram Carter, «informando» que Shcharanski nunca tinha tido contactos com a CIA (e a CIA iria confirmá-lo?), outros dirigentes do mundo capitalista, o criminoso Begin, campanha que passou por ridículas manifestações de cem intelectuais em Paris e se traduz no bombardear sistemático dos grandes títulos dos jornais, nas calúnias lançadas todos os dias pela televisão e pela rádio. O imperialismo, as suas centrais de diversão e provocação, sabem e afirmam (não publicamente, claro) que o «dissidente» não corresponde a nada, não reflecte descontentamento popular, tem nula expressão de massas. Sabe que se trata de casos isolados, por isso mesmo explorados e aproveitados até à exaustão. O ofício de «dissidente» tomou-se uma ocupação lucrativa, o «dissidente» é uma figura criada pelo próprio aparelho de provocação do imperialismo, faz parte da mesma estratégia, reivindica o mesmo «direito» que o capital internacional pretende absurdamente obter com a deturpação da Acta Final de Helsinquia: a abertura das fronteiras da comunidade socialista à livre acção das forças e dos agentes de provocação. É esse o objectivo — quimérico objectivo, mas não menos odioso, exigindo vigilância e firmeza — destruir o socialismo por dentro.



O sexto lugar na Europa e o décimo no mundo quanto à produção industrial

22 de Julho: criação do Estado polaco

Há 34 anos, num pedaço de terra polaca libertado pelo exército soviético e pelo exército popular polaco, foi publicado o histórico «Manifesto de Julho», que deu início à criação do Estado polaco, com um novo sistema político e com uma nova estrutura socio-económica e restaurado em novas fronteiras.

O novo Estado polaco renasceu dos escombros e ruínas, provocados pela guerra e pela ocupação nazi. A Polónia foi o País na Europa destruído em maior escala e com maiores perdas humanas e materiais. Perderam a vida 6 milhões de cidadãos polacos, em consequência da política de genocídio do ocupante e das operações de guerra. O ocupante nazi arruinou ou

roubou cerca de 70% das empresas industriais, inutilizou os transportes e comunicações, devastou a agricultura, destruiu ou apropriou-se da maior parte dos bens culturais. As dificuldades e a escala de problemas a resolver nunca tiveram nada de comparável na história da Polónia. A partir do nada, teve que se criar condições mínimas de vida da sociedade, organizar a administração, liquidar as ruínas, pôr em funcionamento a produção e reconstruir toda a economia nacional.

Durante estes 34 anos, foram criadas as bases duma economia forte e multiplicada a sua capacidade de produção. A Polónia contemporânea ocupa o sexto lugar na Europa e o décimo no mundo, no que diz respeito ao volume da produção industrial.



No barco, além da delegação portuguesa, seguem também jovens de outros países

XI Festival Mundial da Juventude: a delegação portuguesa a caminho de Havana

Já vai a caminho de Cuba a delegação portuguesa ao XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que decorrerá em Havana, do próximo dia 28 até 5 de Agosto, subordinado ao lema: «Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade».

Os jovens que constituem a delegação portuguesa partiram antontem de Lisboa num barco cruzeiro que no dia anterior tinha chegado à capital trazendo a bordo delegações da juventude de Itália, França, Espanha e Finlândia, num total de cerca de 600 jovens, que à chegada foram recebidos, num ambiente de festa, hospitalidade e amizade, por numerosos jovens de Lisboa e por elementos do Comité Nacional Preparatório (CNP) Português do XI Festival.

A chegada e a partida do cruzeiro, assinaladas com música, balões e foguetes, transformaram-se em duas inesquecíveis jornadas de solidariedade militante e alegria, vividas num ambiente

comum da jornada de amizade com os delegados estrangeiros que na passada segunda-feira à noite levou milhares de jovens ao Pavilhão dos Desportos.

A partida estiveram presentes no cais, familiares de muitos dos elementos pertencentes à delegação portuguesa, além de numerosos jovens.

A composição da delegação

A delegação portuguesa ao XI Festival, que pela primeira vez participa em condições legais e de plena liberdade naquele importante acontecimento do

movimento juvenil internacional, integra 150 jovens de todas as regiões do país, sendo 55 por cento trabalhadores dos mais variados sectores (operários agrícolas e industriais, empregados de escritório, comércio, etc.) e 30 por cento estudantes de todos os graus de ensino.

De salientar, a propósito, que seguem na delegação vários dirigentes estudantis (entre os quais o presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra), membros de Comissões de Juventude de sindicatos, empresas e UCP's, jovens destacados nas tarefas do movimento sindical e dirigentes de

organizações políticas que fazem parte do CNP: União da Juventude Comunista (UJC), União dos Estudantes Comunistas (UEC), União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS) e o Movimento Democrático Português (MDP).

A maior parte dos jovens trabalhadores incluídos na representação portuguesa exercem a sua actividade na zona da Reforma Agrária, Cintura Industrial de Setúbal e regiões do Porto e Braga.

A delegação integra ainda uma participação infantil, com 10 crianças de diferentes zonas do país, e uma representação cultural de que fazem parte, além dos vencedores do Festival Nacional da Canção Política realizado no passado mês de Maio em Lisboa (Carlos Paulo e o grupo Trovante),

o poeta Ary dos Santos e Luísa Basto, tendo estes sido convidados pelo CNP, que também solicitou a Carlos Paredes a sua participação na caravana, o que só não se pôde concretizar dado que o conhecido guitarrista é funcionário público e não obteve autorização para se ausentar do seu emprego.

Carlos do Carmo, outro nome grande da canção portuguesa, estará em Havana como convidado de honra da Comissão Permanente do Comité Internacional Preparatório (CIP).

O trabalho desenvolvido pelo Comité Nacional Preparatório

A constituição da delegação portuguesa ao XI Festival veio culminar um intenso trabalho de preparação e divulgação e mobilização que movimentou em todo o país milhares de jovens, unidos pelos ideais progressistas daquela grande jornada internacional, e conscientes da sua importância para o desenvolvimento da luta anti-imperialista da juventude de todo o Mundo.

O trabalho de preparação do Festival no nosso país iniciou-se com a constituição do CNP, ocorrida em 19 de Março passado, numa reunião convocada pelo Departamento Juvenil da CGTP-^{IN}, que anteriormente tinha divulgado um apelo a todas as organizações e estruturas da juventude. Participaram nessa reunião representantes de 101 organizações, entre as quais várias associações de estudantes

e trabalhadores-estudantes, comissões de juventude de sindicatos, empresas e UCP's, colectividades populares e grupos de teatro, além de dirigentes da UJC, UEC, MDP, UEDS, LCI e MDM.



O CNP português, o último Comité Preparatório a ser constituído na Europa capitalista, arrancou no início com aquelas 101 organizações e estruturas da juventude. A pouco e pouco foi crescendo e antes da partida da delegação era constituído por mais de duas centenas de organizações de todos os pontos do país.

A estranha posição da Juventude Socialista

A importância daquele trabalho, a forma correcta como se desenvolveu, expandiu e organizou e o papel do XI Festival na luta dos jovens de todo o Mundo, pela paz, a amizade, a cooperação e a solidariedade anti-imperialista não foram, contudo, questões suficientemente compreendidas

por certas organizações, nomeadamente a Juventude Socialista, convidada para participar na actividade preparatória do Festival e para se deslocar a Havana integrada na delegação.

Por intermédio do CNP foram feitos diversos apelos à sua participação. Esperou-se continuamente qualquer resposta. Só silêncio, ou então demagogia. Alguns dos seus dirigentes não compreenderam (ou não quiseram compreender) que a presença das suas organizações em Havana, integradas na delegação portuguesa, não seria apenas um reforço para a já ampla e significativa representatividade do CNP — reconhecido internacionalmente — como seria também uma contribuição positiva para o avanço da luta anti-imperialista do movimento juvenil internacional, luta que conta com a aderência de todas as organizações verdadeiramente democráticas e progressistas dos jovens de todo o Mundo.

A importância dos Comités de Apoio

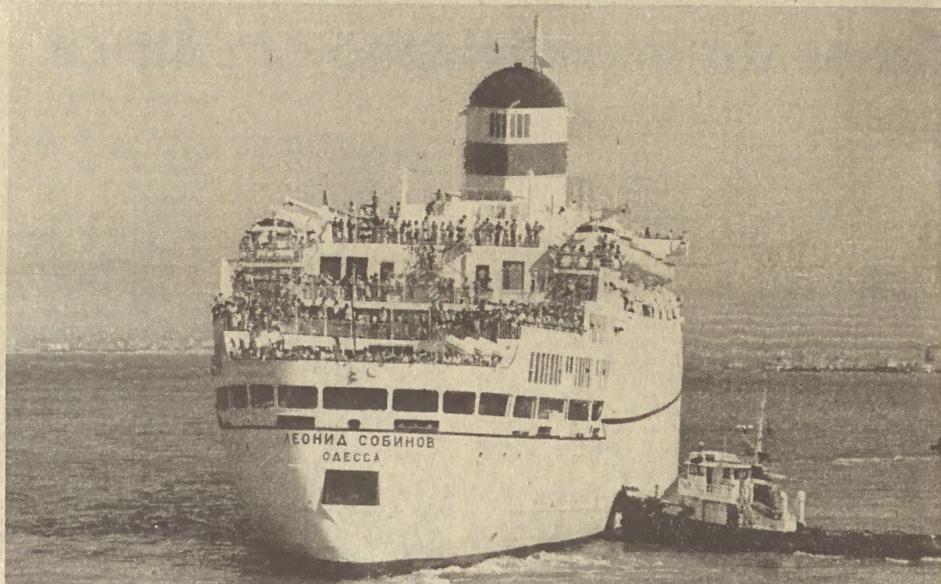
Ao longo das semanas que antecederam a partida da delegação, largas centenas de jovens desenvolveram em todo o país um intenso trabalho de divulgação, mobilização e preparação para o XI Festival, trabalho esse que se expressou, nomeadamente, através da realização de numerosas reuniões, sessões públicas, colóquios, debates, encontros, festivais de canção popular e política, jornadas desportivas, bailes e outras inicia-

tivas de convívio, etc. A par destas realizações foram editados milhares de cartazes, boletins informativos, publicações diversas e autocolantes.

Centralizado a nível nacional pelo CNP, o trabalho de preparação do Festival contou com a colaboração activa de muitos jovens integrados em organizações de carácter diverso que, um pouco por toda a parte, constituíram Comités de Apoio ao CNP, tanto a nível distrital ou regional como a nível de empresa, UCP ou escola.

Estes comités, que funcionaram com plena autonomia e surgiram por iniciativa espontânea e jovens com diferentes tendências políticas e religiosas, contribuíram de forma decisiva para o êxito do trabalho de divulgação, mobilização e preparação do Festival. Outros dos aspectos mais salientes que marcaram o trabalho preparatório do XI Festival foi a realização em Lisboa de três importantes jornadas promovidas pelo CNP: o Festival da Canção Política, a Exposição de Jovens Artistas (estas duas de âmbito nacional) e o Festival Desportivo realizado em Junho no Estádio Universitário, com a participação de 600 jovens.

A segunda daquelas iniciativas, que tal como a primeira mobilizou o entusiasmo de numerosos jovens (participantes e assistentes), seleccionou 10 obras de arte (pintura, escultura, gravura e desenho), que serão expostas em Havana, no Circuito Internacional de Jovens Artistas, ponto alto do programa do XI Festival.



Boa viagem, camaradas e amigos!

O programa do Festival

Durante mais de uma semana, estarão na República Socialista de Cuba delegações de praticamente todo o Mundo, prevendo-se a presença em Havana de 16 mil jovens unidos Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade».

Do programa do Festival, a que já nos referimos pormenorizadamente em anteriores edições, fazem parte numerosas iniciativas de carácter político, cultural, recreativo e desportivo, nas quais a delegação portuguesa participará activamente.

O acto inaugural realiza-se na tarde do próximo dia 28 e marcará o início oficial do XI Festival. No desfile que então percorrerá diversas ruas de Havana participarão representações de todas as delegações. A representação portuguesa desfilará com os seus elementos vestidos de calça ou saia azul e camisola branca com o cravo da Revolução de Abril e com o símbolo do XI Festival.

A manifestação será encabeçada pelos membros do Comité Internacional Preparatório (CIP), seguidos pelos representantes da delegação da RDA, país onde decorreu o X Festival (1973). A representação cubana culminará o desfile.

A cerimónia solene de abertura terá lugar no Estádio Latino-Americano, onde será içada a bandeira do XI Festival. A cerimónia será assinalada pelas intervenções de dirigentes da Juventude Cubana e da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e por um grande festival gimnodesportivo que decorrerá no referido estádio. A par desta iniciativa, haverá ainda a actuação de uma banda e de um coro constituídos por milhares de jovens cubanos e das delegações.

Com a presença de dirigentes do Partido Comunista e do Governo de Cuba, será oferecida uma recepção aos chefes das delegações e aos convidados de honra. No decorrer deste acto será promulgado o Código da Juventude e da Infância, com o qual se reafirmará o importante papel da formação intelectual e física

das crianças e dos jovens.

A cerimónia do Dia dos Mártires será um acto solene no qual participarão também dirigentes do PC e do Estado cubano, familiares de heróis da Revolução, representantes de todas as delegações, diversas personalidades de relevo, etc. Este acto, a realizar no próximo dia 30, recordará os mártires que caíram na luta por um Mundo de paz, justiça e progresso. Um representante de cada continente fará uso da palavra.

O Dia de Cuba, outro ponto alto do XI Festival, será assinalado por diversas iniciativas, entre as quais a plantação do Bosque da Solidariedade, numa zona próxima de Havana. Trata-se de uma iniciativa que tem como objectivo proporcionar uma jornada de trabalho voluntário que, como símbolo da amizade e da solidariedade permita reunir, numa actividade produtiva, a juventude democrática do Mundo. No dia anterior ao Dia de Cuba, os delegados participarão em festas populares promovidas pelos Comités de Defesa da Revolução (CDR's) organizações de massas com mais de cinco milhões de membros.

Um acto político seguido de uma manifestação cultural inaugurará a Fonte da Juventude, construída especialmente para a ocasião. Símbolo do XI Festival na cidade de Havana, a Fonte da Juventude será um dos principais centros de reunião da juventude. Ali terão lugar diversas iniciativas de carácter recreativo nomeadamente bailes, convívios e festas. Na praia de Varadero, uma

das melhores praias cubanas, decorrerá um Festival Aquático, cujo programa inclui banhos no mar, desfile de diversas embarcações, jogos, passeios em «yates», balões e outras iniciativas recreativas.

Na noite do último dia do Festival (5 de Agosto) haverá um Camaval Internacional, que será uma vibrante jornada de confraternização. Os delegados da juventude de todo o Mundo participarão num gigantesco desfile de Carnaval, onde a alegria, o humor e o entusiasmo acompanharão os sentimentos de solidariedade anti-imperialista, de paz e amizade da juventude democrática e progressista. Serão postos à disposição das delegações interessadas carros e diversos materiais alegóricos. Ainda no âmbito do Carnaval Internacional está prevista a realização de um variado conjunto de actividades culturais.

Seis grandes Centros de Debate

O programa do XI Festival inclui também seis grandes Centros de Debate, os quais se dividem em várias subcomissões onde serão analisados, na especialidade, importantes problemas ligados à luta da juventude. São os seguintes os temas fundamentais dos Centros de Debate: «Os jovens e os estudantes lutam pela paz, o desanuviamento, a cooperação e o progresso social», «A luta dos jovens lado a lado com os povos, contra as diferentes formas de dominação, exploração e agressão imperialistas», «A juventude e os problemas do desenvolvimento nos países recém-libertados», «A participação dos jovens e dos estudantes dos países capitalistas na luta comum contra a exploração dos grandes monopólios, e pelas transformações socio-económicas, pelos direitos e liberdades democráticas», «A juventude, a ciência e a sociedade» e «A solidari-

idade anti-imperialista».

Este último Centro de Debate terá um Tribunal Internacional onde serão denunciados os crimes do imperialismo, além de várias exposições, museus e sessões de Canto Livre sobre a luta anti-imperialista e solidariedade. Estes temas serão, aliás, focados em 29 «meetings» a realizar em vários dias do Festival.

Os centros e sessões de debate estão abertos à participação de todas as delegações presentes, estando previsto que a delegação portuguesa faça 30 intervenções sobre os mais variados temas em discussão.

No decorrer do Festival haverá uma série de actividades artísticas e culturais, tais como o Festival Internacional de Cinema Jovem, Circuito Internacional de Jovens Artistas (onde estarão patentes 10 obras de jovens artistas portugueses), Exposição Internacional de Solidariedade, concertos de música de câmara, Exposição Internacional do Cartaz Político, Exposição do Circuito Internacional Desportivo, e ainda a Exposição Internacional de Desenho, Pintura Artesão Infantil, subordinada ao tema «Somos Amigos».

O encerramento do Festival terá lugar a 5 de Agosto, com uma concentração popular na Praça da Revolução. «Até ao XII Festival, por novas vitórias dos povos, dos jovens e dos estudantes do Mundo, Cuba despede-se de vós» — será a palavra de ordem principal da concentração, no decorrer da qual será lido o apelo para o próximo Festival. A intervenção final será feita por um dirigente da Revolução Cubana, provavelmente o camarada Fidel Castro, Secretário Geral do PCC, Presidente do Conselho de Estado e Primeiro Ministro da República Socialista de Cuba.

Amizade e solidariedade encheram o Pavilhão dos Desportos

Por motivos imprevistos, os 600 jovens estrangeiros que passaram por Lisboa a caminho de Cuba não puderam desembarcar do navio «Leonida Sorinov», que atracou já de noite no cais da Rocha do Conde Óbidos, ficando assim impossibilitados de participar numa recepção em sua honra, também destinada a assinalar a despedida da delegação portuguesa.

Mesmo assim, a jornada, que foi promovida pelo CNP português na noite passada segunda-feira, no Pavilhão dos Desportos, constituiu uma inesquecível manifestação de amizade internacionalista da juventude portuguesa para com aqueles delegados estrangeiros ao XI Festival, cujos ideais foram calorosamente apoiados pela presença vibrante de milhares de jovens estudantes e trabalhadores.

Amizade e solidariedade foram, aliás, as notas salientes da jornada, a que não faltou a reconhecida qualidade artística, sublinhada por longos aplausos, de cantores que têm

contribuído com firmeza e determinação para a luta em prol da democracia da paz, da cooperação entre os povos, da amizade internacionalista e da solidariedade anti-imperialista.

Durante mais de três horas passaram pelo palco improvisado do Pavilhão dos Desportos, entre outros Carlos do Carmo, Ary dos Santos,

Tordo, Samuel, J.J. Letria, Paredes, Júlia Babo, Carlos Paulo, Nuno Gomes dos Santos, João Fernando, o grupo Trovante e ainda o «Tatu Guarani», agrupamento constituído por estudantes brasileiros residentes em Lisboa.

No decorrer da Jornada foram lidas diversas

mensagens e saudações, enviadas por organizações de trabalhadores, associações e grupos de estudantes, estruturas unitárias da juventude trabalhadora e ainda pela secção de Lisboa do CNP brasileiro.

Um coro gigantesco, que muitas vezes acompanhou as canções dos artistas, saudou calorosamente o embaixador da República Socialista de Cuba e o poeta José Gomes Ferreira, que se encontravam entre a assistência.

Durante a sessão foi eleita uma breve intervenção pelo camarada Moreno, membro da CNP português e da Comissão Executiva da CC da UJC, que falou sobre o trabalho de divulgação e preparação do Festival no nosso país, tendo salientado, a dado passo, a ampla representatividade do Comité, constituído por jovens dos mais variados sectores e regiões do país.

A encerrar a jornada, e ao som da «Grândola, Vila Morena», os delegados portugueses subiram ao palco, tendo sido calorosamente ovacionados pelos presentes.

Recepção a 500 jovens soviéticos

A caminho de Havana, para assistirem ao XI Festival, estiveram no passado sábado em Lisboa cerca de 500 rapazes e raparigas da União Soviética. No decorrer da sua breve estadia entre nós (o navio em que viajam com destino a Cuba chegou a Lisboa às 12 horas e partiu às 19), os jovens soviéticos foram recebidos num ambiente de grande entusiasmo e solidariedade militante, por elementos do CNP português, tendo decorrido na Academia de S. Amaro um animado convívio durante o qual usaram da palavra uma jovem soviética e o camarada Carlos Moura da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC, e actualmente também secretário da FMJD.

O convívio incluiu ainda um breve mas entusiástico espectáculo musical em que actuaram vários conjuntos soviéticos de dança e cantares e o grupo Trovante.



Delegados portugueses, Carlos do Carmo e Fernando Tordo — imagens de uma noite inesquecível de alegria e convívio